



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2024

ACESSO FÁCIL

Este documento foi elaborado com o intuito de facilitar seu acesso às informações do IFRS. Dois ícones auxiliarão em uma navegação mais fluida e completa:



Sumário

O ícone “sumário” aparecerá ao lado da numeração de cada página. Ao clicar nele, você será redirecionado ao sumário, onde poderá escolher outro assunto desejado, facilitando sua movimentação pelo documento.



Saiba mais

O ícone “saiba mais” aparecerá sempre que houver um link externo com notícias, documentos na íntegra, painéis e páginas com detalhes sobre o conteúdo que está sendo tratado.

Além do ícone, links poderão ser acessados sempre que você encontrar um [texto sublinhado](#). Clique no ícone ou no texto (indicativos de link), para saber mais sobre o IFRS.

Boa leitura!

SUMÁRIO

MENSAGEM DO REITOR	3
Declaração de Integridade	4
1 ORGANIZAÇÃO E AMBIENTE EXTERNO	5
1.1 Documentos Norteadores	6
1.1.1 Pró-reitoria de Ensino	6
1.1.2 Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	7
1.1.3 Pró-Reitoria de Extensão	7
1.2 Estrutura Organizacional	9
1.2.1 Organograma do IFRS	9
1.2.2 Organograma Básico dos Campi	9
1.3 Relação com o ambiente externo e os destinatários dos serviços	10
1.3.1 Oferta de educação profissional e tecnológica	10
1.3.2 Diálogos constantes	11
1.3.3 Parcerias públicas e privadas	11
1.3.4 Programa de avaliação institucional	12
1.3.5 Acompanhamento de egressos	13
1.3.6 Canais de contato com o cidadão	14
2 GOVERNANÇA	16
2.1 Modelo de Governança	16
2.2 Gestão Participativa	18
2.3 Ética e Integridade	18
2.4 Tecnologia e Inovação na Governança	19
2.5 Principais Ações de Supervisão e Controle do IFRS	21
2.6 Indicadores de Governança e Gestão	22
2.6.1 Índice de Governança e Sustentabilidade - iESGo	22

2.6.2	Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha	23	5.1.4	Ameaças	72
2.6.3	Medidas Adotadas em Relação aos Indicadores de Governança e Gestão	25	5.2	Gestão de risco dos objetivos estratégicos	72
3	ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	28	5.2.1	Identificação dos riscos	72
3.1	Plano de Desenvolvimento Institucional	28	5.2.2	Avaliação dos riscos	73
3.1.1	Mapa estratégico	28	5.2.3	Resposta aos riscos	75
3.2	Ações executadas em 2024	29	5.2.4	Controle, informações e monitoramento dos riscos	76
3.3	Indicadores, Metas e Desempenho	37	5.3	Gestão de risco dos processos	77
3.4	Retrospectiva 2024	45	6	INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	79
3.4.1	Primeiro quadrimestre	45	6.1	Resumo da Situação Orçamentária e Financeira	79
3.4.2	Segundo quadrimestre	46	6.1.1	Programas e Ações do PPA no Orçamento do IFRS	79
3.4.3	Terceiro quadrimestre	47	6.1.2	Execução Orçamentária	82
4	GERAÇÃO DE VALOR	49	6.1.3	Execução Extraorçamentária	84
4.1	Cadeia de Valor do IFRS	56	6.1.4	Execução Financeira	85
4.2	Diagrama de principais insumos, atividades e valores gerados	57	6.1.5	Desafios para a Execução Financeira e Orçamentária	85
4.3	Contratos firmados e sua integração com o valor gerado	60	6.2	Contabilidade	86
4.3.1	Conformidade legal	60	6.2.1	Resultado patrimonial	87
4.3.2	Principais gastos das contratações	61	6.2.2	Resultado orçamentário	89
4.3.4	Responsabilização de entes privados	65	6.2.3	Resultado financeiro	89
4.3.3	Principais desafios e ações futuras	66	6.2.4	Execução orçamentária, financeira e contábil do órgão	90
4.4	Sustentabilidade	68	6.2.3	Restos a pagar	91
4.4.1	Plano de Logística Sustentável 2024-2029	70			
5	RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	72			
5.1	Análise do Ambiente	72			
5.1.1	Pontos Fortes	72			
5.1.2	Oportunidades	72			
5.1.3	Pontos Fracos	72			

MENSAGEM DO REITOR

O ano de 2024 trouxe inúmeros desafios para o IFRS e para toda a sociedade do Estado do Rio Grande do Sul, num contexto de enfrentamento à catástrofe climática que atingiu o Estado no mês de maio. A forma de atuar e de nos relacionarmos com nossa comunidade interna e externa foi substancialmente alterada, requerendo um grande esforço de adaptação, tendo em vista o estado de calamidade instituído em grande parte das cidades do RS. Nesse sentido, quero reconhecer e parabenizar o valoroso esforço de cada servidor, que, mesmo diante das adversidades, foi incansável na atuação junto às comunidades e no atendimento aos mais vulneráveis, desenvolvendo suas atividades com zelo e compromisso público.

O segundo semestre do ano foi marcado pela enorme expectativa em torno do Governo Federal. As instituições de ensino federais do Estado, que já encontravam-se com uma série de defasagens estruturais acumuladas pela insuficiência orçamentária dos últimos anos, tiveram o agravamento da situação em função do atingimento de suas instalações pela calamidade. Em função do cenário apresentado, o IFRS, além da dotação orçamentária autorizada na LOA, recebeu orçamento por destaque de outros Órgãos, no montante de **R\$66.943.351,28**, sendo mais de 10 milhões de reais específicos para atendimento às ações de reestruturação da infraestrutura das unidades atingidas pela catástrofe climática. Além disso, destinou R\$1.755.000,00 na forma de auxílio emergencial para estudantes atingidos pela tragédia climática.

Apesar de todo o cenário instaurado no Estado após a ocorrência da tragédia climática, o IFRS permaneceu atuando fortemente e incentivando à produção científica, com aumento do número de projetos de ensino, pesquisa e extensão, o que resultou na realização da maior

edição do Salão de Pesquisa, Extensão e Ensino do IFRS, totalizando 777 trabalhos apresentados e 1.400 participantes.

No ensino, o IFRS executou diversas iniciativas para aprimorar seus resultados, priorizando a oferta de vagas de ensino médio integrado (EMI), que no Processo Seletivo 2024/1 corresponderam a 2.152 vagas de EMI, do total de 5.425 oferecidas. É importante registrar que a Instituição apresenta uma curva crescente no número de vagas ofertadas, com projeção de um número recorde de vagas ofertadas nos dois Processos Seletivos de 2025.

O ano de 2024 marcou o início do novo ciclo do PDI (2024-2028), que manteve os mesmos objetivos estratégicos do plano anterior e incluiu indicadores com metas específicas, permitindo o monitoramento dos objetivos traçados. Este documento foi concebido a partir de uma metodologia participativa e democrática, em consonância com a Lei nº 11.892/08, direcionando o planejamento da instituição para o atingimento dos objetivos e finalidades dos Institutos Federais, articulando Ensino, Pesquisa e Extensão, na perspectiva de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, cabe mencionar que o ano de 2024 foi marcado também pela renovação das esperanças da comunidade do IFRS com a valorização da educação, em razão das medidas anunciadas pelo governo federal que dizem respeito à consolidação e expansão da rede EPT, prevendo obras importantes de ampliação da infraestrutura e duas novas unidades a serem implantadas no IFRS.



Júlio Xandro Heck
Reitor do IFRS



Declaração de Integridade

Considerando que todas as informações contidas neste documento foram obtidas junto às Pró-reitorias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e aos sistemas de governo. Considerando também que a elaboração do presente relatório foi realizada pela Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodi), a qual analisou, compilou e organizou de forma integrada, seguindo o disposto na Decisão Normativa TCU 198/2022. Declaro, para os devidos fins, a integridade das informações que são aqui apresentadas, tendo em vista sua fidedignidade, precisão e completude.

Júlio Xandro Heck

Reitor

DECRETO DE 14 DE FEVEREIRO DE 2024

Bento Gonçalves, 28 de fevereiro de 2025.

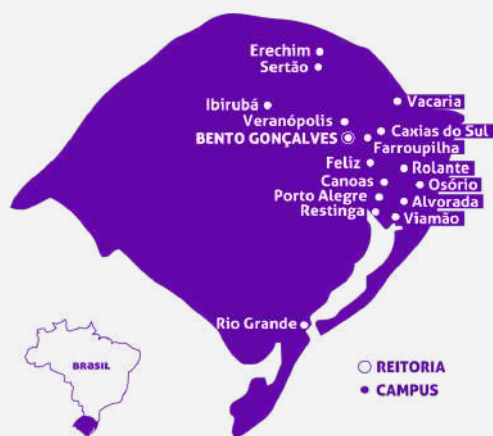


1 ORGANIZAÇÃO E AMBIENTE EXTERNO

O **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)** é uma autarquia federal, de ensino público, vinculada ao MEC, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica e oferta de cursos, projetos e ações que visam o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais das localidades onde está instalado.

O IFRS está presente em **16 municípios gaúchos** com uma reitoria e 17 campi, identificados no mapa, que ofertam cursos gratuitos. São eles cursos técnicos integrados, concomitantes ou subsequentes ao ensino médio ou na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA); cursos de graduação em licenciatura, bacharelado ou tecnologia; cursos de pós-graduação, como especializações e mestrados; além dos cursos de extensão.

Figura 1.1 - Campi do IFRS



Fonte: [IFRS](https://www.ifrs.edu.br/)

Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028, o IFRS reafirma sua missão, visão e seus valores, estabelecidos no período de 2019-2023, ratificando seu compromisso social com a comunidade em que está inserido.

Missão

Ofertar educação profissional, científica e tecnológica, inclusiva, pública, gratuita e de qualidade, promovendo a formação integral de cidadãos para enfrentar e superar desigualdades sociais, econômicas, culturais e ambientais, garantindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e em consonância com potencialidades e vocações territoriais.

Visão

Ser referência em educação, ciência e tecnologia como uma instituição pública, gratuita, de qualidade e com compromisso social.

Valores

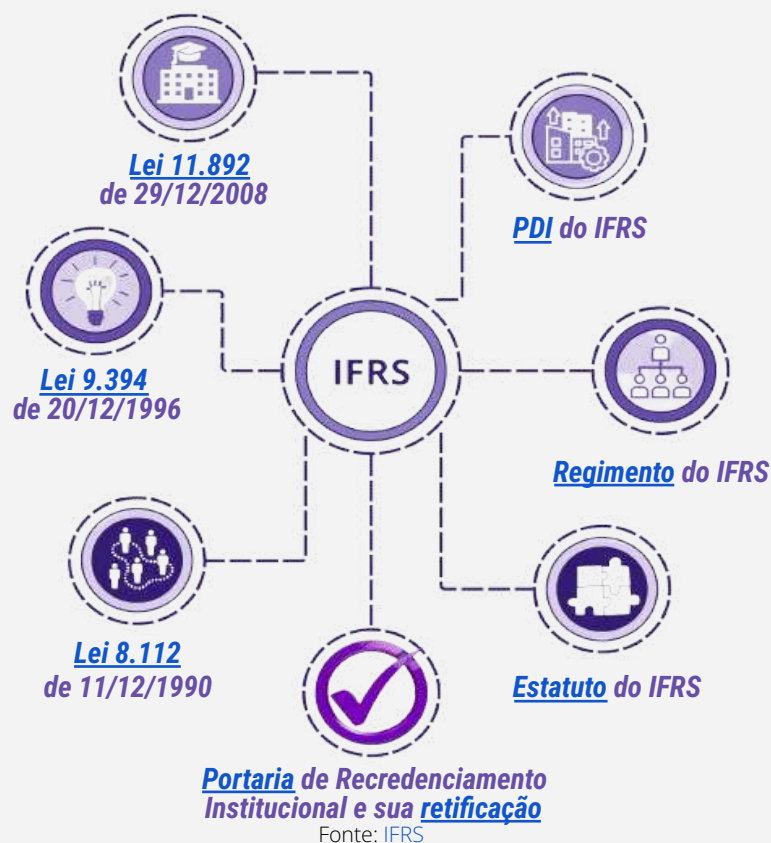
- Equidade e justiça social
- Democracia
- Cooperação
- Solidariedade
- Sustentabilidade
- Ética
- Desenvolvimento Humano
- Inovação
- Qualidade e Excelência
- Autonomia
- Respeito à diversidade



1.1 Documentos Norteadores

Os documentos que direcionam a atuação do IFRS abrangem documentos externos, como a Lei de Criação dos IFs, e internos, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e documentos complementares que são disponibilizados na íntegra para maiores informações, conforme ilustrado pela Figura 1.2.

Figura 1.2 - Documentos norteadores



Demais documentos oficiais, como atas, boletins de pessoal, boletins de serviço, contratos, documentos norteadores da instituição, instruções normativas, ordens de serviço, planos de ação, políticas, portarias, relatórios e resoluções, podem ser encontrados na seção "[documentos](#)" do sítio eletrônico da instituição.

As **principais normas internas** para atuação das pró-reitorias finalísticas do IFRS são:

1.1.1 Pró-reitoria de Ensino

- [Resolução Consup nº 086/2013](#): Política de Assistência Estudantil do IFRS;
- [Resolução Consup nº 022/2014](#): Política de Ações Afirmativas do IFRS;
- [Resolução Consup nº 022/2015](#): Programa Institucional de Bolsas de Ensino (PIBEN) do IFRS;
- [Resolução Consup nº 025/2018](#): Política Institucional para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do IFRS;
- [Resolução Consup nº 064/2018](#): Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRS;
- [Resolução Consup nº 023/2019](#): Política de Ingresso Especial e Permanência do Estudante Indígena do IFRS;
- [Resolução Consup nº 055/2019](#) - Política Institucional para os Cursos de Ensino Médio Integrado do IFRS;
- [Resolução Consup nº 101/2019](#): Política Institucional de Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e Educação Ambiental do IFRS;

- [Resolução nº 125/2019](#): Regimento para Oferta Institucional de Cursos Regulares a Distância do IFRS;
- [Resolução Consup nº 013/2022](#): Regimento Interno do Sistema de Bibliotecas do IFRS;
- [Resolução Consup nº 014/2022](#): Política das Equipes Pedagógicas do IFRS;
- [Resolução Consup nº 042/2022](#): Política de Ingresso Discente do IFRS;
- [Resolução Consup nº 076/2022](#): Política de Saúde Estudantil (PSaE) do IFRS;
- [Resolução Consup nº 01/2024](#): Organização Didática (OD) do IFRS;
- [Resolução Consup nº 013/2024](#) - Política de Atendimento Educacional Especializado (AEE) do IFRS;
- [Instrução Normativa Proen nº 14/2024](#): Diretrizes de Apoio à/ao Estudante da Assistência Estudantil na modalidade presencial no âmbito financeiro.

1.1.2 Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

- [Resolução Consup nº 033/2015](#): Programa de Iniciação Científica e Tecnológica do IFRS (PICT);
- [Instrução Normativa Proppi nº 02/2020](#): Programa Institucional de Iniciação Científica e em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação Voluntário;
- [Resolução Consup nº 013/2020](#): Política de Inovação do IFRS;
- [Resolução Consup nº 036/2022](#): Programa Institucional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do IFRS;

- [Instrução Normativa Proppi nº 01/2023](#): Programa de Auxílio à Apresentação de Trabalhos em Eventos Científicos e de Inovação, no país e no exterior por servidores, professores visitantes e discentes do IFRS;
- [Resolução Consup nº 005/2023](#): Programa de Fomento à Pesquisa e à Inovação do IFRS.

Demais normas podem ser consultadas em “[Resoluções](#)” e “[Instruções Normativas](#)” da referida pró-reitoria.

1.1.3 Pró-Reitoria de Extensão

- [Resolução Consup nº 058/2017](#): Política de Extensão do IFRS;
- [Resolução Consup nº 100/2019](#): Programas Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) e de Apoio Institucional à Extensão (PAIEX) do IFRS;
- [Resolução Consup nº 095/2019](#) - Política de Educação Física, Esporte e Lazer do IFRS;
- [Resolução Consup nº 033/2020](#): Política de Arte e Cultura do IFRS;
- [Resolução Consup nº 022/2021](#): Regulamento Geral do Núcleo de Memória do IFRS;
- [Resolução Consup nº 072/2021](#): Política de Internacionalização do IFRS;
- [Resolução nº 053/2022](#): Regulamentação da curricularização da extensão do IFRS;
- [Instrução Normativa Proex nº 04/2022](#): Estabelece orientações para o acompanhamento e manutenção do vínculo institucional com os egressos do IFRS;



- [Instrução Normativa Conjunta PROEX/PROEN nº 02/2024](#) - Estabelece os fluxos e procedimentos de submissão, aprovação, validação e registro de ações de extensão nos componentes curriculares dos cursos de graduação do IFRS;
- [Resolução Consup nº 64/2024](#) - Altera as diretrizes e procedimentos para a implantação e desenvolvimento da Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do IFRS.

Demais normas podem ser consultadas em "[Legislação Geral](#)"; "[Resoluções Consup](#)"; "[Instruções Normativas](#)"; "[Portarias, Cartilhas e Tutoriais](#)" da referida pró-reitoria.

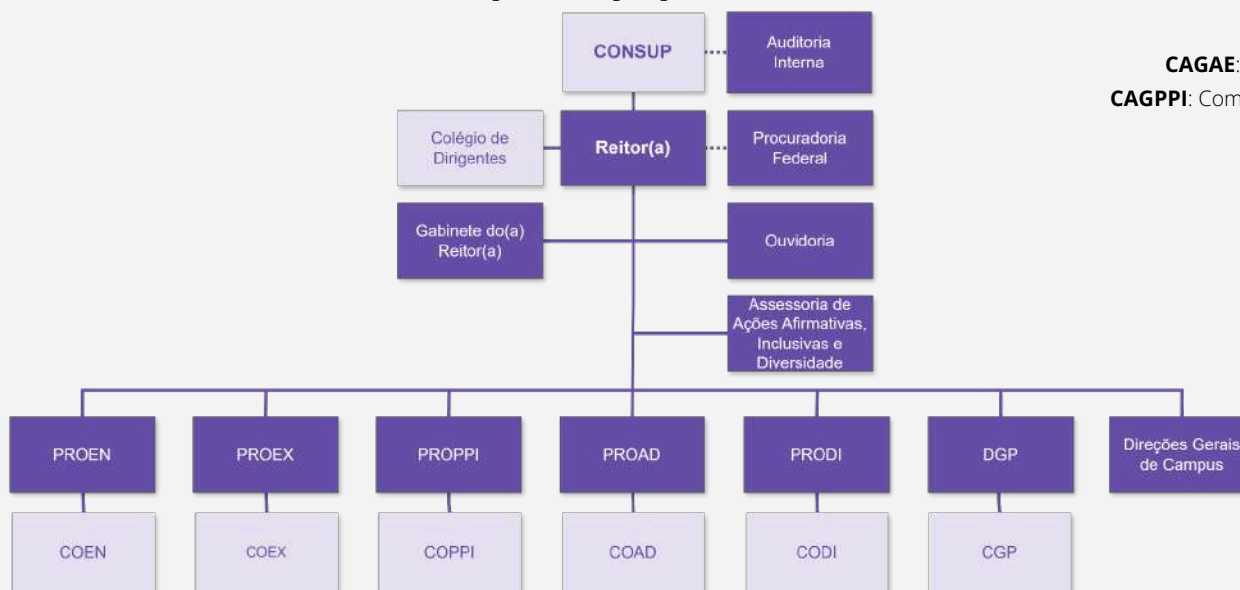


1.2 Estrutura Organizacional

O Estatuto e o Regimento Geral do IFRS, bem como os [Regimentos Internos](#) de cada campus, definem as estruturas organizacionais da reitoria e dos campi, dando subsídio ao desenho dos organogramas institucionais. Em 2024, a [Resolução nº 36, de 27 de agosto de 2024](#), expedida pelo Consup, alterou o Regimento Geral do IFRS e o Regimento Complementar da Reitoria do IFRS, vinculando a Ouvidoria diretamente ao Reitor do IFRS. As estruturas de governança estão representadas nos organogramas pelos conselhos e comissões, mas serão detalhadas no [Capítulo 2](#) deste documento.

1.2.1 Organograma do IFRS

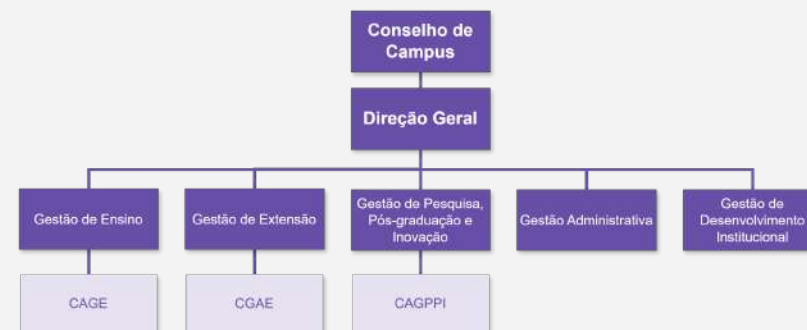
Figura 1.3 - Organograma do IFRS



Fonte: [Regimento Geral do IFRS](#)

1.2.2 Organograma Básico dos Campi

Figura 1.4 - Organograma Campus do IFRS



Fonte: [Regimento Geral dos Campi do IFRS](#)

Siglas do Organograma Básico dos Campi

CAGE: Comissão de Avaliação e Gestão de Ensino;
CAGAE: Comissão de Avaliação e Gerenciamento de Ações de Extensão;
CAGPPI: Comissão de Avaliação e Gestão de Projetos de Pesquisa e Inovação.

Siglas do Organograma do IFRS

CONSUP: Conselho Superior;
PROAD: Pró-reitoria de Administração;
PRODI: Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional;
PROEN: Pró-reitoria de Ensino;
PROEX: Pró-reitoria de Extensão;
PROPMI: Pró-reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação;
DGP: Diretoria de Gestão de Pessoas;
COEN: Comitê de Ensino;
COEX: Comitê de Extensão;
COPPI: Comitê de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação;
COAD: Comitê de Administração;
CODI: Comitê de Desenvolvimento Institucional;
CGP: Comitê de Gestão de Pessoas.



1.3 Relação com o ambiente externo e os destinatários dos serviços

O IFRS, em consonância com sua missão institucional, busca garantir uma sólida relação com seus arranjos produtivos, sociais e culturais para o desenvolvimento de ações educacionais alinhadas às demandas regionais, fortalecendo sua contribuição social e ampliando o impacto de suas atividades acadêmicas e institucionais.

O planejamento da oferta de cursos, as estratégias de diálogo com a comunidade, as parcerias estabelecidas com instituições públicas e privadas e os mecanismos de avaliação institucional são pilares fundamentais para garantir que o IFRS esteja em sintonia com as necessidades de seu entorno. A seguir será apresentado como a instituição estrutura sua relação com o ambiente externo, destacando iniciativas voltadas à qualificação da educação profissional e tecnológica, à escuta ativa da sociedade e à promoção de ações que reforcem seu compromisso com a educação, ciência e tecnologia.

1.3.1 Oferta de educação profissional e tecnológica

Parte da missão do IFRS é estar em consonância com potencialidades e vocações territoriais, por isso os estudos base para o planejamento da oferta de cursos e vagas no PDI, bem como para os Relatórios de Desenvolvimento Institucional (RDI), elaborados a cada proposta de novo curso a ser ofertado por um dos campi do IFRS, são pautados na análise do ambiente externo.

A metodologia do PDI 2024-2028 propôs como subsídio para o planejamento de novos cursos ou da ampliação de vagas, um estudo amplo, cujo relato de cada campus pode ser acessado nos [apêndices II a](#)

[XVIII do Capítulo 5](#) – Cronograma de Oferta de Cursos e Vagas – do PDI vigente. Este estudo visou identificar as demandas da comunidade e contemplou:

- o perfil socioeconômico, político e cultural da região;
- a integração com a sociedade; e
- os requisitos legais para ampliação da oferta ou criação de novos cursos.

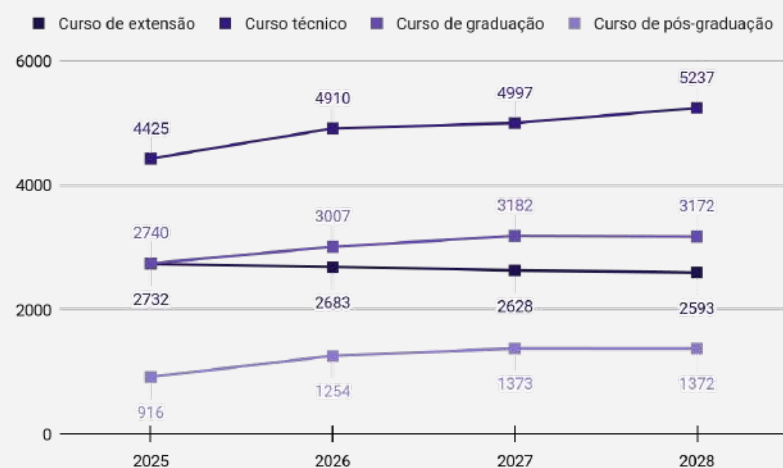
Da mesma forma, os RDIs requerem:

- pesquisa de interesse da comunidade externa;
- levantamento de dados oficiais que caracterizem o perfil socioeconômico regional; e
- identificação do benefício social e contribuição para o desenvolvimento regional, como parte dos procedimentos para a submissão de um novo curso, conforme IN PRODI nº 02, de 10 de outubro de 2017.

Em 2024, o Cronograma de Oferta de Cursos e Vagas foi revisado para o período de 2025 a 2028 e possibilitou a realização de um comparativo entre o planejado e o executado no primeiro ano de vigência do atual PDI do IFRS. Com a revisão, a tendência de planejamento de oferta de cursos e vagas para os anos de 2025 a 2028 foi atualizada, passando a abranger um total de 47.221 vagas em cursos de extensão, cursos técnicos, de graduação e pós-graduação, apresentados na Figura 1.5. Além disso, foram planejados outros cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), na modalidade de Ensino à Distância (EaD), que não preveem vagas, por estarem disponíveis conforme adesão da comunidade.



Figura 1.5 - Tendência de oferta de cursos e vagas



Fonte: [Painel OCV PDI 2024-2028](#)

Para além do planejamento e proposição de novos cursos alinhados às demandas do ambiente externo, o IFRS busca estreitar a relação com a comunidade externa e interna, por meio de estratégias como: diálogos constantes; parcerias públicas e privadas; programa de avaliação institucional; acompanhamento de egressos; e disponibilização de canais de comunicação efetiva.

1.3.2 Diálogos constantes

O IFRS manteve diálogo constante com a comunidade externa, durante o ano de 2024, marcado pelo indicativo do Governo Federal de criar novos campi de Institutos Federais. Neste sentido, inúmeros municípios, representados pelos poderes executivo e legislativo, além da sociedade organizada, procuraram a Instituição com o objetivo de obter

informações a respeito deste processo. Assim, houve a participação em inúmeras atividades, como reuniões de trabalho, audiências públicas e visitas técnicas. Foram aproximadamente 10 demandantes, entre municípios e entidades representativas.

Em outra frente, é importante registrar que o IFRS desenvolve inúmeros projetos nas comunidades em que atua, muitos deles com demandas de recursos para o seu funcionamento. Assim, através da articulação junto à Bancada Gaúcha no Congresso, no ano de 2024, foram conquistados R\$3.900.000,00 em emendas que financiaram diversas ações descritas no capítulo de Governança, estratégia e desempenho.

1.3.3 Parcerias públicas e privadas

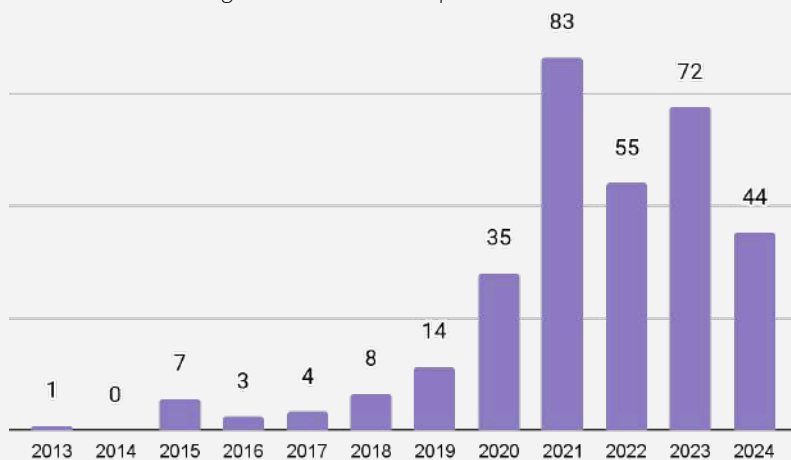
Dois anos marcaram o início do fortalecimento das parcerias do IFRS com organizações públicas e privadas: 2019, com a inauguração do Escritório de Projetos (EP); e 2020, com a consolidação dos processos no EP e do desenvolvimento e uso do [Portal Integra](#).

Até dezembro de 2024 o IFRS já formalizou, entre acordos, contratos, convênios e outras formas de relacionamento 355 Parcerias. Das 355 parcerias e relacionamentos já firmados pelo IFRS, até 2018, 29 haviam sido formalizados, representando 7%. Após 2019, quando o EP foi implantado, até 2024, 320 foram formalizadas, representando 93% do total.

A implantação do Escritório de Projetos, com o uso do Portal Integra, possibilitou ao IFRS oferecer um serviço aos seus parceiros e servidores de facilitação, normatização, padronização e agilidade nos processos de formalização e acompanhamento de parcerias. Como resultado deste atendimento no ano de 2024, foram formalizadas 44 novas parcerias, como pode ser observado na Figura 1.6.



Figura 1.6 - Histórico de parcerias do IFRS



Fonte: Dados do Escritório de Projetos

O Portal Integra foi desenvolvido para ampliar o impacto positivo nas regiões onde o IFRS atua. Por meio deste portal da inovação, é estimulada a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em parceria com organizações públicas e privadas para atender às demandas dos arranjos produtivos, sociais e culturais. Alguns dos indicadores de uso e resultados do portal, exclusivos do ano de 2024, são apresentados a seguir:

+13.000

Visualizações de páginas de currículos, produções, projetos e tecnologias

687

Iniciativas apoiadas pelos ambientes de inovação

61

Acordos e contratos em elaboração para execução de projetos

74.376

Diferentes termos consultados pela comunidade

208

Demandas recebidas da comunidade externa

44

Acordos e contratos formalizados para execução de projetos



1.3.4 Programa de avaliação institucional

Para avaliar a relação e os serviços ofertados, o Programa de Avaliação Institucional do IFRS foi organizado para buscar elementos, junto às Direções dos campi e à comunidade acadêmica, que contribuam para a avaliação da implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e do Plano de Metas (PM).

O programa possui os seguintes instrumentos de avaliação:



- Instrumento de Avaliação Online, que avalia as políticas de ensino, pesquisa e extensão; a comunicação interna; a organização e a gestão; a infraestrutura e os serviços;
- Instrumento de Avaliação pela comunidade externa;
- Avaliação docente;
- Autoavaliação discente;
- Avaliação de cursos.

Alguns níveis de satisfação referentes à [autoavaliação de 2024](#) são apresentados a seguir. Para maior detalhamento, acesse a página da [Comissão Própria de Avaliação \(CPA\)](#).

74%

Inclusão Social

61%

Participação coletiva na definição dos cursos

81%

Participação da comunidade em projetos de ensino, pesquisa e extensão

58%

Utilização de dados da autoavaliação para melhorar o IFRS

60%

Comunicação eficaz de divulgação

55%

Infraestrutura adequada para realização de atividades



CPA
Comissão Própria de
Avaliação Institucional

1.3.5 Acompanhamento de egressos

O [Alumni IFRS](#) é um Programa Institucional que conecta ex-alunos do IFRS a um espaço de troca de experiências e de oportunidades. Por meio da plataforma, os egressos são incentivados a compartilhar vivências, estabelecer relacionamentos, promover parcerias e oportunizar desenvolvimento pessoal e profissional. O IFRS, por sua vez, reúne dados importantes sobre as contribuições profissionais de nossos ex-alunos para a sociedade, que ajudam a aprimorar nossos cursos, nossos campi e a instituição.

Destacam-se os seguintes momentos do programa:

- Novembro/2022: lançamento do ALUMNI IFRS, na programação do Salão IFRS; +
- Março/2023: **200 egressos** inscritos na plataforma; +
- Novembro/2023: Primeiro encontro de egressos IFRS com o tema “contribuições para o futuro”; +
- Dezembro/2023: **690 egressos** inscritos na plataforma;
- **Dezembro/2024**: Segundo encontro de egressos IFRS com o tema “Colaborações e Parcerias entre o IFRS e seus Alumni” + e **1040 egressos** inscritos na plataforma.



ALUMNI IFRS
Programa de Acompanhamento
de Egressos



1.3.6 Canais de contato com o cidadão

Ouvidoria

A ouvidoria pode ser considerada como um agente promotor de mudanças, favorecendo uma gestão flexível e voltada para a satisfação das necessidades do cidadão, garantindo uma prestação de serviços públicos de qualidade e a preservação de direitos. É competência da ouvidoria do IFRS oferecer espaço para criação de soluções construtivas, sendo um importante instrumento de participação e controle social.

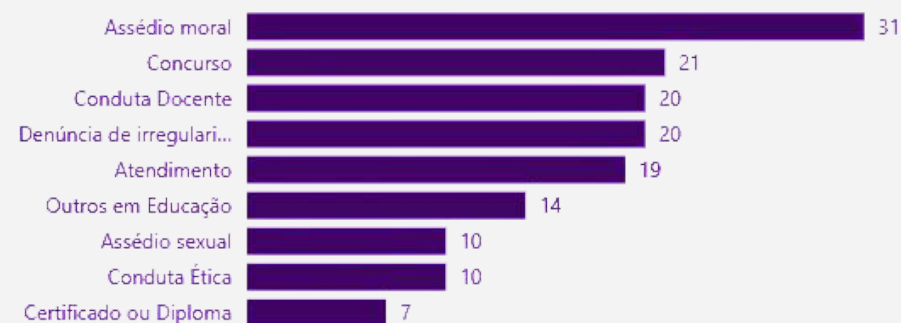
No ano de 2024, a Ouvidoria do IFRS teve o total de **280 manifestações** recebidas e registradas na plataforma [Fala.Br](#). Considerando apenas manifestações respondidas e em tratamento, a seguir são discriminadas conforme sua tipologia e assunto de maior ocorrência:

Figura 1.7 - Tipos de manifestações recebidas pela Ouvidoria do IFRS



Fonte: [Painel Resolveu? - CGU](#)

Figura 1.8 - Ranking por assunto das manifestações recebidas pela Ouvidoria do IFRS



Fonte: [Painel Resolveu? - CGU](#)

Acesso à Informação

Todo cidadão tem o direito de solicitar acesso a informações produzidas ou mantidas pelos órgãos e entidades públicas, de interesse particular ou coletivo. A [Lei de Acesso à Informação \(LAI\), nº 12.527/2011](#) tem como objetivo garantir o direito constitucional de solicitar e obter informações dos órgãos e entidades públicas. Podem pedir informações referentes a pessoas de qualquer idade e nacionalidade, além de empresas e organizações. O acesso à informação é um direito de todos e um dever do Estado!

No IFRS, durante o ano de 2024, foram recebidos **92 pedidos de acesso à informação**, cujos principais temas são apresentados na Figura 1.9. Do total de pedidos recebidos, 98,91% foram respondidos com tempo médio de resposta 10,06 dias. Isso conferiu ao IFRS a 92ª colocação, quando considerado o tempo médio de resposta dos órgãos públicos federais, segundo o ranking de órgãos do [Painel de Lei de Acesso à Informação](#) da Controladoria Geral da União, que conta com um total de 320 órgãos.



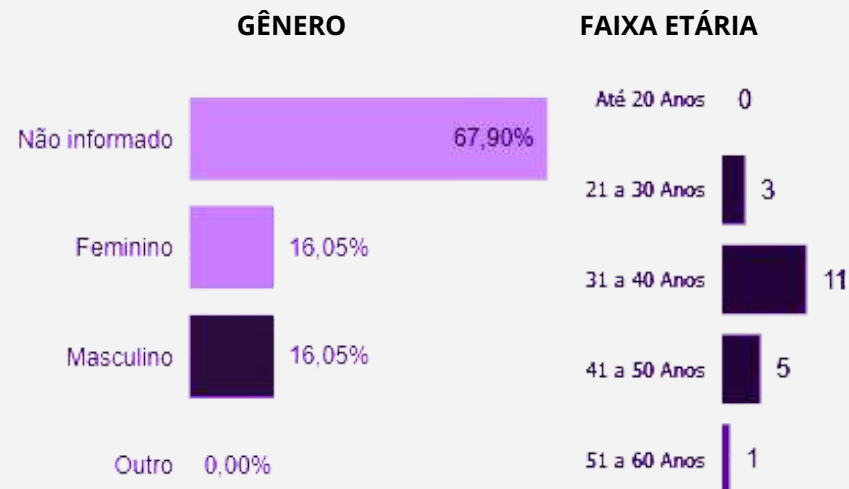
Figura 1.9- Temas mais recebidos pelo acesso à Informação do IFRS



Fonte: [Painel Lei de Acesso à Informação - CGU](#)

As solicitações de 2024 partiram de 81 cidadãos, o que resulta em uma média de 1,1 pedidos por solicitante. O perfil desses, em termos de gênero e faixa etária, é apresentado na Figura 1.10.

Figura 1.10 - Perfil do usuário do acesso à Informação do IFRS



Fonte: [Painel Lei de Acesso à Informação - CGU](#)



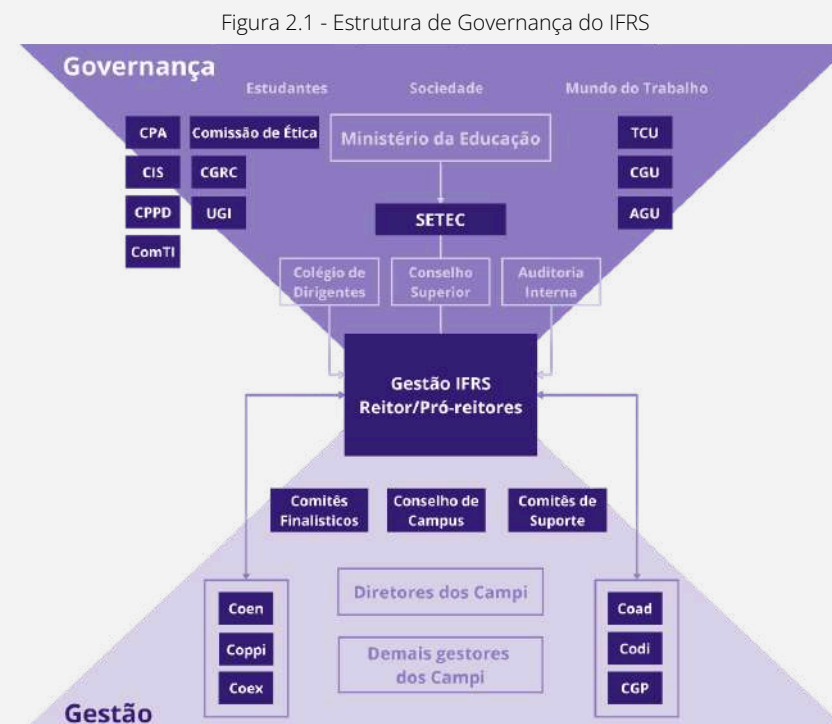
2 GOVERNANÇA

A governança no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) tem como objetivo conduzir a instituição no cumprimento de sua missão e na geração de valor para a sociedade. Este capítulo tem como objetivo demonstrar como a estrutura de governança do IFRS apoia a execução de seus objetivos estratégicos, assegurando a entrega de resultados consistentes e alinhados às expectativas da comunidade. Por meio de práticas de supervisão, planejamento estratégico, gestão de riscos e transparência, a instituição fortalece sua capacidade de atender às demandas externas educacionais, científicas, tecnológicas e de inovação. Além disso, o capítulo destaca os mecanismos de interação entre o IFRS, bem como as formas pelas quais as necessidades e expectativas de estudantes, servidores e sociedade são consideradas na formulação e implementação de estratégias. Essa abordagem participativa e alinhada a princípios éticos e de eficiência não apenas consolida a posição do IFRS como referência em educação pública de qualidade, mas também assegura sua sustentabilidade e relevância em um cenário educacional em constante transformação.

2.1 Modelo de Governança

A organização administrativa do IFRS está descrita no [Capítulo 9](#) do PDI 2024-2028 e fundamenta-se na Lei de Criação dos Institutos Federais, no Estatuto e nos Regimentos do IFRS. Essa estrutura é composta pela **reitoria**, pelos **campi** e pelos **órgãos colegiados**. Os órgãos colegiados apoiam a administração conduzida pelo Reitor, que delega atribuições executivas aos Pró-reitores, ao Diretor Sistêmico e aos Diretores-gerais dos campi.

As estruturas de governança do IFRS estão representadas no modelo ilustrado na Figura 2.1, com suas respectivas funções no processo de tomada de decisão descritas na sequência.




Fonte: [Metodologia de Gestão de Riscos do IFRS](#)







Conselho Superior (Consup) + – de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo da instituição.


Conselhos de Campus (Concamp) – órgão máximo normativo, consultivo e deliberativo de cada campus do IFRS.





Colégio de Dirigentes (CD)  – de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da gestão.

Comitês finalísticos e de suporte – de caráter consultivo e propositivo, são órgãos colegiados com a finalidade de colaborar para desenvolvimento de políticas e ações do IFRS nas suas respectivas áreas. São eles:


- Comitê de Ensino (Coen); 
- Comitê de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Coppi). 
- Comitê de Extensão (Coex); 
- Comitê de Administração (Coad); 
- Comitê de Desenvolvimento Institucional (Codi); 
- Comitê de Gestão de Pessoas (CGP). 


Comitê Interno de Governança Riscos e Controles (CGRC)  – [Portaria IFRS nº 240/2024](#) – de caráter consultivo, tem por objetivo implementar, manter, monitorar e revisar o processo de gestão de riscos.


Comissão Própria de Avaliação (CPA)  – [Portaria IFRS nº 520/2023](#) – integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), atua com autonomia, no âmbito de sua competência legal, em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição.


Comissão Interna de Supervisão (CIS)  – [Portaria IFRS nº 722/2024](#) – a Comissão Interna de Supervisão do Plano de carreira dos cargos de Técnicos Administrativos em Educação possui a finalidade de acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a sua implementação no âmbito


institucional e propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para seu aprimoramento.

Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)  – [Portaria PROAD/IFRS nº 794/2024](#) – órgão consultivo, colegiado, independente e competente de assessoramento do Conselho Superior do IFRS para formulação, acompanhamento e execução da política de pessoal docente.

Comissão de Tecnologia da Informação (ComTI)  – de caráter consultivo e propositivo, é o órgão colegiado que tem a finalidade de colaborar com a Diretoria de TI para o desenvolvimento das políticas e ações do IFRS na área de Tecnologia da Informação.

Comissão de Ética do IFRS (CEIFRS)  – [Portaria IFRS nº 780/2024](#) – de caráter educativo, é encarregada por orientar e aconselhar dirigentes e servidores do IFRS, sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público e faz parte do Sistema de Gestão de Ética Decreto nº 6.029/2007.

Unidade de Auditoria Interna (UNAI)  – é o órgão de controle desenhado para adicionar valor e melhorar as operações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

Unidade de Gestão de Integridade (UGI)  – [Portaria IFRS nº 262/2024](#) – tem a atribuição de coordenar a estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade.



Outras comissões que complementam o modelo de governança do IFRS são:

- Comissão de Acompanhamento e Organização Central (COA-Central); +
- Comissão de Comunicação; +
- Comitê de Ética em Pesquisa (CEP); +
- Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA); +
- Comissão de Segurança da Informação e Comunicação (CSIC). +

2.2 Gestão Participativa

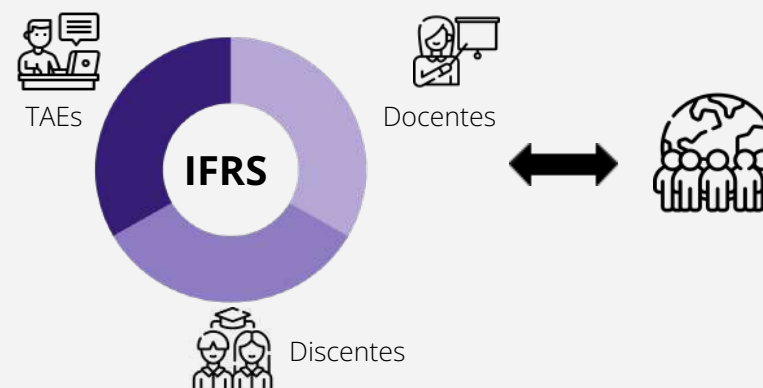
Por delegação do Consup, a participação da comunidade acadêmica nas decisões do IFRS é garantida de forma paritária (Figura 2.2), ou seja, igualitária para cada um dos segmentos que a compõem: discentes, docentes e técnicos administrativos em educação. O Consup e os Conselhos de Campus são os espaços onde ocorrem essas decisões compartilhadas. Além disso, a mesma paridade é observada no peso dos votos de cada segmento nos processos eletivos para escolha do Reitor e Diretores-gerais dos campi.

Os discentes, enquanto representantes mais imediatos dos destinatários dos principais serviços prestados pelo IFRS, ainda possuem o mesmo espaço de participação dos demais segmentos da comunidade acadêmica nas Comissões Permanentes do Consup e do Concamp, bem como na CPA. Para os egressos há também espaço de participação de um representante no Consup.

A comunidade externa, por sua vez, também tem participação prevista. São três representantes com direito a voto para o Consup; no mínimo um e no máximo três representantes titulares e seus respectivos suplentes em cada Concamp; e dois representantes na CPA do IFRS, mais

um representante em cada CPA local, com seus respectivos suplentes.

Figura 2.2 - Participação paritária da comunidade acadêmica do IFRS



Fonte: [IFRS](#)

2.3 Ética e Integridade

No ano de 2024, houve a necessidade de nomeação dos novos membros do Comitê de Governança, Riscos e Controles do IFRS devido à eleição e posse da nova gestão. Sendo assim, os novos membros foram designados conforme a [Portaria IFRS nº 240/2024](#). Considerando a necessidade de capacitar os novos membros do Comitê de Governança, Riscos e Controles do IFRS, quanto às suas competências e responsabilidades, a Unidade de Gestão da Integridade (UGI) promoveu uma ação de capacitação específica para este público, contribuindo para a boa governança e a disseminação da cultura de integridade no âmbito do IFRS. Dentre as principais ações da UGI, destaca-se:

1. Monitoramento e gerenciamento das medidas de tratamento de riscos à integridade conforme [Relatório Anual da UGI](#);

2. Revisão do Plano de Integridade – A 4ª edição do [Plano de Integridade do IFRS](#) com vigência 2024 – 2025, aprovado conforme Portaria IFRS nº 870/2024.
3. [Resposta ao iESGo 2024 - Índice ESG \(Environmental, Social and Governance\)](#), levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU), que visa avaliar o nível de adesão das organizações públicas federais em relação às práticas de ESG. O iESGo substituiu o Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas – iGG, sendo o novo instrumento que passou a integrar a avaliação dos processos de governança e de gestão com os processos de sustentabilidade ambiental e social.
4. Realização de Ações de capacitação:
 - a. [Capacitação em Políticas e Ações de Compliance](#), com o tema: “Políticas e ações de *Compliance* no IFRS”. Curso de capacitação para novos Diretores-gerais dos campi do IFRS e formação para os membros do Comitê de Governança, Riscos e Controles do IFRS.
 - b. [1º Seminário sobre Integridade Pública no IFRS](#), com o tema: Disseminação da cultura de integridade no IFRS. Participaram do evento integrantes da UGI, da CPPD e CIS, dos comitês Codi, Coad, Coen, Coex, Coppi, além da Coordenadoria de Gestão de Pessoas (Cogep), da auditoria interna, da comunicação e das chefias de gabinete. O objetivo do seminário foi capacitar os servidores da reitoria e dos campi para que eles possam compartilhar os conhecimentos e discutir temas da integridade em suas respectivas unidades, tendo como

propósito a disseminação da cultura de integridade no âmbito do IFRS.

Quanto à Comissão de Ética, em 2024, o IFRS consolidou novas formas de transparência em sua comunicação com o público. Foram criados, bem como, tornados públicos no site do IFRS os [Boletins](#) com informações atualizadas do trabalho da Comissão. Através desses Boletins é possível a qualquer usuário acompanhar o trabalho desta comissão acessando os extratos das atas de reuniões, os processos em andamento, bem como, os planos de trabalho e os resultados alcançados ano a ano.

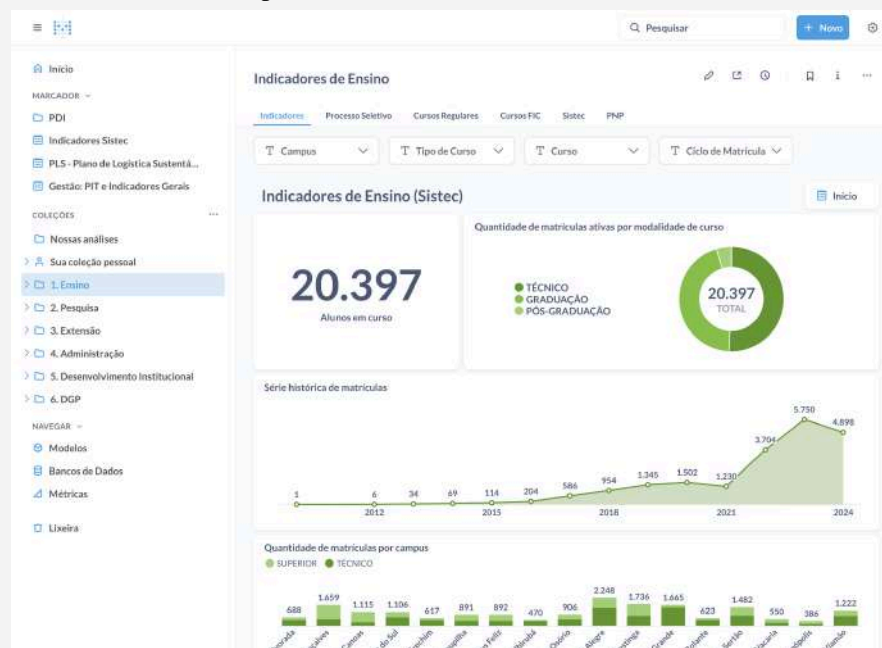
2.4 Tecnologia e Inovação na Governança

O IFRS adotou uma abordagem inovadora para melhorar seus processos administrativos e apoiar os gestores na tomada de decisões implementando um sistema de *Business Intelligence* (BI) utilizando o software *open source* [Metabase](#) (Figura 2.3). Esse sistema centraliza e permite a análise de dados de diferentes áreas institucionais, promovendo a eficiência e a transparência. As finalidades abrangem o monitoramento de dados acadêmicos, como matrículas, desempenho e evasão (extraídos de sistemas como SIGAA e Sistec); a análise de dados de Pesquisa e Extensão, com informações oriundas do SIGAA e do Portal Integra; o acompanhamento de dados de pessoal, a partir do SIAPE; e o acompanhamento de dados administrativos e financeiros, consolidados a partir do Siafi e do Tesouro Gerencial. Além disso, o sistema oferece suporte ao planejamento institucional, analisando indicadores provenientes do Sigpp, PDI, Plano de Ação e Relatório de Ações e



Resultados, e monitora a sustentabilidade com base no Plano de Logística Sustentável (PLS).

Figura 2.3 - Interface do Painel Gestor IFRS



Fonte: [Painel Gestor IFRS - Indicadores de Ensino](#)

O sistema BI do IFRS integra dados de diversos sistemas, cada um com finalidades específicas. Por exemplo, o SIG é o *Enterprise Resource Planning* (ERP) que atua como base para a gestão institucional e acadêmica, incluindo cursos, disciplinas, alunos e pessoal. O Processo Seletivo fornece informações sobre a entrada de novos estudantes, e o Integra organiza dados sobre produção científica, tecnologias desenvolvidas e transferidas e projetos e parcerias em Pesquisa,

Desenvolvimento e Inovação. Já a CPA consolida dados sobre autoavaliação institucional. O sistema recupera informações de bases externas, como da Fundação de Apoio conveniada FAURGS, que administra contratos e convênios. Indicadores de desempenho acadêmico, como os resultados do Enade, e dados de políticas públicas, como os fornecidos pela Plataforma Nilo Peçanha (PNP), também são integrados. Informações sobre pessoal são extraídas do Siape, enquanto o Sistec monitora dados de cursos ofertados pela instituição. Por sua vez, o Tesouro Gerencial apresenta dados financeiros, e fontes externas como o IBGE e seus dados abertos fornecem informações socioeconômicas complementares.

Além disso, outras fontes específicas complementam os dados. A DGP contribui com informações referentes a ações de desenvolvimento de servidores, enquanto o Diagnóstico Discente analisa o perfil dos estudantes. Informações de pesquisa são complementadas pelo *Currículo Lattes*, Orcid e o Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, que detalham a atuação dos pesquisadores. O DSpace fornece dados sobre publicações científicas, e a Plataforma Nacional de Infraestrutura do MCTI (PNIFE) integra informações de laboratórios da instituição. Por meio dessas ferramentas, o IFRS não apenas consolida dados dispersos em um único ambiente, mas também promove uma gestão baseada em evidências, apoiando decisões estratégicas para a melhoria contínua dos processos institucionais.



2.5 Principais Ações de Supervisão e Controle do IFRS

Tendo como objetivo garantir legalidade, legitimidade, economicidade e transparência em relação a aplicação dos recursos públicos e aos resultados alcançados pelo IFRS em 2024, as seguintes ações foram desempenhadas:

Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) e Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT)

Para 2024, a Unidade de Auditoria Interna do IFRS (UNAI/IFRS) planejou a execução de 15 ações, sendo que 13 foram concluídas ainda em 2024 e duas se estenderam até 2025. Das ações previstas, 5 são referentes a macroprocessos e são apresentadas no Quadro 2.1.

Além dessas ações, elaborou-se o Parecer sobre a Prestação de Contas Anual, o PAINT 2025 e o RAINI 2023. Também realizou-se: Monitoramento de Recomendações e Contabilização de Benefícios; Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ); Atividades de Comunicação, Integração e Transparência; Alocação da Força de Trabalho em Gestão Interna da UAIG (e-Aud); Levantamento de informações para órgãos de Controle Interno e Externo; Capacitação dos Auditores; Atividades de Coordenação; Alocação da Força de Trabalho em Gestão Interna da UAIG (e-Aud) e Reserva Técnica.

Informações mais detalhadas sobre essas ações, como objetivos a serem atingidos, período de realização e dedicação de horas da equipe podem ser acessadas no [PAINT](#) e no [RAINT](#).

Quadro 2.1 - Ações da UNAI/IFRS ligadas a macroprocessos em 2024

AÇÃO*	STATUS
MACROPROCESSO: Administração TEMA: Gestão do Almoarifado Ação nº 02 do PAINT 2023 (11 serviços de avaliação) com conclusão prevista para 2024	CONCLUÍDA
MACROPROCESSO: Administração TEMA: Gestão de Compras Ação nº 03 do PAINT 2023 (01 serviço de avaliação) com conclusão prevista para 2024	CONCLUÍDA
MACROPROCESSO: Administração TEMA: Gestão dos Bens Móveis Previsão de 06 serviços de avaliação (06 Campi)	CONCLUÍDA
MACROPROCESSO: Ensino TEMA: Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade Previsão de 04 serviços de avaliação (Reitoria e 03 Campi)	PRORROGADA até fevereiro conforme PAINT/2025
MACROPROCESSO: Extensão TEMA: Programas/Projetos e Bolsas de Extensão Previsão de 04 serviços de avaliação (04 Campi)	PRORROGADA até fevereiro conforme PAINT/2025

* Com Alocação da Força de Trabalho em Serviços de Auditoria (e-Aud)

Fonte: UNAI/IFRS

Instrução e encaminhamento de processos disciplinares

A Coordenadoria de Correição e Gestão de Processos Disciplinares tem como objetivo gerir, planejar, orientar, supervisionar, avaliar, aprimorar e controlar as atividades de correição no âmbito do IFRS, na forma da legislação vigente. Entre as ações desenvolvidas, está a instauração e encaminhamento de processos disciplinares. De acordo com dados dos



Gabinetes dos Campi do IFRS, do [SIPAC](#), do [SISCOR-CGU](#) e do [EPAD-CGU](#), no período de janeiro a dezembro de 2024, foram instaurados:

- 4 processos de investigação preliminar sumária;
- 3 processos administrativos disciplinares, e
- 1 processo de sindicância.

A conclusão dos referidos processos de apuração, resultou na suspensão de 1 servidor, advertência de 1 servidor e execução de 1 Termo de Ajustamento de Conduta.

Como ações futuras, serão sugeridas novas práticas aos Diretores Gerais dos campi e à Diretoria de assuntos estudantis, no que se refere ao assédio moral e sexual, no âmbito do IFRS, a fim de que se utilizem das semanas pedagógicas e das formações de docentes quando do retorno do calendário acadêmico, como instrumento de conscientização e como meio de informação sobre os temas que geraram mais denúncias.

No sítio eletrônico do IFRS, na página da [Coordenadoria de Correição e Gestão de Processos Disciplinares](#), podem ser obtidas mais informações acerca do tema.

2.6 Indicadores de Governança e Gestão

Indicadores de governança e gestão são essenciais para avaliar o desempenho da administração pública e orientar a tomada de decisões estratégicas. A seguir, são apresentadas duas ferramentas de monitoramento desses indicadores, que contribuem para o aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo IFRS.

2.6.1 Índice de Governança e Sustentabilidade - iESGo

O [Acórdão nº 1205/2023 TCU-PLENÁRIO](#) autorizou a realização de fiscalização da governança em organizações públicas federais a partir de um novo modelo, o Índice de Governança e Sustentabilidade - iESGo, já mencionado anteriormente no [item 2.3](#) deste relatório. Trata-se de uma proposta de fiscalização encaminhada pela Auditoria Especializada em Governança e Inovação (AudGovernança), na modalidade levantamento, com o objetivo de remodelar o questionário conhecido como iGG para torná-lo um instrumento de avaliação de práticas de ESG (*Environmental, Social and Governance*). O presente instrumento será capaz de medir a adesão das organizações públicas respondentes as referidas práticas que vão além da Governança e Gestão, mas alcançam a sustentabilidade ambiental dessas organizações e sua responsabilidade social.

A estrutura do questionário iESGo 2024 está alinhada com o modelo de governança e gestão disposto no Referencial Básico de Governança (RBG), com exceção das práticas de sustentabilidade, que não constam no referencial. As questões foram agrupadas pelos seguintes temas: Governança pública; Governança e Gestão de pessoas; Governança e Gestão de tecnologia e da segurança da informação; Governança e Gestão de contratações; Governança e Gestão orçamentárias; e Governança e Gestão de Sustentabilidade Ambiental e Social.

Por sua vez, o [Acórdão nº 1913/2024 TCU-PLENÁRIO](#) autorizou a divulgação de informações consolidadas e granulares do referido levantamento, entre elas, relatórios individualizados das organizações respondentes. O IFRS foi uma das 387 instituições pesquisadas e seus resultados de avaliação são apresentados no Quadro 2.2, tendo como base o [Relatório Individual da Autoavaliação do IFRS](#), emitido pelo TCU.



Quadro 2.2 - Resultados da autoavaliação do IFRS pelo iESGo

INDICADOR	RESULTADO
Índice ESG - iESGo	54,6%
Índice integrado de sustentabilidade ambiental e social	74,7%
Índice de governança e gestão da sustentabilidade ambiental	75,2%
Índice de governança e gestão da sustentabilidade social	74,3%
Índice integrado de governança e gestão públicas	43,8%
Índice de governança pública organizacional	55,2%
Índice de governança e gestão de pessoas	13,2%
Índice de gestão de pessoas	18,2%
Índice de governança e gestão de tecnologia da informação e de segurança da informação	17,8%
Índice de gestão de tecnologia da informação e da segurança da informação	22,4%
Índice de governança e gestão de contratações	70,4%
Índice de gestão de contratações	61,8%
Índice de governança e gestão orçamentárias	70,7%
Índice de gestão orçamentária	57,8%

Fonte: [TCU, 2024](#)

Para análise dos resultados as seguintes faixas de classificação são consideradas:

- Aprimorado, de 70% a 100%;
- Intermediário, de 40% a 69,9%;
- Inicial, de 15% a 39,9%;
- Inexpressivo, de 0 a 14,9%.

O iESGo é o índice que sintetiza todas as práticas de governança, gestão e sustentabilidade avaliadas no questionário, tendo o IFRS ficado na faixa intermediária em sua primeira aplicação. Somado a ele, o IFRS possui outros nove índices em nível intermediário ou aprimorado, sendo metade em cada um deles, e correspondendo a 71,4% dos avaliados. O restante dos índices, quatro ou 28,6%, são classificados como inicial ou inexpressivo, este último englobando apenas um indicador. Os índices categorizados nestas duas últimas faixas referem-se, em especial, às áreas de gestão de pessoas e de tecnologia e segurança da informação, indicando a necessidade de priorização na implementação de melhorias.

2.6.2 Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha

O [Acórdão nº 2267/2005 TCU-PLENÁRIO](#) trouxe a obrigatoriedade da apresentação no Relatório de Gestão Anual dos indicadores de gestão, os quais foram alterados pelo [Acórdão nº 612/2021 TCU-PLENÁRIO](#), a fim de refletir as exigências do marco legal aplicável à atuação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e à dinâmica de atuação dos Institutos Federais.

Os Quadros 2.3 a 2.6 apresentam esses indicadores, que têm como fonte dados da [PNP](#), coletados em 24 de janeiro de 2025, que fazem



referência aos anos de 2022 e 2023, uma vez que, conforme Nota Técnica nº 119/2024/CGPS/DDR/SETEC/SETEC, os dados do ano de 2024 tem previsão de publicação posterior a data limite deste documento. Assim, o comparativo se restringe a esses dois anos e considera cursos regulares e presenciais do IFRS.

Quadro 2.3 - Indicadores acadêmicos do IFRS

INDICADORES ACADÊMICOS	2022	2023
Relação inscritos por vaga	2,56	2,80
Ingressantes	5.487	6.689
Matrículas	24.071	23.340
Relação ingressantes por matrículas	22,84%	28,66%
Relação matrículas por professor	23,40	22,99
Conclusão por ciclo	23,45%	30,31%
Índice de eficiência acadêmica	39,50%	41,08%
Retenção por ciclo	40,63%	26,20%
Evasão por ciclo	35,92%	43,48%
Taxa de evasão	17,16%	19,43%

Fonte: PNP (Sistec)

A análise do Quadro 2.3, indica um pequeno aumento na procura dos cursos do IFRS, uma vez que houve incremento na relação de inscritos por vagas e nos ingressantes. Ainda assim, observou-se uma redução no

número de matrículas absolutas e uma leve queda na relação matrículas por professor, indicando quase uma estabilidade.

Quadro 2.4 - Indicadores socioeconômicos do IFRS

RENDA FAMILIAR PER CAPITA (RFPC)	2022	2023
Matrículas por RFPC < 0,5 SM	2096	1652
Matrículas por 0,5 <= RFPC < 1,0 SM	3281	3197
Matrículas por 1,0 <= RFPC < 1,5 SM	6036	5384
Matrículas por 1,5 <= RFPC < 2,5 SM	4224	4072
Matrículas por 2,5 <= RFPC < 3,5 SM	1756	1736
Matrículas por RFP > 3,5	1514	1351
Matrículas por RFP não declarada	5110	5948
CLASSIFICAÇÃO RACIAL (CR)	2022	2023
Matrículas por CR = Amarela	65	58
Matrículas por CR = Branca	17.293	16.580
Matrículas por CR = Indígena	127	148
Matrículas por CR = Parda	2.805	2.805
Matrículas por CR = Preta	1.919	1.974
Matrículas por CR = Não declarada	1.808	1.775

Fonte: PNP (Sistec)



Por outro lado, ainda em análise ao Quadro 2.3, verificou-se uma melhora expressiva no percentual de retenção e de conclusão por ciclo. O aumento da evasão por ciclo pode estar relacionado à catástrofe climática ocorrida em 2024 no Estado, culminando com a instituição do estado de calamidade pública de acordo com o [Decreto nº 57.905/2024](#).

Tendo em vista o número de matrículas detalhado por renda e raça, no Quadro 2.4, nota-se que 61,3% das matrículas de 2023 foram de alunos com renda familiar per capita de até 2,5 salários-mínimos. Considerando a classificação racial, em 2023 nota-se a maior ocorrência em branca (71,0%) e parda (12,0%) e aumento em relação à 2022 em preta, no percentual de 16,5%, e indígenas, em 2,9%.

Quadro 2.5 - Indicadores financeiros do IFRS

INDICADORES FINANCEIROS	2022	2023
Gastos correntes por matrícula	R\$ 18.906,23	R\$ 21.475,33
Gastos de pessoal	R\$ 463.539.186,04	R\$ 498.546.246,94
Gastos com investimentos	R\$ 10.667.312,70	R\$ 14.474.302,62
Gastos com outros custeios	R\$ 55.470,489,61	R\$ 61.902.265,34
Gastos totais	R\$ 529.657.080,10	R\$ 574.901.064,08

Fonte: PNP (Tesouro Direto)

Em relação aos indicadores financeiros, Quadro 2.5, verifica-se aumento em todos eles quando observado os valores de 2023 em relação a 2022. Os destaques ficam para os investimentos com 35,7% de aumento e para os gastos correntes por matrícula, com 13,6%. Os gastos com pessoal

são os mais representativos, correspondendo a 86,6% dos gastos totais em 2022 e 86,7%, em 2023. Os valores de 2024 referentes a gastos de pessoal, investimentos, outros custeios e gastos totais podem ser observados no [item 4.2](#) deste relatório e, mais detalhadamente, na [seção 6](#), Informações Contábeis, Financeiras e Orçamentárias.

Por fim, o Quadro 2.6 mostra um aumento da qualificação dos docentes, que alcançaram em seu índice de titulação o escore de 4,6.

Quadro 2.6- Indicadores dos docentes do IFRS

INDICADORES DOS DOCENTES	2022	2023
Índice de titulação docente	4,5	4,6

Fonte: PNP (Slape)

2.6.3 Medidas Adotadas em Relação aos Indicadores de Governança e Gestão

Algumas das medidas adotadas pelo IFRS que antecederam o iESGo e embasaram os resultados apresentados no Quadro 02, são apresentados na sequência, juntamente com medidas para melhoria dos indicadores da PNP:

- Atualização dos documentos que formalizam às instâncias internas de governança e gestão;
- Atualização do [PDI para o ciclo 2024-2028](#), com a definição de indicadores e metas, incluindo indicadores da PNP, e monitoramento desses em [painel](#);
- Atualização anual dos capítulos de Infraestrutura e de Oferta de Cursos e Vagas (OCV) do PDI 2024-2028;



- Manutenção e ampliação dos esforços relacionados ao [Plano de Recuperação dos Indicadores de Gestão do IFRS](#) em todas as unidades com o objetivo de discutir ações para promoção da melhoria dos indicadores da instituição e a utilização dos mesmos na tomada de decisão;
- Emissão dos Ofícios Circulares [nº 111/2022](#) e [nº 5/2023](#) para orientação sobre a oferta de cursos e vagas, planejada no PDI 2024-2028 e acompanhada em [painel](#);
- Adesão ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção;
- Aprovação do [Plano de Integridade 2024-2025](#), pela [Portaria nº 870/2024](#), emitida pelo Gabinete do Reitor;
- Monitoramento do [Programa de Integridade do IFRS](#);
- Promoção de ações de inclusão por meio da [Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade](#);
- Aprovação da [Política de Atendimento Educacional Especializado \(AEE\) do IFRS](#) conforme Resolução CONSUP nº 13/2024;
- Revisão do [Projeto Pedagógico Institucional \(PPI\) do IFRS](#) conforme Resolução CONSUP nº 71/2024;
- Revisão da [Organização Didática do IFRS](#) conforme Resolução CONSUP nº 01/2024;
- Aprovação dos [Planos Estratégicos de Permanência e Êxitos dos Campi do IFRS](#);
- Alteração da [Política de Ingresso Discente \(PID\)](#) conforme Resolução CONSUP nº 42/2022;
- Aprovação da [Política de Saúde Estudantil \(PSaE\)](#) conforme Resolução CONSUP nº 76/2022;
- Normatização do fluxo de denúncias e comunicações pela [IN nº 3/2023](#), emitida pelo Gabinete do Reitor, com a utilização do Fala.br;
- Publicação de [Manual de Boas Práticas, Fluxos e Atribuições da Ouvidoria](#);
- Disponibilização da página [Transparência e Prestação de Contas](#) no endereço eletrônico do IFRS;
- Instituição da Política de Transição de Gestão, pela [IN nº 01/2023](#), emitida pelo Gabinete do Reitor;
- Acompanhamento do [Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação](#);
- Acompanhamento dos serviços de suporte de Tecnologia da Informação pelo sistema [GLPI](#);
- Melhoria do [Plano de Ação do IFRS](#) com avaliação dos riscos das ações em consonância com a [Política de Gestão de Riscos](#) e sua [Metodologia](#);
- Monitoramento da [Correição e Gestão de Processos Disciplinares](#);
- Implementação de melhorias na publicização das informações, [Boletins](#), relacionadas a [Comissão de Ética do IFRS](#);
- Elaboração de manuais, fluxos e modelos padronizados para [licitações, convênios, gestão e fiscalização de contratos](#);
- Elaboração do [Modelo de Mapa de Riscos](#) utilizado nos processos de contratação, contemplando identificação, análise, avaliação, tratamento dos riscos e definição dos responsáveis pelo tratamento;



- Sistematização de procedimentos de processos de empenho e pagamento de licitações: [ata SRP](#), [contratações diretas e pregão tradicional](#);
- Elaboração do [Plano Anual de Contratações 2024](#);
- Elaboração do Calendário de Licitações Compartilhadas 2024 - [IN PROAD nº 02/2023](#), alterada pela [IN PROAD nº 01/2024](#);
- Implantação do processo eletrônico de contratação no IFRS, pela [IN PROAD nº 3/2021](#);
- Regulamentação das normas de governança das contratações pela [IN PROAD Nº 01/2023](#);
- Publicação dos editais e resultados de licitações da [reitoria](#) e dos [campi](#) do IFRS;
- Publicação dos contratos da [reitoria](#) e dos [campi](#) do IFRS;
- Acompanhamento em painel do [Plano de Logística Sustentável](#) e elaboração de novo plano seguindo as diretrizes do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) para o ciclo 2024-2029;
- Elaboração de [Editais Públicos de Redistribuição](#);
- Regulamentação da solicitação de provimentos do quadro permanente ativo e a mobilidade de servidores do IFRS - [IN IFRS nº 02/2021](#);
- Elaboração anual do [Plano de Desenvolvimento de Pessoas \(PDP\)](#).



3 ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

3.1 Plano de Desenvolvimento Institucional

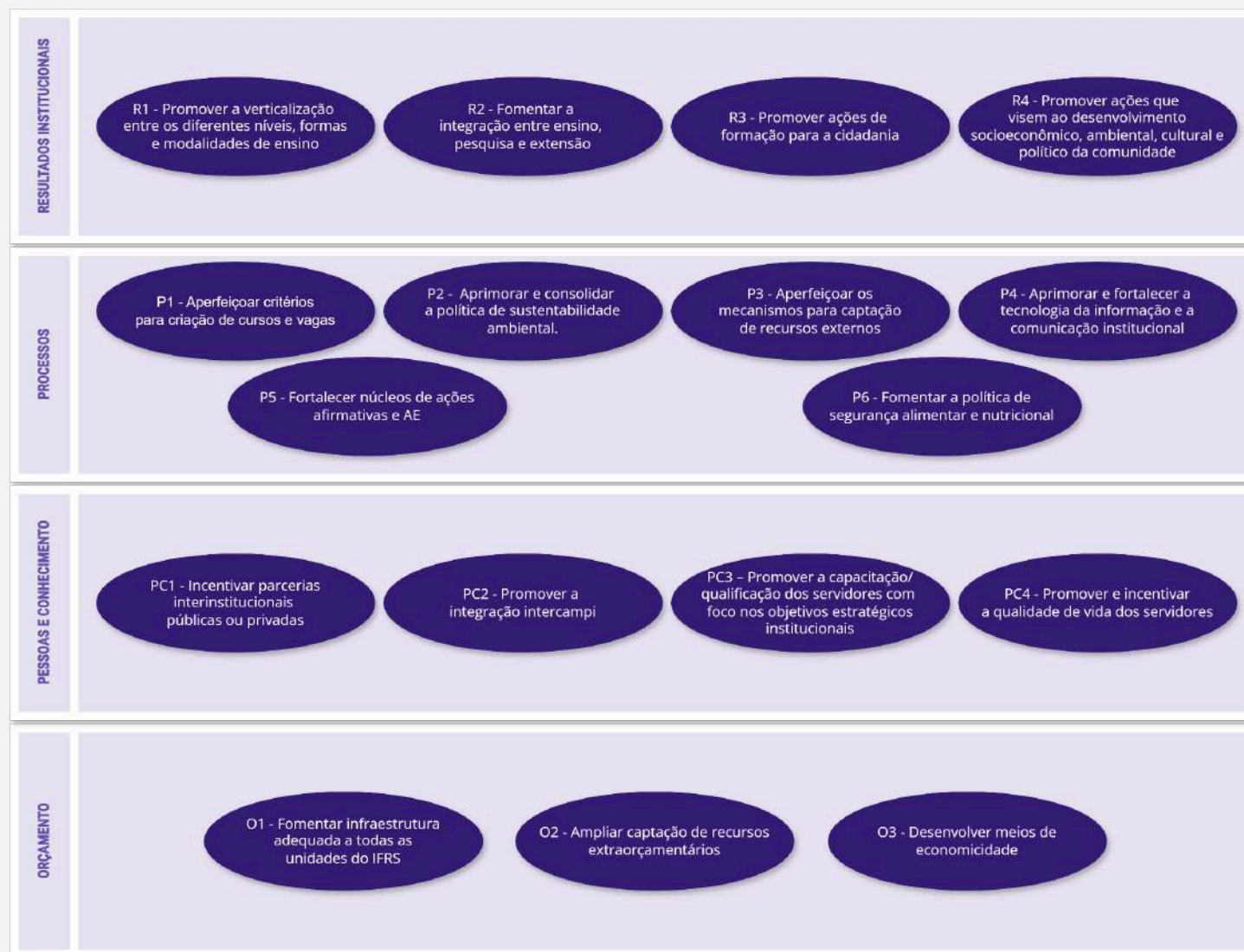
O ano de 2024 marcou o início do novo ciclo do PDI (2024-2028), que manteve os mesmos objetivos estratégicos do plano anterior (2019-2023) e incluiu indicadores com metas específicas, permitindo o monitoramento dos objetivos traçados.

Os objetivos estratégicos, elaborados no PDI 2019-2023 com a ferramenta *Balanced ScoreCard* (BSC), resultaram no Mapa Estratégico do IFRS, que organizou os 17 objetivos em quatro perspectivas, conforme apresentado no item 3.1.1.

3.1.1 Mapa estratégico

Figura 3.1 - Mapa estratégico do IFRS

Fonte: [PDI 2024-2028 \(Cap. 2\)](#)



3.2 Ações executadas em 2024

No [Painel de Ações e Resultados](#) é possível encontrar o detalhamento das ações propostas por cada unidade do IFRS, além das iniciativas executadas, obstáculos encontrados e futuros desafios elencados pelos campi do IFRS. A seguir serão apresentadas as principais iniciativas executadas por perspectiva definida no PDI 2024-2028, com seus obstáculos e desafios.

Perspectiva de Resultados Institucionais

O IFRS executou diversas iniciativas para aprimorar os resultados da instituição em termos de educação oferecida, integração entre os diferentes níveis de ensino, fomento à inovação e impacto social. Além disso, o IFRS tem modernizado seus processos administrativos, ampliado a oferta de cursos e desenvolvendo um ambiente mais inclusivo e sustentável. Neste contexto, destacam-se as seguintes **iniciativas** executadas em 2024:

- Criação de mecanismos para acompanhamento da permanência e êxito dos estudantes;
- Ampliação da oferta de cursos e programas de formação continuada (FIC);
- Novas ferramentas analíticas para monitoramento e avaliação acadêmica e institucional;
- Modernização dos processos administrativos;
- Desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada e inovação tecnológica;
- Expansão de ações de extensão voltadas para a inclusão social e o desenvolvimento regional;

- Fortalecimento de políticas de acessibilidade e inclusão para estudantes e servidores;
- Implementação de sistemas informatizados para otimizar a gestão acadêmica e administrativa;
- Capacitação contínua de docentes e técnicos administrativos;
- Estabelecimento de novas parcerias com instituições públicas e privadas;
- Desenvolvimento de metodologias para ensino híbrido e uso de tecnologias digitais na aprendizagem;
- Expansão de infraestrutura física e tecnológica nos campi;
- Implementação de projetos de eficiência energética e sustentabilidade;
- Aprimoramento das políticas de gestão de pessoas, incluindo planos de capacitação e valorização profissional;
- Criação de espaços maker e laboratórios multidisciplinares para fomentar inovação e empreendedorismo;
- Reestruturação e atualização curricular dos cursos para atender melhor às demandas do mercado e da sociedade;
- Promoção de eventos científicos e culturais para incentivar a produção acadêmica e o engajamento estudantil;
- Aperfeiçoamento dos mecanismos de governança institucional, com foco na transparência;
- Fortalecimento das ações de internacionalização para ampliar oportunidades de intercâmbio e colaboração acadêmica.

Em meio as iniciativas executadas, o IFRS enfrentou diversos **obstáculos** que impactam o alcance pleno dos objetivos estratégicos, como:



- Restrições orçamentárias, limitando a expansão de infraestrutura;
- Resistência à adoção de novas tecnologias e metodologias educacionais;
- Deficiências na comunicação interna e na articulação entre diferentes setores da instituição, impactando a efetividade das ações estratégicas;
- Falta de recursos humanos especializados para atender demandas específicas em ensino, pesquisa e extensão;
- Burocracia excessiva nos processos administrativos, atrasando a implementação de projetos e dificultando a gestão eficiente;
- Dificuldades na retenção e permanência dos estudantes, exigindo estratégias mais eficazes para acompanhamento acadêmico;
- Infraestrutura inadequada em alguns campi;
- Desafios na internacionalização, devido a barreiras linguísticas, falta de parcerias estratégicas e dificuldades logísticas;
- Baixa participação de setores externos na formulação e execução de projetos institucionais, limitando o impacto social das ações.

Para a perspectiva de Resultados Institucionais, foram identificados os principais **desafios** a serem endereçados a partir de 2025:

- Aumentar a oferta de cursos para a comunidade;
- Finalizar a reformulação dos PPCs vigentes;
- Melhorar a permanência e o atendimento financeiro dos estudantes de pós-graduação;

- Fortalecer parcerias com a prefeitura e implementar gestão de risco no campus;
- Ampliar a oferta de cursos FIC;
- Reorganizar a oferta de vagas em 2025;
- Ampliar a oferta regional de cursos de pós-graduação alinhados com as áreas de atuação do campus;
- Monitorar a qualidade dos cursos ofertados;
- Incentivar o desenvolvimento de TCCs para propor soluções para a comunidade;
- Reformular e propor nova proposta de mestrado profissional;
- Adequar os dias de atividades e divulgar cursos para atrair o público interessado;
- Implementar a ampliação de vagas com boas taxas de rendimento e desempenho;
- Implementar novos cursos e buscar financiamento de projetos;
- Viabilizar carga horária para atuação docente em novos cursos;
- Implantar o ensino médio integrado em todos os campi a partir de 2025/1;
- Alterar a tipologia do campus e ofertar novos cursos;
- Otimizar os recursos humanos na equipe da biblioteca;
- Melhorar o processo de elaboração de RDIs e apoio a colegiados e coordenações de cursos;
- Planejar e auxiliar a aquisição de livros;
- Ampliar a divulgação dos repositórios disponíveis;
- Estudar a viabilidade de novos cursos considerando a carga horária docente;
- Aprovar novos cursos e divulgar o processo seletivo;



- Manter os planos educacionais individualizados e as informações atualizadas;
- Criar um repositório consolidado de informações;
- Organizar a documentação e revisar processos relacionados ao credenciamento;
- Implementar medidas de integridade conforme o novo Plano de Integridade do IFRS;
- Ampliar a ação em todas as unidades do IFRS e fortalecer equipes com especialidade;
- Buscar alternativas para captação de recursos externos para ações culturais, esportivas e de educação física;
- Engajar e melhorar a estrutura das comissões locais e estratégias de comunicação;
- Garantir a alocação dos recursos para áreas específicas, como o Departamento de Extensão;
- Superar restrições orçamentárias e desafios administrativos na implementação de cursos e eventos;
- Consolidar parcerias institucionais e desenvolver estratégias híbridas ou digitais para eventos e cursos.

Perspectiva de Processos

O IFRS executou diversas iniciativas e estratégias voltadas para a ampliação e melhoria de seus processos educacionais e institucionais, como a oferta de cursos e atividades acadêmicas, à gestão, parcerias institucionais e captação de recursos, visando melhorar e fortalecer a integração entre diferentes setores e atender às demandas tanto da comunidade interna quanto externa. Neste contexto, destacam-se as seguintes **iniciativas** executadas em 2024:

- Instituição do NEABI como espaço de escuta, acolhimento, apoio e auxílio a estudantes;
- Auxílio na inscrição e realização do curso "Ensino de Português Brasileiro como Língua de Acolhimento";
- Realização de atividades "Conversando sobre ERER" e roda de conversa sobre educação e cultura mbyá Guarani;
- Manutenção de contratos de profissionais (cuidador e psicopedagogo) até maio de 2024;
- Publicação de edital de auxílio à saúde mental para os discentes;
- Articulação e promoção de oficinas e atividades integradas entre os núcleos (NEABI, NEPGS, NuMen e NAC);
- Fortalecimento da equipe de Assistência Estudantil e dos Núcleos de Ações Afirmativas;
- Acompanhamento e apoio aos estudantes cotistas, incluindo esclarecimentos sobre as cotas de ingresso;
- Organização do espaço para o Grêmio Estudantil e Diretório Acadêmico, assim como o acolhimento e integração dos estudantes à comunidade escolar;
- Realização de ações universais da assistência estudantil e acompanhamento do percurso formativo de estudantes com necessidades educacionais específicas;
- Divulgação sobre o acesso aos auxílios estudantis;
- Criação de espaços específicos para atendimento de estudantes (NAPNE/CAE, NAAF e NEABI);
- Realização de Workshop sobre diversidade e inclusão;
- Atualização da Comissão de ingresso indígena e do regulamento dos NAPNEs;



- Realização de ações envolvendo a contratação de profissionais de acessibilidade e políticas de inclusão;
- Realização de reuniões com as equipes de Assistência Estudantil para proposição de ações;
- Manutenção dos contratos com cooperativas e definição do local para construção do restaurante;
- Aquisições de produtos da agricultura familiar via PAA e PNAE;
- Contratação e manutenção de serviços terceirizados;
- Aquisição de eletrodomésticos e merenda escolar extraorçamentária;
- Estabelecimento de política de segurança alimentar do IFRS e fortalecimento de parcerias com cooperativas de agricultura familiar;
- Abertura de edital específico e capacitação de bolsistas para apoio na alimentação escolar;
- Execução do PNAE com atuação integrada aos demais campi do IFRS;
- Realização de chamada pública e pregão para aquisição de alimentos;
- Construção de Restaurante Estudantil;
- Revisão do edital de merenda, avaliações periódicas dos cardápios e procedimentos de segurança alimentar;
- Ampliação das compras de produtos da agricultura familiar e incentivo à produção interna de alimentos;
- Oferta de opções de alimentos saudáveis na cantina e uso de sucos da agricultura familiar para a merenda escolar;
- Desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão ligados à agricultura familiar e produção orgânica.

Em meio as iniciativas executadas, o IFRS enfrentou diversos **obstáculos** que impactam o alcance pleno dos objetivos estratégicos, como:

- Ausência de verba para ações de fortalecimento dos Núcleos de Ações Afirmativas;
- Falta de apoio para inscrição e realização do curso "Ensino de Português Brasileiro como Língua de Acolhimento";
- Ausência de atividades de diálogo e rodas de conversa sobre educação e cultura mbyá Guarani;
- Dificuldade na manutenção de contratos de profissionais (cuidador e psicopedagogo) até maio de 2024;
- Falta de articulação entre os eixos e núcleos (NEABI, NEPGS, NuMen e NAC) para promoção de oficinas e atividades;
- Ausência de parcerias para a implementação de políticas de segurança alimentar, envolvendo, por exemplo, a agricultura familiar;
- Falta de ações para a construção e revisão de editais e procedimentos para aquisição e oferta de merenda escolar.

Para a perspectiva de Processos, foram identificados os principais **desafios** a serem endereçados a partir de 2025:

- Reformulação dos PPCs de licenciaturas;
- Verificação de demandas de curso;
- Elaboração de documentos norteadores;
- Realização de processo contínuo de avaliação baseado em evidências;



- Integralização de cursos técnicos integrados;
- Mudança da tipologia do campus Veranópolis;
- Ampliação do número de servidores;
- Criação de estratégias para aumentar a procura pelos cursos;
- Alteração dos projetos pedagógicos de cursos técnicos;
- Otimização da criação de cursos com base em demandas;
- Atendimento aos 50% de oferta de cursos técnicos;
- Capacitação de servidores em modalidade de ensino;
- Melhoria na comunicação sobre cotas;
- Consolidação do refeitório e ampliação de matrículas;
- Diversificação da aquisição de alimentos da agricultura familiar;
- Ampliação do cardápio dos restaurantes universitários.

Perspectiva de Pessoas e Conhecimento

O IFRS executou diversas iniciativas e estratégias voltadas ao fortalecimento da colaboração interinstitucional, promovendo parcerias públicas e privadas, além de incentivar a integração entre os campi, capacitação e qualificação dos servidores e a promoção da qualidade de vida dos servidores. Neste contexto, destacam-se as seguintes **iniciativas** executadas em 2024:

- Desenvolvimento de material e promoção de encontros com gestores (DG e Daps) para melhorar decisões e execução orçamentária;
- Estruturação de caderno de encargos padronizado para todos os campi do IFRS;
- Capacitação e estímulo do uso do Painel de Governança;

- Promoção de capacitação dos auxiliares institucionais dos campi e outros setores ligados à PROEX, PRODI, PROPMI;
- Capacitação de servidores nas áreas de acessibilidade e tecnologia assistiva;
- Participação em eventos para atualização profissional;
- Realização de publicações técnicas em áreas estratégicas;
- Capacitação de servidores da área de Ensino sobre legislação específica (Lei de Ensino Afro, Afro-brasileiro e Indígena);
- Promoção de ações relacionadas à saúde, segurança e bem-estar;
- Implementação de ginástica laboral e incentivo à práticas esportivas;
- Reorganização da infraestrutura dos campi, especialmente salas dos professores e ambientes administrativos;
- Implementação da Política de Qualidade de Vida dos Servidores do IFRS;
- Manutenção, revisão e atualização das normativas internas;
- Participação de fóruns e eventos para atualização dos servidores;
- Desenvolvimento do acervo digital do Núcleo de Memória do IFRS;
- Participação de servidores em Seminário sobre Integridade Pública no IFRS;
- Implantação do PGD para TAEs;
- Realização do Mestrado em Educação, com a participação de docentes de intercampi;
- Melhoria de infraestrutura e iluminação;
- Realização de ações do Projeto de extensão como Esportizando;



- Participação de servidores em eventos como Encontro de Pesquisadores e Extensionistas;
- Organização e divisão de carga horária docente a partir de reunião por área;
- Apresentação do Painel de Governança;
- Reforma da biblioteca;
- Reuniões organizadas pela Diretoria de Ensino.

Em meio as iniciativas executadas, o IFRS enfrentou diversos **obstáculos** que impactam o alcance pleno dos objetivos estratégicos, como:

- Eventos climáticos e greve dos servidores dificultando a execução de ações;
- Excesso de atividade em outros projetos gerou sobrecarga nas equipes;
- Equipe pequena de servidores limitou a execução de atividades.
- Recurso financeiro insuficiente limitou a execução de ações, como eventos e aquisição de materiais;
- Problemas técnicos com o Sistema geraram obstáculos na execução de tarefas;
- Diferenças nos calendários acadêmicos representaram desafios na coordenação de atividades entre instituições;
- Limitação de recursos financeiros e humanos impediram a participação em eventos internacionais e missões institucionais;
- Conciliar agendas e concorrer com outras demandas dificultou a organização de eventos e ações de capacitação;
- A catástrofe climática de 2024 postergou ações e eventos planejados;

- Falta de recurso orçamentário para brindes e placas comemorativas limitou ações de reconhecimento de servidores;
- Ausência de ações específicas de qualidade de vida devido à falta de recursos e organização;
- Reorganização de calendário devido a calamidades impactou a realização de eventos para integração de servidores;
- Aumento nos custos de passagens aéreas impactou a execução de atividades externas devido à calamidade;
- Revisão do cronograma de publicações gerou obstáculos com a disponibilidade de equipe e recursos humanos;
- Falta de recursos humanos e dificuldades no planejamento de ações de comunicação atrasaram o andamento das ações de comunicação digital;
- Limitação de recursos financeiros para aquisição de equipamentos e capacitação impediu a execução de ações de digitalização e preservação do acervo institucional.

Para a perspectiva de Pessoas e Conhecimento, foram identificados os principais **desafios** a serem endereçados a partir de 2025:

- Ampliação de convênios e parcerias com instituições públicas e privadas;
- Sensibilizar e capacitar servidores para formalização de parcerias;
- Aumentar o número de parcerias intercampi e com empresas;
- Melhorar a comunicação interna e com o município;
- Fortalecer a comunicação entre os diferentes campi e áreas acadêmicas;



- Criar estratégias para representar o IFRS em eventos nacionais e internacionais;
- Incentivar a capacitação contínua dos servidores;
- Organizar eventos de formação e qualificação;
- Ampliar a participação em eventos externos e buscar recursos para capacitação;
- Superar obstáculos burocráticos para formalização de convênio;
- Melhorar processos administrativos para otimizar a execução de projetos;
- Desenvolver projetos voltados para a inovação, sustentabilidade e preservação cultural;
- Ampliar o financiamento e recursos para continuidade de iniciativas;
- Buscar recursos para expandir a política de internacionalização;
- Fortalecer parcerias com instituições internacionais para mobilidade acadêmica;
- Estimular a integração entre os campi e aumentar a participação da comunidade acadêmica em projetos conjuntos;
- Incentivar maior envolvimento de servidores e estudantes nas ações de pesquisa e extensão;
- Buscar fontes adicionais de financiamento para projetos e ações de capacitação.

Perspectiva de Orçamento

A Perspectiva de Orçamento do PDI tem como objetivos fomentar a infraestrutura adequada em todas as unidades do IFRS, ampliar a captação de recursos extraorçamentários e desenvolver estratégias para

promover a economicidade. Para atender essa perspectiva, destacam-se as seguintes **iniciativas** executadas em 2024:

- Aquisição de equipamentos de TI, redes Wi-Fi, licenças de software (Adobe, Microsoft), ar condicionado, instrumentos musicais, mobiliário e materiais para laboratórios e salas de aula, além de equipamentos para informática e esportivos, micro-ondas e materiais de construção;
- Criação de espaços para práticas acadêmicas, culturais e acessibilidade, como laboratórios, passarelas, refeitórios, banheiros e construção de novas bibliotecas, escadas de emergência e alojamentos. Melhorias em estacionamentos e infraestrutura geral;
- Manutenção corretiva e preventiva de equipamentos, sistemas de ar condicionado, sonorização, elevadores, rede elétrica e hidráulica, além de laboratórios, infraestrutura, sistemas de segurança e acessibilidade;
- Criação e ampliação de laboratórios de Maker, Robótica, Processamento de Alimentos, Engenharia, Agroecologia, Solos, Panificação, e espaços de atendimento especializado, pesquisa e inovação;
- Contratação de serviços para manutenção predial, zeladoria, segurança, coleta de resíduos, apoio administrativo e consultoria, além de fiscalização de obras e instalação de sistemas de energia solar e telefonia;
- Captação de recursos por meio de parcerias com empresas, órgãos públicos, cooperativas, e participação em editais de



fomento à pesquisa e inovação, além de recursos para infraestrutura e projetos de extensão;

- Implantação de soluções sustentáveis, como sistemas de energia solar, LED, coleta seletiva, irrigação automatizada, e gestão de água, energia e resíduos;
- Realização de eventos acadêmicos, seminários, campanhas de conscientização e capacitação, divulgação de ações nas redes sociais e eventos de integração com a comunidade;
- Monitoramento e avaliação de ações orçamentárias, consumo de recursos, execução de obras e projetos, e indicadores de desempenho, além de riscos e impactos ambientais;
- Realização de ações de capacitação pedagógica, homenagens, promoção de saúde, bem-estar, diversidade, segurança e preservação cultural.

Em meio as iniciativas executadas, o IFRS enfrentou diversos **obstáculos** que impactam o alcance pleno dos objetivos estratégicos, como:

- Falta de recursos orçamentários para execução de obras e aquisição de materiais;
- Dificuldade em cumprir prazos devido a limitações orçamentárias;
- Bloqueios e cancelamentos de orçamento afetaram o andamento de diversas ações;
- Demora na execução de obras por falta de verba e falta de licitações em vigor;
- Falta de pessoal qualificado para realizar tarefas essenciais, como inventários e avaliações;

- Impedimentos causados pela falta de recursos humanos e limitações físicas no campus;
- Excesso de chuvas e greves afetaram a execução de obras e atividades;
- Limitação de espaço físico e recursos para atender novas demandas;
- Falta de treinamento adequado para servidores envolvidos nas ações;
- Atrasos em pregões e dificuldades na entrega de materiais pelos fornecedores;
- Problemas de infraestrutura, como falta de equipamentos para laboratórios e espaços acadêmicos;
- Planejamento inadequado e falta de gestão eficiente de recursos;
- Recursos orçamentários insuficientes para manter a qualidade das obras e serviços;
- Desvalorização do real e custos elevados de materiais afetaram aquisições;
- Necessidade de captar recursos extraorçamentários para concluir projetos;
- Dificuldades no processo de avaliação institucional devido à baixa adesão e mudanças na comissão;
- Atrasos e dificuldades nas aquisições de equipamentos necessários para a infraestrutura;
- Falta de recursos para adaptar espaços e realizar melhorias nas instalações;
- Faltaram investimentos em tecnologia, afetando a infraestrutura digital e a compra de equipamentos;



- Falta de comprometimento dos fornecedores com os prazos de entrega;
- Atrasos e dificuldades nas obras devido à falta de planejamento e execução eficiente.

Para a perspectiva de Orçamento, foram identificados os principais **desafios** a serem endereçados a partir de 2025:

- Captação de recursos extra orçamentários para realização da ação;
- Mobilização da comunidade;
- Ampliação dos recursos destinados à aquisição de insumos;
- Definição da competência e regularidade da ação: Homenagens de 10 e 15 anos de IFRS aos servidores;
- Disponibilidade de recurso financeiro;
- Captação de recursos para manutenção de ações planejadas;
- Planejamento de ações e captação de recursos;
- Fortalecer as ações de articulação de fomento externo;
- Garantir a adesão de todos os servidores para que 100% das demandas sejam registradas e atendidas através do sistema;
- Acompanhar o consumo de água e energia;
- Desenvolver projetos para a eficiência energética no IFRS;
- Aperfeiçoar as formas de controle da execução orçamentária dos campi;
- Antecipar processos para reduzir a quantidade de valor em restos a pagar;
- Melhorar a infraestrutura do campus;

- Manutenção e funcionamento do sistema para reaproveitamento de água;
- Reorganização do calendário e implementação de ações planejadas com a participação da comunidade acadêmica;
- Manutenção do contato com fornecedores;
- Implantar o cartão de suprimentos para reparos de emergência;
- Continuar o processo de divulgação de boas práticas.

3.3 Indicadores, Metas e Desempenho

Para cada objetivo, o PDI 2024-2028 definiu um ou mais indicadores, apresentados a seguir. Cada indicador possui metas anuais e uma meta para o final do período de vigência do PDI. Os resultados detalhados de cada campus podem ser acessados no [Painel Indicadores PDI](#) e [Plano de Ação e Resultados 2024](#),

Perspectiva de Resultados Institucionais




O Quadro 3.1 mostra a medição e a meta parcial dos indicadores da dimensão "Resultados Institucionais" para o ano de 2024, registrando em negrito no quadro, no todo da instituição, o atendimento da meta em 75% desses indicadores, ou seja, em três deles.

O indicador não atendido foi o R2.1, ficando 0,36% abaixo da meta, porém, em números absolutos todos os 17 campi e a reitoria homologaram projetos indissociáveis, totalizando 113. O mínimo de 2 projetos foi observado no Campus Veranópolis e o máximo de 13 projetos, no Campus Ibirubá. Este último, juntamente com a Reitoria e os campi Canoas, Erechim, Feliz, Sertão e Vacaria superaram os 5% de meta estabelecidos previamente. Os principais obstáculos encontrados pelos *campi* foram os bloqueios e cancelamentos de orçamento, impactando



diretamente a realização das atividades previstas. Além disso, a catástrofe climática no Rio Grande do Sul em maio e junho de 2024, a greve dos servidores e a sobrecarga de tarefas desmobilizaram grupos de trabalho.

Quadro 3.1- Indicadores PDI da dimensão Resultados Institucionais

OBJETIVO	INDICADOR	META 2024	RESULTADO 2024
R1	R1.1 - Percentual de Verticalização* 	20%	21,12%
R2	R2.1 - Percentual de homologação de projetos indissociáveis	5%	4,64%
R3	R3.1 - Percentual de projetos e ações com a temática de formação cidadã e educação para o trabalho 	30%	64,17%
R4	R4.1 - Percentual de Eficiência Acadêmica* 	39%	41,08%

* Dados da PNP com referência ao ano de 2023 (acesso em 04/02/2025).

Fonte: [PNP](#) e [Painel Indicadores PDI](#)

Perspectiva de Processos

O Quadro 3.2 mostra a medição e a meta parcial dos indicadores da dimensão "Processos" para o ano de 2024, registrando em negrito no quadro, no todo da instituição, o atendimento da meta em 66,7% desses indicadores, ou seja, em seis deles. Entre os que não alcançaram a meta,

estão P1.3, P3.1, e P4.2, para os quais algumas observações são pontuadas na sequência.

Referente ao percentual legal para formação de professores (P1.3), observa-se que embora o IFRS não o atenda, os campi Alvorada (36,5%), Bento Gonçalves (30,5%), Feliz (20,2%), Osório (26,7%) e Vacaria (26,2%) o atingem de forma individualizada. Em 2024 ações foram propostas para melhoria do indicador, conforme apresentado no [item 3.2](#), o que poderá mostrar melhores resultados para os dados da PNP 2025, que fazem referência ao ano-calendário de 2024.

Quanto ao percentual de parcerias executadas (P3.1), observa-se o não atendimento da meta em -6,97%. Em números absolutos, registrou-se 25 novas parcerias executadas em 2024 pela reitoria e nove campi do IFRS, dos quais a reitoria e os campi Canoas, Erechim, Farroupilha, Feliz e Ibirubá atingiram a meta de forma individualizada.

Em P4.2, o quantitativo de acessos às páginas institucionais do IFRS e seus campi, quando observadas em conjunto, foi menor em 2024 do que em 2023, resultando em uma medição negativa para o indicador "Percentual de acessos à página institucional", que ficou -38,9%, muito distante da meta de incremento em 5% comparado ao ano anterior. Ressalta-se, porém, o atendimento individualizado dessa pelos portais dos *campi* Erechim (38%), Feliz (38%) e pelo Portal IFRS (13%). Cabe ainda registrar que para este indicador, utilizou-se a média diária de acesso nos meses com coleta de dados para ambos os anos analisados (2023 e 2024), uma vez que, por problemas técnicos, não foi possível obter a coleta completa do período.



Quadro 3.2 - Indicadores PDI da dimensão Processos

OBJETIVO	INDICADOR	META 2024	RESULTADO 2024
P1	P1.1 - Relação de Matrículas por Professor - RAP* ✓	20	22,99
	P1.2 - Percentual Legal de Cursos Técnicos* ✓	50%	50,2%
	P1.3 - Percentual Legal de Cursos de Formação de Professores*	20%	12,7%
P2	P2.1 - Percentual de projetos e ações vinculados a diferentes objetivos de desenvolvimento sustentável ✓	30%	32,61%
P3	P3.1 - Percentual de parcerias executadas	25%	18,03%
P4	P4.1 - Percentual da execução orçamentária em despesas da tecnologia da informação ✓	0,5%	1,65%
	P4.2 - Percentual de acessos à página institucional	0,5%	-44,6%
P5	P5.1 - Percentual de oferta de vagas ao público de ações afirmativas ✓	50%	50,04%
P6	P6.1 - Percentual da execução orçamentária em despesas de alimentos ✓	3%	14,09%

* Dados da PNP com referência ao ano de 2023 (acesso em 04/02/2025).

Fonte: [PNP](#) e [Painel Indicadores PDI](#)

Perspectiva de Pessoas e Conhecimento

O Quadro 3.3 mostra a medição e a meta parcial dos indicadores da dimensão "Pessoas e Conhecimento" para o ano de 2024, registrando, no todo da instituição, o atendimento da meta em 75% desses indicadores, ou seja, em 3 deles.

Quadro 3.3- Indicadores PDI da dimensão Pessoas e Conhecimento

OBJETIVO	INDICADOR	META 2024	RESULTADO 2024
PC1	PC1.1 - Percentual de acordos de parceria formalizados a cada 40 servidores	70%	36,42%
PC2	PC2.1 - Percentual de projetos com membros multicampi ✓	10%	24,72%
PC3	PC3.1 - Percentual de servidores que participaram de ações de desenvolvimento ✓	30%	54,52%
PC4	PC4.1 - Percentual de afastamentos de servidores por ano	30%	32,29%

Fonte: [Painel Indicadores PDI](#)

Em PC1.1, que trata que a cada 40 servidores por campus, é indicada a formalização de um acordo ou contrato com alguma organização externa, pública ou privada, com ou sem contrapartida financeira, apenas Bento Gonçalves (136%), Canoas (92%) e Ibirubá (93%) conseguiram atender a meta de 70%. Os principais obstáculos indicados pelos campi para não atendimento incluem fatores como greve, eventos climáticos e



reestruturação do calendário acadêmico, além da sobrecarga de servidores, burocracia excessiva e falta de cultura institucional voltada para a cooperação. A limitação de recursos humanos e o reduzido interesse de pesquisadores e servidores também contribuíram para o não atendimento, conforme informado pelos gestores.

Em PC4.1, onde a polaridade é negativa, quanto menor o percentual de afastamento, melhor, o IFRS não atingiu a meta de no máximo 30%. Vários foram os obstáculos apresentados pelas unidades, tais como a transição de chefia, a greve dos servidores e as enchentes no RS impactaram a organização e a execução de diversas ações, redirecionando esforços para minimizar os transtornos. A falta de recursos e de pessoal também dificultou iniciativas voltadas à qualidade de vida dos servidores. Além disso, obstáculos externos, como o aumento dos custos e a necessidade de reorganização do calendário, também influenciaram. A maioria dos campi conseguiram atender a meta, exceto Porto Alegre (32,6%), Restinga (56,6%), Vacaria (77%) e Veranópolis (31%).

Perspectiva de Orçamento

O Quadro 3.4 mostra a medição e a meta parcial dos indicadores da dimensão "Orçamento" para o ano de 2024, registrando, no todo da instituição, o atendimento da meta em 3 dos 5 indicadores.

Em O1.2, que trata da avaliação da CPA sobre itens relacionados à Infraestrutura percebidos pela comunidade interna e externa, o IFRS obteve uma medição negativa de -6,71%. A satisfação com a infraestrutura do IFRS enfrentou desafios significativos devido à limitação orçamentária, bloqueios e cancelamentos de recursos, impactando melhorias e novas construções. A falta de servidores e de capacitação

para gerenciar as ações, aliada a processos licitatórios demorados, dificultou a execução de projetos. Além disso, greves, eventos climáticos e a necessidade de readequação do calendário comprometeram o planejamento e a finalização de diversas iniciativas. Os campi que conseguiram atender a meta foram Canoas (85%), Erechim (84%), Feliz (82%) e Veranópolis (85%).

Quadro 3.4- Indicadores PDI da dimensão Orçamento

OBJETIVO	INDICADOR	META 2024	RESULTADO 2024
01	O1.1 - Percentual de investimento em infraestrutura ✓	3%	11,73%
	O1.2 - Percentual de satisfação sobre a infraestrutura oferecida pelo IFRS	80%	73,29%
02	O2.1 - Percentual de captação de recursos extraorçamentários ✓	10%	22%
03	O3.1 - Percentual de execução de restos a pagar	6%	14,23%
	O3.2 - Percentual empenhado em água e luz por pessoa referente ao ano anterior ✓	95%	38,57%

Fonte: [Painel Indicadores PDI](#)

Quanto ao indicador que avalia Restos a Pagar, O3.1, cujo objetivo é otimizar a utilização de recursos, reduzindo restos a pagar por meio de



uma gestão eficiente. A meta é diminuir gradativamente o percentual cancelado até 4% em 2028, prevendo até 6% em 2024 (quanto menor, melhor). Os principais obstáculos indicados para seu não atendimento foram a necessidade de adaptação técnica para uso das ferramentas disponíveis, falta de respostas de fornecedores, dificuldades das empresas em manter-se aptas e carência de servidores, impactando a agilidade administrativa. Além disso, processos de pagamento gerados no ano vigente resultaram em restos a pagar, e a greve interrompeu diversas atividades. A mudança de gestão demandou tempo para adaptação da nova equipe, adiando capacitações. Apenas 5 campi não conseguiram atingir a meta: Bento Gonçalves (40%), Caxias do Sul (10%), Feliz (6,6%), Restinga (6,7%) e Vacaria (55%).

Em relação ao indicador O1.1, cuja meta era de 3% e a medição em 2024 alcançou 11,73% no percentual de investimento em infraestrutura, as obras realizadas vinculadas a este indicador no ano foram classificadas em quatro categorias:

- Obras finalizadas;
- Obras em andamento;
- Obras contratadas para início em 2025 e;
- Obras realizadas em função da catástrofe climática.

Todas as obras executadas foram de extrema relevância para a comunidade acadêmica, pois possibilitaram melhorias na infraestrutura, proporcionando ambientes seguros e adequados para o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Em relação às obras finalizadas, foi investido em 2024 o valor:

R\$ 11.136.278,09
obras finalizadas em 2024, sendo:

IFRS, Reitoria e Projeto IFRS

• Manutenção das usinas fotovoltaicas	R\$ 1.628.382,00
• Reforma das salas 203, hall, convivência e copa (Reitoria)	R\$ 107.870,83
• Aquisição de móveis sob medida (Reitoria)	R\$ 42.900,00
• Reforma elétrica (Reitoria)	R\$ 71.250,00
• Implantação do Portal de Gerenciamento de Energia de Instituições Públicas (PGEN)	R\$ 80.073,94

Campus Alvorada

• Construção do bloco laboratório	R\$ 963.630,56
• Construção do bloco banheiros	R\$ 424.232,83
• Construção das arquibancadas e fechamento da quadra poliesportiva	R\$ 253.371,30
• Construção espaço convivência	R\$ 127.423,66

Campus Bento Gonçalves

• Reforma do Centro Tecnológico de Acessibilidade (CTA)	R\$ 114.546,00
---	----------------

Campus Caxias do Sul

• Finalização do Bloco B	R\$ 1.306.231,94
• Construção da escada do Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI)	R\$ 366.666,05
• Construção das arquibancadas e fechamento da quadra poliesportiva	R\$ 223.100,00



Campus Farroupilha

- Construção das arquibancadas e fechamento da quadra poliesportiva R\$ 204.541,74
- Reforma elétrica R\$ 125.955,57

Campus Feliz

- Construção das arquibancadas e fechamento da quadra poliesportiva R\$ 207.093,93

Campus Osório

- Construção do bloco sala de aula R\$ 1.125.167,70
- Pintura externa e interna das edificações R\$ 532.754,33
- Construção das arquibancadas e fechamento da quadra poliesportiva R\$ 238.604,30

Campus Porto Alegre

- Construção da escada metálica R\$ 706.800,29

Campus Restinga

- Construção do bloco agroecologia - 2ª fase R\$ 298.747,85

Campus Rio Grande

- Implantação do PPCI R\$ 717.581,94
- Fechamento do Laboratório do Centro de Integração Tecnológico (CITec) R\$ 387.441,18

Campus Sertão

- Finalização alojamento feminino R\$ 448.823,31

Campus Vacaria

- Reforma da biblioteca R\$ 112.795,65

- Cobertura das passarelas R\$ 103.858,24
- Conclusão bloco banheiros R\$ 102.963,45

Campus Veranópolis

- Reforma do Bloco D R\$ 113.469,50

Em relação às obras em andamento, foi investido em 2024 o valor:

R\$ 3.311.271,31
em obras em andamento em 2024,
sendo:

Projeto IFRS

- Identidade visual das bibliotecas R\$ 79.313,3

Campus Farroupilha

- Conclusão do Bloco 6 R\$ 1.020.210,22

Campus Rolante

- Construção do bloco de sala de aula R\$ 1.215.863,09

Campus Vacaria

- Conclusão e fechamento da quadra poliesportiva R\$ 995.884,64

O Plano de Ação 2024 previu para a consecução das ações, considerando o orçamento dos campi e reitoria, o valor de R\$66.805.997,05, tendo sido executado R\$70.547.313,28. Deste valor, mais de 80% foi aplicado para o funcionamento das unidades, atendimento das resoluções do Consup e



para o fomento à infraestrutura. As principais naturezas de despesas aplicadas para as ações foram:

● 33903978 - Limpeza E Conservacao	14,68%
● 33903977 - Vigilancia Ostensiva/ Monitorada/ Rastreamento	12,44%
● 33903979 - Serv. De Apoio Admin., Tecnico E Operacional	9,18%
● 33903900 - Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Jurídica	8,99%
● 33901801 - Bolsas De Estudo No País	6,04%
● 33903943 - Servicos De Energia Elétrica	5,92%
● 33903916 - Manutenção E Conserv. De Bens Imóveis	4,04%

A programação orçamentária prevista no Plano de Ação 2024 para o IFRS foi conforme:

● Funcionamento	R\$ 55.807.448,48
● Resoluções Consup (Auxílios/Bolsas/ Capacitação)	R\$4.237.832,22
● O1 - Fomentar Infraestrutura Adequada A Todas As Unidades Do IFRS	R\$2.706.448,26
● Investimentos	R\$814.311,32
● P6 - Fomentar a política de segurança alimentar e nutricional	R\$784.000,00
● PC3 - Promover a capacitação/qualificação dos servidores com foco nos objetivos estratégicos institucionais	R\$523.415,44

● R4 - Promover ações que visem ao desenvolvimento socioeconômico, ambiental, cultural e político da comunidade	R\$419.341,43
● R2 - Fomentar a integração entre ensino, pesquisa e extensão	R\$393.736,00
● P4 - Aprimorar e fortalecer a tecnologia da informação e a comunicação institucional	R\$331.001,00
● PC1 - Incentivar parcerias interinstitucionais públicas ou privadas	R\$298.882,00
● R3 - Promover ações de formação para a cidadania	R\$217.205,90
● R1 - Promover verticalização entre os diferentes níveis, formas e modalidades de ensino	R\$85.000,00
● O2 - Ampliar captação de recursos extraorçamentário	R\$50.000,00
● PC2 - Promover a integração intercampi	R\$47.000,00
● O3 - Desenvolver meios de economicidade	R\$40.000,00
● P5 - Fortalecer núcleos de ações afirmativas e AE	R\$34.000,00
● OC4 - Promover e incentivar a qualidade de vida dos servidores	R\$ 15.000
● P3 - Aperfeiçoar os mecanismos para captação de recursos externos	R\$1.375,00
● P1 - aperfeiçoar critérios para criação de cursos e vagas	Sem previsão orçamentária
● P2 - Aprimorar e consolidar a política de sustentabilidade ambiental	Sem previsão orçamentária



Em relação às obras contratadas, para início em 2025, foi investido o valor:

R\$ 30.185.467,97

em obras contratadas em 2024
com início em 2025, sendo:

IFRS e Reitoria

- Aquisição de mobiliário para Reitoria R\$ 159.000,00
- Reforma elétrica na Reitoria R\$ 119.000,00
- Reforma pintura na Reitoria R\$ 119.000,00
- Limpeza das usinas fotovoltaicas R\$ 119.180,00
- Aquisição de móveis para espaço de amamentação na Reitoria R\$ 42.000,00

Campus Alvorada

- Construção de restaurante estudantil R\$ 1.776.537,79
- Construção do bloco da biblioteca R\$ 1.582.711,27
- Reforma do piso e telhado do laboratório POLIBOX R\$ 200.000,00
- Licenciamento ambiental R\$ 15.000,00

Campus Bento Gonçalves

- Construção do Complexo de Esportes, Cultura, Arte e Lazer (CECAL) R\$ 500.000,00
- Reforma na cobertura das passarelas R\$ 500.000,00
- Reforma no ginásio: piso, telas de proteção, fechamento lateral e assentos R\$ 199.968,00
- Reforma na iluminação da fachada R\$ 54.950,00
- Reforma do espaço galeria de arte R\$ 25.000,00

Campus Canoas

- Construção de restaurante estudantil R\$ 1.837.110,35
- Licenciamento ambiental R\$ 15.000,00

Campus Caxias do Sul

- Construção de restaurante estudantil R\$ 1.546.252,65
- Conclusão do Bloco B R\$ 1.370.984,04

Campus Erechim

- Construção de restaurante estudantil R\$ 1.786.173,71

Campus Farroupilha

- Reforma do espaço dos containers: piso, telhado e elétrica R\$ 283.888,32

Campus Feliz

- Construção do bloco da biblioteca R\$ 1.630.318,90
- Construção de restaurante estudantil R\$ 1.589.804,64
- Licenciamento ambiental R\$ 14.000,00

Campus Ibirubá

- Construção de restaurante estudantil R\$ 1.720.129,00

Campus Osório

- Construção de restaurante estudantil R\$ 1.649.480,24
- Reforma dos espaços físicos do campus R\$ 100.000,00
- Reforma dos laboratórios R\$ 100.000,00



Campus Restinga

- Construção do bloco da biblioteca R\$ 1.536.110,18
- Reforma do refeitório R\$ 344.000,00

Campus Rio Grande

- Construção de restaurante estudantil R\$ 1.702.398,87

Campus Rolante

- Construção de restaurante estudantil R\$ 1.733.662,23
- Construção do Bloco Biblioteca R\$ 1.679.092,93

Campus Vacaria

- Construção de restaurante estudantil R\$ 1.813.282,61
- Construção do bloco da biblioteca R\$ 1.610,175,99
- Construção da cobertura das passarelas R\$ 119.000,00
- Conclusão do bloco banheiros R\$ 119.000,00
- Reforma do Laboratório R\$ 118.439,07
- Reforma do estacionamento R\$ 118.475,05
- Reforma das calçadas R\$ 118.076,39
- Reforma do espaço do diretório estudantil R\$ 118.265,74

Além do conjunto de obras finalizadas e em andamento que estavam planejadas, no ano de 2024, ainda foram executadas obras diretamente relacionadas ao estado calamidade pública - Decreto nº 57.905/2024 - decretado pelo estado do Rio Grande do Sul. Cabe destacar que o único campus do IFRS que não foi atingido pela catástrofe climática foi o Campus Osório. Nas obras de recuperação das unidades foram investidos **R\$ 10.257.953,14**, sendo que o Campus Porto Alegre foi o mais atingido, tendo suas instalações tomadas pela enchente,

necessitando de um investimento de **R\$ 3.931.862,54** para a recuperação de sua infraestrutura.

3.4 Retrospectiva 2024

Analmente o IFRS publica uma retrospectiva com os acontecimentos marcantes do seu ano. Na [Retrospectiva 2024](#), o destaque ficou para as conquistas e para os desafios enfrentados com solidariedade e resiliência. Aqui, resgatamos algumas notícias dos três quadrimestres que mostram também o desempenho do IFRS e evidenciam o valor gerado à sociedade, apresentado mais detalhadamente no [Capítulo 4](#).

3.4.1 Primeiro quadrimestre

- Estudantes do IFRS conquistam premiações e Campus Veranópolis recebe destaque na Obmep (09 de janeiro); +
- IFRS lança e-book sobre Letramento de Gênero e Sexualidade (31 de janeiro); +
- Reitor do IFRS compõe a diretoria do Conif eleita para o ano de 2024 (31 de janeiro); +
- IFRS têm projetos dos campi Bento Gonçalves, Feliz e Osório finalistas na Febrace 2024 (05 de fevereiro); +
- Volta às aulas no IFRS: Campi recebem os estudantes para o ano letivo 2024 (22 de fevereiro); +
- IFRS promove aula inaugural do primeiro curso técnico EaD (22 de fevereiro); +
- Campi inauguram Quadra Poliesportiva e Laboratório de Solos (27 de fevereiro); +
- Solenidade de posse marca início da gestão 2024 -2028 no IFRS (01 de março); +



- Concluintes do curso de Português como Língua Adicional recebem certificados (06 de março); +
- Estande do IFRS na Expodireto apresenta projetos e divulga a instituição (11 de março); +
- Rio Grande do Sul receberá cinco novos campi de Institutos Federais (12 de março); +
- PDI 2024 -2028 entra em vigor após período de atualização (20 de março); +
- Institutos Federais gaúchos são homenageados pelos 15 anos na Assembleia Legislativa (20 de março); +
- Projetos dos campi Bento Gonçalves e Feliz são premiados na Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (22 de março); +
- IFRS conquista a primeira colocação entre os Institutos Federais do Brasil (04 de abril); +



- IFRS aprova Política de Atendimento Educacional Especializado (10 de abril); +

- DropTeam conquista 3º lugar em competição de eficiência energética realizada nos Estados Unidos (11 de abril); +
- Estudante do IFRS cursa semestre no Sault College por meio de programa do governo canadense (12 de abril); +
- Trabalho com participação do IFRS é premiado em evento nacional de inclusão (12 de abril). +

3.4.2 Segundo quadrimestre

- Campus Bento Gonçalves recebe doações para os atingidos pelas chuvas (10 de maio); +
- Campus Rio Grande é ponto para doações aos afetados pelas enchentes (10 de maio); +
- Campus Canoas do IFRS abriga atingidos pela enchente e precisa de doações e voluntários (10 de maio); +
- Doações para vítimas das cheias podem ser entregues no Campus Alvorada do IFRS (13 de maio); +
- Campanha IFRS POA Solidário tem ponto de arrecadação no bairro Petrópolis (13 de maio); +
- Doações para vítimas das enchentes podem ser entregues no Campus Restinga (16 de maio); +
- Campus Erechim confecciona roupas de frio para os afetados pela enchente em parceria com entidades (24 de maio); +
- Campus Viamão é ponto de arrecadação de itens essenciais para atingidos pelas chuvas (24 de maio); +
- IFRS cria Centro de Distribuição Metropolitano para receber e destinar doações a estudantes da região (07 de junho); +
- IFRS integra o Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática do Rio Grande do Sul (21 de junho); +



- Pró-reitoria de Extensão lança edital específico, com destinação de R\$ 437.000,00, para ações realizadas durante a catástrofe climática enfrentada pelo RS (21 de junho); +



- Campus Vacaria recebe medalha de prata na Olimpíada Brasileira de Agropecuária (25 de junho); +
- IFRS e Tribunal Regional do Trabalho fazem parceria para promover acessibilidade em sites e documentos digitais (01 de julho); +
- Documentos do Arquivo do Campus Porto Alegre passam por trabalho de recuperação após a enchente (17 de julho); +
- IFRS integra projeto para estimular a iniciação científica entre estudantes afro-brasileiros (31 de julho); +
- Dez restaurantes estudantis e cinco bibliotecas vão reforçar a estrutura do IFRS (01 de agosto); +
- Estudantes do IFRS participam da Operação Caminho dos Cânions do Projeto Rondon 2024 (09 de agosto); +
- Bocha paralímpica promove a inserção de pessoas com deficiência nos Jogos do IFRS (12 de agosto); +
- IFRS é parceiro do Programa Autonomia e Renda Petrobras (15 de agosto); +
- Destaque no Ideb: Campi do IFRS ultrapassam média estadual e nacional no índice de qualidade do ensino (20 de agosto); +

- Ferramenta de acessibilidade digital gratuita é lançada e norma da ABNT está em etapa de finalização (28 de agosto); +
- Estudantes do IFRS participam de competição de eficiência energética no Rio de Janeiro (28 de agosto); +
- Programa Mulheres Mil é ofertado em seis campi do IFRS (30 de agosto); +
- Guia de Acessibilidade e Glossário em Libras do Enoturismo são lançados (30 de agosto). +

3.4.3 Terceiro quadrimestre

- Shell Eco-marathon Brasil 2024: Drop Team é tetracampeã em competição de eficiência energética no Rio de Janeiro (03 de setembro); +
- IFRS conquista terceira patente com produto desenvolvido pelo Campus Bento Gonçalves (05 de setembro); +
- IFRS tem dois trabalhos contemplados no Edital Pesquisador Gaúcho da Fapergs (06 de setembro); +
- IFRS vai ofertar turma de doutorado em Educação para servidores (06 de setembro); +
- Polo Olímpico de Robótica Educacional será inaugurado e aberto a estudantes gaúchos (25 de setembro); +
- Nona edição dos Jogos do IFRS deixa boas lembranças, integração e ensinamentos (30 de setembro); +
- Jogos do IFRS: os bastidores da organização no Campus Sertão (01 de outubro); +
- Unidades do IFRS passam por reformas após a catástrofe climática de maio (01 de outubro); +



- Encontro Nacional dos Procuradores Educacionais reúne profissionais de todo país no IFRS (14 de outubro); +
- Ontem alunos, hoje docentes – a trajetória de quem faz parte do IFRS (15 de outubro); +
- Estudantes do IFRS conquistam medalhas na etapa nacional das Paralimpíadas Universitárias (18 de outubro); +
- Estudantes do IFRS conquistam três premiações na Mostratec 2024 (29 de outubro); +
- Servidores participam do 1º Seminário sobre Integridade Pública no IFRS (31 de outubro); +
- Poesia, música e teatro do IFRS são apresentados na Feira do Livro de Porto Alegre (03 de novembro); +
- Projeto Rede OncoNatura do IFRS conquista 3º lugar no Prêmio Saúdelnova em Brasília (12 de novembro); +
- Encontro reúne pesquisadores e extensionistas para refletirem sobre inovação, parcerias e envolvimento da comunidade acadêmica (13 de novembro); +
- IFRS recebe estrutura do Tecnopuc Viamão (19 de novembro); +
- Debates sobre Interseccionalidade marcam o IV Workshop Diversidade e Inclusão (21 de novembro); +
- Projetos interativos participam da Semana Nacional da EPT (22 de novembro); +
- Site reúne informações e orientações sobre o 9º Salão de Pesquisa, Extensão e Ensino do IFRS (27 de novembro); +
- Salão do IFRS: nona edição termina com troca de conhecimentos e integração (06 de dezembro); +
- Bastidores do Salão do IFRS: saiba detalhes da organização (11 de dezembro); +
- IFRS tem cinco projetos finalistas na Febrace 2025 (20 de dezembro); +
- Estudantes do IFRS conquistam 12 medalhas na 19ª Obmep (24 de dezembro); +
- IFRS completa 16 anos (27 de dezembro); +
- IFRS publica edital de concursos públicos de técnicos-administrativos e docentes (30 de dezembro); +
- IFRS certifica mais de 200 estudantes em cursos de qualificação do Programa EJA integrado à Educação Profissional (31 de dezembro). +



4 GERAÇÃO DE VALOR

O IFRS, na medida em que objetiva um projeto de sociedade baseado na igualdade de direitos e oportunidades nos mais diversos aspectos, em conformidade com as políticas e princípios que orientam suas ações, tem o compromisso social de gerar valor em termos de **educação**, especialmente a profissional, **ciência e tecnologia**. A ciência produz conhecimento melhor sistematizado e expresso na forma de conceitos que auxiliam a reflexão dos seres humanos sobre a realidade concreta. Quando apropriada a fins produtivos, a tecnologia faz com que a Educação Profissional seja um canal confluyente de uma formação que integra cultura, ciência e tecnologia. Alguns dos valores gerados pelo IFRS são apresentados na sequência.

Educação pública, gratuita e de qualidade

O IFRS é uma instituição pública, gratuita, de qualidade e inclusiva, oferecendo cursos que visam proporcionar um itinerário formativo completo aos estudantes, passando por cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos, cursos de graduação e cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

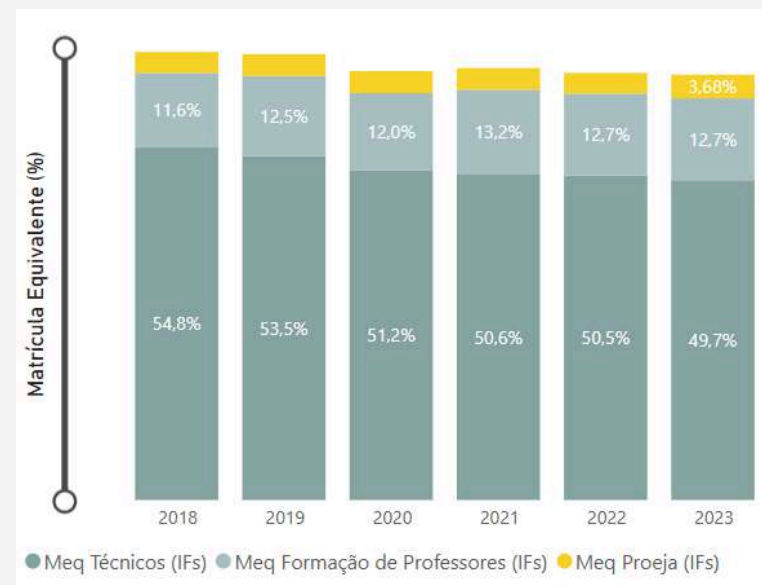
No que se refere aos cursos de nível técnico, a instituição oferta vagas de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da Educação de jovens e Adultos (EJA), conforme definido pela [Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#). Ainda em relação a Educação Profissional técnica, são ofertados cursos subsequentes ou pós-médio para os estudantes egressos do Ensino Médio.

Em relação à Educação Superior o IFRS oferta, prioritariamente, cursos superiores de tecnologia, cursos de licenciatura, bem como programas

especiais de formação pedagógica - com vistas na formação de professores para a educação básica - cursos de bacharelado e engenharia.

Na Figura 4.1, pode-se observar os percentuais de matrículas equivalentes, na modalidade de ensino presencial, para cursos de nível técnico, formação de professores e Proeja - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - desde o início da série histórica da PNP.

Figura 4.1 - Percentual de matrículas equivalentes desde o início da série histórica



Fonte: PNP (2024)

A ampla gama de cursos ofertados pela instituição, contemplando desde a educação básica até a pós-graduação, demanda um processo de



ingresso robusto e eficiente, sendo este um tema de extrema relevância para o IFRS. O processo de ingresso na instituição é um ponto que merece destaque, tendo em vista a preocupação com o atendimento adequado aos candidatos com necessidades específicas, a inserção da população com maior vulnerabilidade e a adoção da política de ações afirmativas. Assim, o IFRS trabalha na aplicação e aperfeiçoamento do sistema de cotas, estabelecido pela [Lei nº 12.711/2012](#) e atualizada pela [Lei nº 14.723/2023](#), facilitando a compreensão e agilizando a resposta ao estudante. Da mesma forma, está implantada a reserva de vagas para pessoas com deficiência, conforme a [Lei nº 13.409/2016](#).

Nesse cenário, a [Política de Ingresso Discente \(PID\) do IFRS](#) apresenta o conjunto de princípios e diretrizes que estabelecem a concepção, a organização, as competências e o modo de funcionamento dos diferentes órgãos para a implantação de ações que promovam o ingresso de novos estudantes, em consonância com a Lei nº 11892/2008, com o Projeto Pedagógico Institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional, a Política de Ações Afirmativas, a Política de Assistência Estudantil e de acordo com as demais legislações vigentes.

A instituição, além do ensino presencial, oferta vagas na modalidade de ensino a distância, conforme seu planejamento prévio e documentos norteadores. Para a modalidade presencial foram realizados dois processos de ingresso unificados em 2024, a saber, um no primeiro semestre ([Ingresso 2024/1](#)) e outro no segundo semestre ([Ingresso 2024/2](#)). Nesta modalidade de ensino, segundo a [Plataforma Nilo Peçanha \(PNP\) 2024](#), ano base 2023, foram totalizadas mais de 25.000 matrículas, em 337 cursos regulares, sendo ofertadas 9.640 vagas.

Na Educação a Distância (EaD), cursos e capacitações online estão abertos para a comunidade acadêmica com certificação reconhecida pelo

IFRS; de forma totalmente gratuita, inclusive o certificado; e sem limites no quantitativo de cursos por pessoa (é possível fazer quantos desejar). Estes cursos são conhecidos como MOOCs. Além disso, capacitações para os servidores e disciplinas a distância de cursos presenciais também estão disponíveis na [página EaD do IFRS](#).

Em 2024, com 693 Docentes, 77 TAEs e 84 alunos habilitados para atuação na EaD, o IFRS ofertou 520 cursos MOOCs e 1012 componentes curriculares com carga horária a distância, sendo crescente o número de estudantes matriculados, como pode ser verificado no histórico dos últimos três anos, conforme dados do [Moodle IFRS](#) e do [Aprenda Mais](#).

Figura 4.2 - Histórico de matrículas EaD



Fonte: [Moodle IFRS](#) e [Aprenda Mais](#)



Formação humana e cidadã

Um dos principais compromissos do IFRS é a formação humana e cidadã articulando diferentes dimensões tais como cultura, meio ambiente, tecnologias, práticas sociais e direitos humanos.

O IFRS tem desenvolvido e implementado ao longo dos últimos anos diversas ações afirmativas com o objetivo de promover a inclusão e o respeito à diversidade em suas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Essas iniciativas estão alinhadas à [Política de Ações Afirmativas](#), estabelecida em 2014, aprovada pela Resolução nº 22/2014 do CONSUP, que tem como princípio orientador a promoção da equidade e da defesa dos direitos humanos, abrangendo dimensões socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e de necessidades específicas.

A criação da referida Política se deu por meio da então Assessoria de Ações Inclusivas, criada em 2012 (Portaria nº 51/2012), atualmente denominada de Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade (AAAID), conforme Portaria nº 1179/2018. A AAAID se estabelece como um espaço de suporte, que atua na formulação e execução de políticas e estratégias de inclusão e ações afirmativas, visando à permanência dos estudantes do IFRS, o respeito às diversidades, à valorização étnico-racial e o combate a todas as formas de discriminação. A AAAID, ainda presta assessoria aos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs), aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) e aos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGSs). Além disso, gerencia os Núcleos de Ações Afirmativas (NAAFs), que integram as atividades dos NAPNEs, NEABIs e NEPGSs em um único núcleo.

No que se refere à inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas, o IFRS teve um grande avanço em 2024 com a aprovação da

[Política de Atendimento Educacional Especializado](#), conforme a Resolução nº 13/2024 do CONSUP. A partir de um conjunto de atividades relacionadas ao atendimento educacional especializado, a política objetiva eliminar as barreiras para a plena participação dos estudantes no processo de aprendizagem em conjunto com a Instrução Normativa nº 07, de 4 setembro de 2020, que regulamenta o fluxo para identificação, elaboração, acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado (PEI), voltado aos estudantes com necessidades específicas que necessitam de adequações curriculares, considerando suas principais dificuldades e potencialidades. Ainda em 2024 o [Projeto Pedagógico Institucional do IFRS](#) foi atualizado conforme a Resolução nº 71/2024 do CONSUP.

Inclusão, acesso, permanência e êxito

O IFRS possui políticas de inclusão social, considerando a igualdade de direitos e oportunidades, a partir da garantia de equidade entre as pessoas, e uma assistência estudantil diferenciada e abrangente. A permanência e o êxito dos estudantes se constitui em tema relevante para o IFRS e está presente em diferentes cenários da instituição. Nesse sentido, são promovidas ações em todos os âmbitos de atuação do IFRS. Com o objetivo de consolidar as ações de acompanhamento de permanência e êxito dos estudantes, a construção de uma política institucional, o desenvolvimento do planejamento estratégico e demais atividades relacionadas ao tema, o IFRS possui o [Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRS](#), aprovado pelo CONSUP de acordo com a Resolução nº 064/2018. O Plano conta com um diagnóstico dos fatores de evasão e retenção escolar realizado pelos *campi*. Nesse diagnóstico são consideradas questões individuais do estudante



(materiais, pessoais, familiares), fatores institucionais (relacionados às práticas pedagógicas e aos processos de ensino e aprendizagem) e fatores externos ao indivíduo e à instituição (como desemprego, problemas no transporte público, entre outros).

O IFRS também desenvolveu diversos Diagnósticos Discentes, buscando conhecer a realidade dos estudantes da instituição e com isso focar em ações assertivas em seu êxito. Ações estas que podem assumir diversas formas, desde projetos voltados à arte, cultura e esporte; ações de ensino, pesquisa e extensão envolvendo estudantes que apresentam baixo desempenho acadêmico; projetos voltados à constituição de laboratórios de apoio didático, reforço escolar e monitorias. Além disso, merecem destaque as políticas de Assistência Estudantil diferenciadas e bastante abrangentes que envolvem diversas modalidades de auxílio.

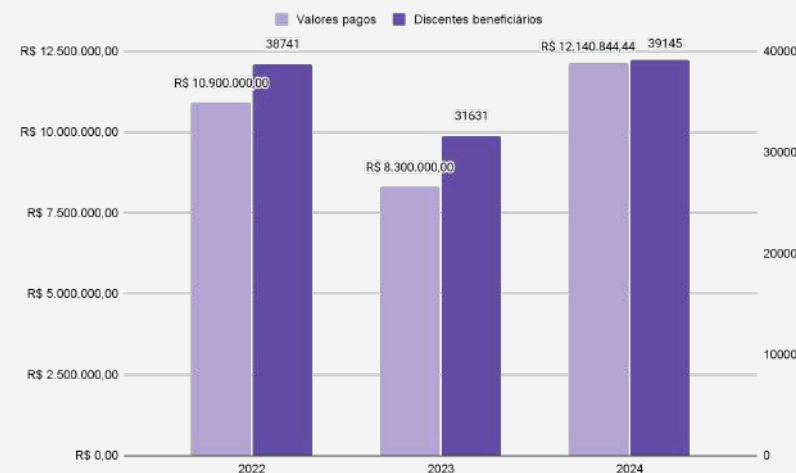
Nesse sentido, em 2024, o IFRS pôde ampliar suas ações a partir da aprovação da [IN Proen nº 14/2024](#) que apresenta as diretrizes para o apoio estudantil no âmbito financeiro, prestado aos estudantes do IFRS com grupo familiar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o qual compreende:

- Auxílio Permanência, 85% do valor recebido da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Auxílio Moradia, 10% do valor recebido da PNAES; e
- Ações Universais, 5% do valor recebido da PNAES.

O histórico dos valores destinados aos auxílios da assistência estudantil e do quantitativo de beneficiários é apresentado no Figura 4.3. Considerando o valor médio investido em assistência estudantil, os respectivos valores foram de R\$ 281,36, R\$ 262,40 e R\$ 310,15.

Observou-se uma queda de 6,74% de 2022 para 2023, porém no exercício seguinte, de 2023 para 2024, houve um aumento de 18,20%.

Figura 4.3 - Histórico de valor e beneficiários do auxílio estudantil no IFRS



Fonte: Painel IFRS (Tesouro Gerencial)

Pesquisa aplicada, inovação e avanço científico e tecnológico

O IFRS estimula e realiza o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas visando beneficiar à comunidade, de acordo com a Lei nº 11.892/08. Entre os valores gerados estão a divulgação científica dessas pesquisas que podem ser conhecidas no [Portal Integra do IFRS](#). Destacam-se aqui a apresentação da produção científica, bibliográfica, artística e cultural dos servidores do IFRS, além dos projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos na instituição.



Os projetos de ensino, pesquisa e extensão contam com alunos bolsistas, cujo quantitativo e valores destinados ao pagamento das bolsas são apresentados no Figura 4.4.



Fonte: Painel IFRS (Tesouro Gerencial)

Extensão e serviço à comunidade

O IFRS entende que a extensão fortalece a sua relação com a comunidade porque propicia a participação institucional em ações sociais que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. As ações de extensão e as pessoas que participaram de sua realização, em 2024, são apresentadas no Quadro 4.1, em números aproximados.

Por meio dessas ações, o público alvo atingido em 2024 foi de **563.729 pessoas**, conforme detalhado a seguir:

2.499	19.135	4.380	537.265
pessoas em cursos de extensão	pessoas em eventos de extensão	pessoas em programas de extensão	pessoas em projetos de extensão

Quadro 4.1- Ações da extensão do IFRS em 2024

TIPO	AÇÕES	DISCENTES	DOCENTES	TAES	COMUNIDADE
CURSO	70	23	96	85	85
EVENTO	150	228	421	225	162
PROGRAMA	20	21	90	28	14
PROJETO	375	850	1034	287	364
TOTAL	615	1.122	1.641	670	625

Fonte: SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Ações em resposta ao estado de calamidade pública do Rio Grande do Sul

Em 2024, além das ações de extensão, tradicionalmente, desenvolvidas pela instituição como cursos, eventos, programas e projetos, a participação social do IFRS foi ampliada, em especial, durante o estado de calamidade pública decretado após a catástrofe climática que atingiu o Rio Grande do Sul (RS) em maio de 2024 - [Decreto nº 57.905/2024](#). A seguir são apresentadas ações, voltadas à comunidade externa, realizadas nas unidades do IFRS implantadas nas diferentes regiões do RS durante esse período:

- Coleta e/ou distribuição de doações - Campi que disponibilizaram suas unidades como centro para recebimento e/ou distribuição de doações - Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Osório, Porto Alegre (Escritório de Projetos - EP), Restinga, Rio Grande, Rolante, Sertão, Veranópolis, Vacaria e Viamão;
- Alojamento de pessoas e/ou animais - Espaço destinado pelos campi para ser utilizado como abrigo e/ou servidores de campi que atuaram como voluntários nesses espaços - Canoas e Vacaria;
- Resgate de animais - Apoio no resgate e cuidado de animais resgatados - Alvorada;
- Fabricação de donativos - Confeção e conserto de roupas para atingidos; Projeto “Cama Solidária: Fabricação de Camas de Madeira para Vítimas de Enchentes”; Projeto “WindMaker do IFRS, Campus Osório - Produção de Brinquedos para Crianças Vítimas de Enchentes”; Produção de sabão - Erechim, Ibirubá, Osório, Veranópolis;
- Acolhimento em Saúde - Rodas de conversas virtuais para trabalhadoras e trabalhadores voluntários na crise climática do RS, com psicóloga do campus; Atuação na linha de frente em abrigos e produção de podcast sobre doenças causadas nas enchentes; Elaboração de cartilha “Acolhimento Socioemocional em Situações de Emergências, Desastres e Crises: cuidados com a comunidade, consigo e com os outros”; Acolhimento preliminar psicológico aos impactados - Alvorada, Bento Gonçalves, Feliz, Porto Alegre;
- Preparação e Fornecimento de Refeições - Produção e distribuição de pães por meio do Projeto solidário “PanificAção”; Entrega de alimentos e água para preparação de marmitas - Alvorada, Canoas, Osório, Porto Alegre;
- Conserto de Equipamentos - Recuperação de eletrodomésticos atingidos pelas enchentes - Canoas, Restinga e Rio Grande;
- Auxílio à população atingida no preenchimento de cadastro para recebimento de auxílios governamentais - Alvorada, Rio Grande;
- Atuação junto a defesa civil - Monitoramento do nível de rios e retirada de famílias de locais atingidos - Rolante;
- Limpeza de locais atingidos - Participação em mutirões de limpeza junto às comunidades - Bento Gonçalves, Rolante;
- Desenvolvimento de app para doação de materiais de construção - Osório.

No que se refere a comunidade acadêmica, em 2024, além dos auxílios Permanência, Moradia e Universais descritos anteriormente, o IFRS também foi protagonista na disponibilização do **Auxílio Emergencial** para os estudantes atingidos pela catástrofe climática. Ao todo foram atendidos 1755 estudantes totalizando R\$1.755.000,00. Além disso, inúmeras ações voltadas ao monitoramento, acolhimento psicológico e ao acompanhamento de estudantes, servidores e terceirizados foram realizadas.

Desenvolvimento do arranjo produtivo, social e cultural local

É notório que a colaboração entre Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e organizações externas impulsionam a inovação e o desenvolvimento econômico, social e cultural. O IFRS definiu medidas



estratégicas para ampliar o impacto de suas iniciativas, promovendo sua interação com o setor produtivo e com a sociedade através da inovação, empreendedorismo e desenvolvimento socioeconômico, garantindo que sua oferta esteja alinhada às necessidades sociais.

A estratégia adotada foi o estímulo para realização de parcerias com organizações públicas e privadas, onde um conjunto de ações, na forma de projetos, é executado no intuito de desenvolver tecnologias, produtos, processos e serviços que auxiliam no atendimento de demandas da sociedade. No ano de 2024, o IFRS executou 170 parcerias, sendo que destas, 35 foram encerradas neste mesmo ano. Foram iniciadas 44 parcerias em 2024 e 126 foram iniciadas em anos anteriores.

Das 170 parcerias em execução no ano de 2024, 45 tiveram a interveniência de uma das fundação de apoio credenciadas pelo IFRS, ou seja, aproximadamente 25% tiveram algum tipo de captação externa de recursos.

Inovação e transferência de tecnologia

A transferência de tecnologia da academia para o setor produtivo permite a aplicação prática de descobertas científicas, impulsionando a economia e a competitividade das empresas. Os servidores do IFRS produziram aproximadamente 7,5 mil produções técnicas e 60 tecnologias disponíveis para transferência que podem ser conhecidas no [Portal Integra do IFRS](#). Ao todo foram efetivados **39 contratos de transferência de tecnologia, sendo 8 no ano de 2024.**

O IFRS possui várias ações para a promoção da inovação, através dos seus habitats de inovação e empreendedorismo, que são espaços institucionais profícuos para a geração de empreendimentos inovadores, assim como para consolidar uma cultura de inovação e criatividade na

proposta e prototipação de soluções tecnológicas. O IFRS conta com nove incubadoras, algumas ainda em implantação e outras já em operação. Também possui em seus campi treze ambientes makers e fablabs, que já realizam ações no atendimento ao público interno e externo. No ano de 2024, foram **687** atendimentos nos espaços makers e fablabs.



4.1 Cadeia de Valor do IFRS

A cadeia de valor (Figura 4.5) apresenta os macroprocessos estratégicos, finalísticos e de apoio que levam o IFRS, com base em sua missão, a alcançar sua visão e gerar valor para a sociedade e os estudantes.

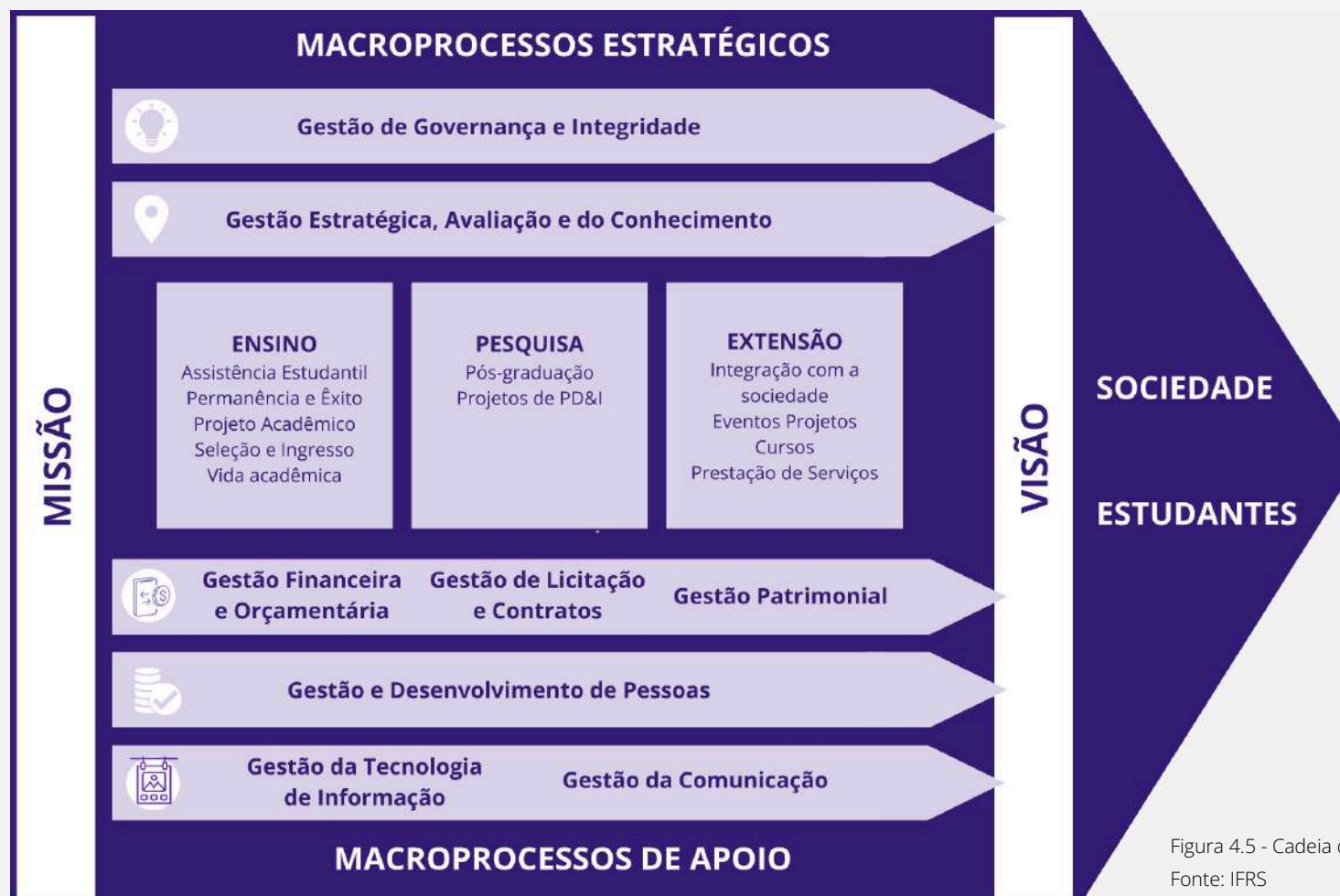


Figura 4.5 - Cadeia de Valor do IFRS
Fonte: IFRS

4.2 Diagrama de principais insumos, atividades e valores gerados

Visando proporcionar uma compreensão mais abrangente do processo de geração de valor, é apresentado na Figura 4.6 o diagrama de principais insumos, atividades e valores gerados pelo IFRS.

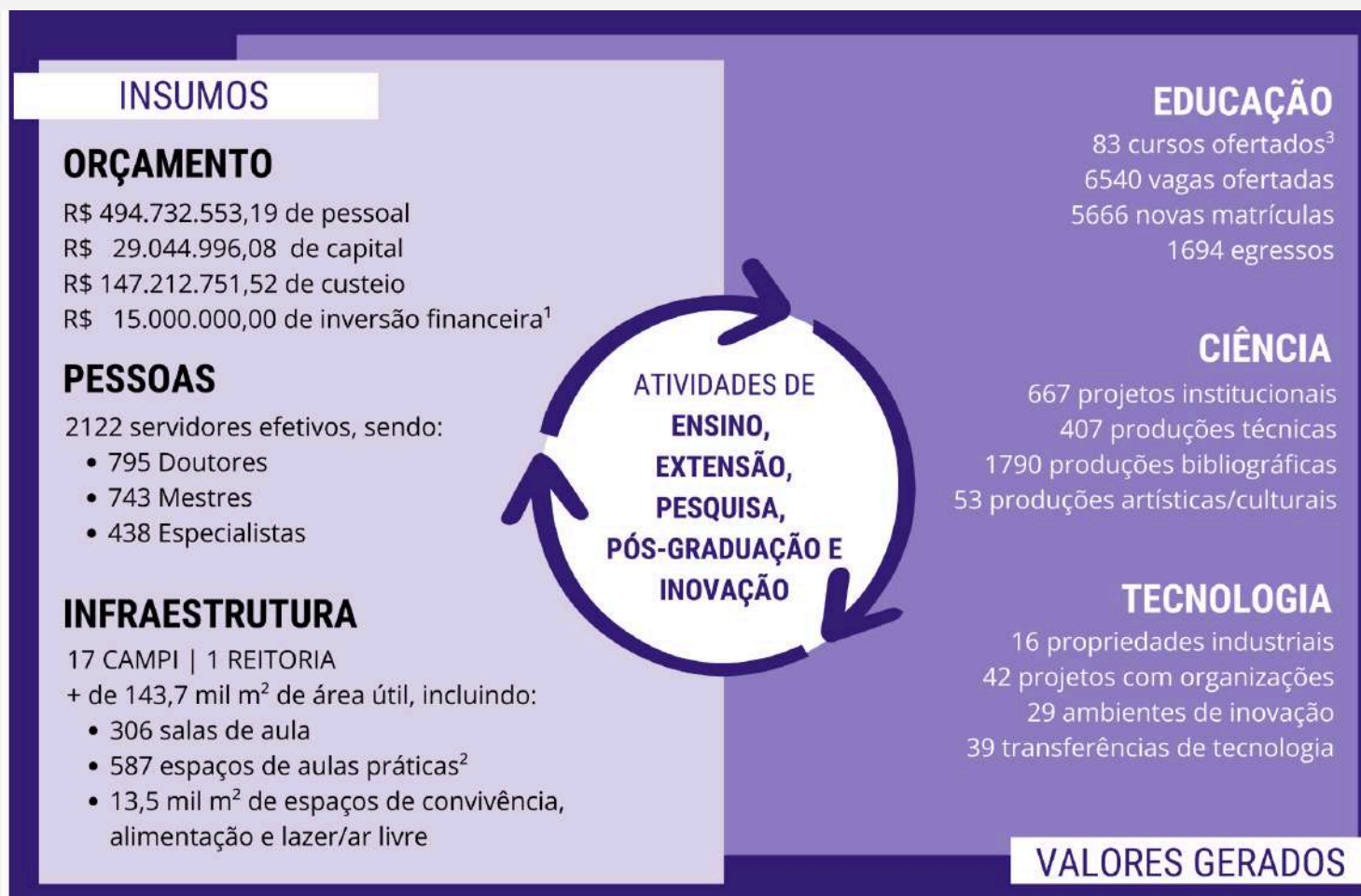


Figura 4.6 - Diagrama de principais insumos, atividades e valores gerados pelo IFRS.

¹ Referente à aquisição do *Campus Viamão*;

² Incluindo laboratórios em geral e laboratórios de informática;

³ Considerando cursos técnicos e de graduação ofertados no Processo Seletivo-IFRS-2024

Fontes: Tesouro Gerencial, Siape, PDI 2024-2028, Processo Seletivo IFRS, Sistec, Portal Integra.



Considerando os insumos, tem-se o **orçamento** definido a partir das diretrizes, objetivos, metas e programas da administração pública federal estabelecidos no [Plano Plurianual da União \(PPA\)](#), neste ciclo, abrangendo o período de 2024 a 2027, conforme Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024. O IFRS, como um órgão executor das políticas públicas voltadas para a educação superior, técnica e profissionalizante, nas modalidades presencial e a distância, participou, em 2024, da execução dos seguintes programas do PPA 2024-2027:

- 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo;
- 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais;
- 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais;
- 5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma.

No diagrama apresentado, o orçamento foi subdividido em despesas de pessoal, custeio e investimento, estando inseridos em cada uma dessas classificações os seguintes gastos:

- **Pessoal:** pagamento de pessoal ativo, aposentados, pensionistas, sentenças judiciais e contribuição para o regime de previdência dos servidores. Além dos itens de custeio mencionados, ainda pode-se citar como exemplos de despesas não discricionárias os auxílios natalidade, transporte e maternidade.
- **Custeio:** recursos para pagamento de despesas necessárias à manutenção organizacional, capacitação dos servidores e assistência aos educandos. Também estão incluídos como

despesas discricionárias os auxílios moradia, funeral e exames periódicos.

- **Investimento:** recursos aplicados no patrimônio permanente, tais como obras, instalações e aquisição de máquinas e equipamentos, desenvolvimento de sistemas de TI, entre outros.

No Capítulo “Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis” os valores liquidados ao longo do ano de 2024 serão detalhados.

Destaca-se ainda o papel importante das pessoas que formam o IFRS e de sua infraestrutura na geração de valor para a sociedade e estudantes:

- As **pessoas** são os agentes do desenvolvimento que proporcionam melhor atendimento ao cidadão, buscando a eficiência na utilização dos recursos disponíveis de maneira eficaz e com efetividade. O quadro de servidores do IFRS em 2024 foi composto por **1.176 professores efetivos** e **948 técnicos-administrativos**, além de 209 professores substitutos e 29 visitantes. A Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) do IFRS busca desenvolver ações que possam contribuir com o aprimoramento das competências do servidor público para atuar, promover e proporcionar o desenvolvimento de trabalhos com qualidade, atendendo às demandas e propiciando um diferencial no serviço prestado à sociedade no âmbito da Rede de Educação Profissional e Tecnológica.
- Quanto à **infraestrutura**, o IFRS desenvolveu uma abordagem sistêmica e estratégica para seu planejamento, assegurando que os recursos sejam alocados de forma eficiente e priorizando as



áreas que requerem atenção imediata e planejamento a longo prazo, considerando critérios como acessibilidade, eficiência energética, Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI), construção de refeitório/cantina e manutenção predial. Detalhes da infraestrutura existente e planejada para o IFRS estão previstos no [Capítulo de Infraestrutura do PDI](#).

A partir dos referidos insumos, é possível desenvolver as atividades e, dessa forma, gerar valor à sociedade. A **Carta de Serviços** descreve essas atividades, bem como as formas de acesso e padrão de qualidade dos serviços prestados. As referidas atividades estão divididas em ensino, de extensão e de pesquisa, pós-graduação e inovação, apresentadas a seguir, além de outras atividades ligadas aos processos estratégicos e de apoio.

Ensino

- Oferta de cursos técnicos e de graduação;
- Ingresso de diplomados;
- Ingresso de estudante visitante;
- Transferência de alunos de cursos técnicos;
- Ingresso como aluno especial de curso de graduação;
- Mobilidade estudantil;
- Revalidação de diplomas;
- Oferta de cursos online abertos;
- Consulta ao acervo bibliográfico das bibliotecas do IFRS;
- Solicitação de empréstimo domiciliar do acervo bibliográfico.

Extensão

- Oferta de cursos de extensão;

- Participação em programas ou projetos de extensão;
- Participação em eventos de extensão;
- Acompanhamento de egressos;
- Prestação Institucional de Serviços;
- Formalização de acordos de cooperação com agentes de integração;
- Acesso ao Núcleo de Memória do IFRS (NuMem/IFRS);
- Divulgação de vagas e oportunidades de estágio e emprego;
- Mobilidade Estudantil Internacional;
- Acordo de Cooperação Internacional.

Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

- Oferta de cursos de pós-graduação;
- Orientações sobre propriedade intelectual e transferência do conhecimento científico e tecnológico;
- Atribuição de ISBN, DOI e elaboração de ficha catalográfica para produtos bibliográficos diversos;
- Aplicação de Exames de Proficiência em Línguas;
- Atendimento de demandas da sociedade via desenvolvimento de projetos de pesquisa, pós-graduação e inovação;
- Acesso ao acervo científico do IFRS;
- Acesso ao repositório institucional do IFRS.

Outros

- Atendimento pela Ouvidoria;
- Serviço de Acesso à Informação;
- Orientações sobre convênios e parcerias entre o IFRS e organizações externas;



- Atendimento ao cidadão interessado nos serviços de processo seletivo de contratação por tempo determinado e concurso público;
- Atendimento a aposentados, pensionistas e interessados externos em outros serviços de gestão de pessoas do IFRS.

Para maiores informações sobre os serviços prestados pelo IFRS à comunidade, acesse a Carta de Serviços no [Painel IFRS](#).

4.3 Contratos firmados e sua integração com o valor gerado

4.3.1 Conformidade legal

O IFRS conta com assessoria jurídica da Equipe de Trabalho Remoto – Licitações, grupo de apoio jurídico, ligada à Advocacia Geral da União (AGU), o que garante a conformidade das contratações com as normas legais, principalmente com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e Instruções Normativas do Ministério da Economia (ME), com destaque à IN da Secretaria de Gestão (SEGES) nº 05/2017.

A partir de 2023 o IFRS passou a realizar contratações públicas com base na nova [Lei de Licitações e Contratos](#), de nº 14.133/2021, realizando a transição de regime jurídico dos processos em consonância com a emissão das minutas da AGU e atualização do sistema de Compras Governamentais do governo federal, conforme estabelecido pela [IN PROAD nº 03/2022](#), em seu Capítulo XVI, Da Transição de Legislação.

Além da IN PROAD nº 03/2022, que regulamenta a estrutura de governança das contratações, o IFRS possui também a [IN PROAD nº 04/2022](#), que disciplina o Calendário de Licitações Compartilhadas. Essas

são as duas normativas internas que regulamentam as atividades de contratações no IFRS.

Adicionalmente, o Plano de Contratações Anual é providenciado conforme Decreto nº 10.947/2022 e publicado no sítio eletrônico da reitoria e no [Portal Nacional de Contratações Públicas](#).

Além disso, a gestão de licitações e contratos relaciona-se diretamente ao Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS, por meio dos seguintes objetivos estratégicos:

- Desenvolvimento de meios de economicidade;
- Promoção da capacitação/qualificação dos servidores com foco nos objetivos estratégicos institucionais; e
- Promoção da integração intercampi.

Ações orientadas para atendimento desses objetivos tornam possível o aprimoramento das atividades descritas a seguir:

- Fortalecimento da governança, visando a melhor organização e funcionamento administrativo do IFRS;
- Aperfeiçoamento do processo de alocação e de gestão dos recursos públicos, mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle;
- Aprimoramento do gerenciamento logístico para atendimento das demandas do IFRS previstas no PDI e Planos de Ação; e
- Aperfeiçoamento dos procedimentos de contratação e gestão de bens e serviços, observando os critérios de sustentabilidade e os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.



4.3.2 Principais gastos das contratações

O Quadro 4.2 demonstra a evolução, por modalidade de licitação, das despesas totais empenhadas pelo IFRS no ano de 2024.

Quadro 4.2 - Despesas totais empenhadas por modalidade de licitação (em R\$)

MODALIDADE	2022	2023	2024
Concorrência	-	-	19.749.168,90
Dispensa de Licitação	6.047.887,10	9.651.154,39	44.935.165,76
Inexigibilidade	5.157.011,39	5.295.420,03	21.476.024,08
Não Se Aplica	471.086.816,84	517.484.788,91	556.411.827,03
Suprimento de Fundos	58.660,33	104.151,76	108.490,05
Regime Diferenciado de Contratação Pública	9.097.095,47	7.771.152,56	1.462.004,07
Pregão	37.623.866,13	40.277.831,82	41.951.053,45
TOTAL	529.071.337,26	580.584.499,47	686.093.733,34

Fonte: Siafi

O detalhamento dos principais gastos das contratações, por sua vez, é apresentado, em valores liquidados, no Quadro 4.3. Esses gastos são apresentados por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados, para o funcionamento administrativo. Nota-se que o tipo de contratação mais expressivo se refere a serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, seguido por material de consumo; aquisição de alimentos; obras, projetos e instalações; equipamentos e

material permanente; e contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Quadro 4.3 - Histórico dos principais gastos liquidados por finalidade (em R\$)

TIPO DE CONTRATAÇÃO	2022	2023	2024
Serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra	15.091.296,11	23.360.358,92	17.597.668,74
Material de consumo (sem TIC)	2.649.833,97	2.970.809,07	2.610.832,06
Aquisições de alimentos (inclusive alimentação escolar)	2.158.177,88	1.275.959,13	2.581.877,54
Obras, projetos e instalações	1.405.932,51	1.500.011,52	1.986.204,45
Equipamentos e material permanente (sem TIC)	376.882,36	601.134,94	1.840.413,57
Contratações de TIC (investimento + custeio)	1.592.685,30	1.331.208,48	1.053.780,06
TOTAL	23.274.808,13	31.039.482,06	27.670.776,42

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024

Serviços terceirizados

A contratação de serviços terceirizados é um procedimento administrativo que objetiva transferir atividades a terceiros, permitindo que o Órgão se concentre na sua atividade principal.

Os **serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra**, como já mencionado, são as contratações de maior vulto em relação às demais e revestem-se de importância devido à possibilidade de



instituição envidar maiores esforços nas atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão.

Em relação às áreas finalísticas da instituição, o hall de serviços terceirizados também contempla essas áreas, pois incluem a contratação de profissionais voltados à **ampliação da acessibilidade** nas unidades, atuando diretamente com estudantes que possuem necessidades educacionais específicas. Nesse sentido, em 2024, foram contratados profissionais como: intérprete e tradutor de libras, psicopedagogos e cuidadores/apoio escolar, por meio de pregão.

Além desses, estão classificados como serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, aqueles contratados para **manutenção das unidades**, os quais são fundamentais para a conservação do patrimônio público, diminuindo a depreciação e garantindo segurança à comunidade acadêmica. Já a contratação de **obras e serviços de engenharia** permite a ampliação e melhoria dos espaços pedagógicos, fortalecendo as condições para o ensino-aprendizagem.

Investimentos

A aquisição de itens de investimento, como os equipamentos e material permanentes, com e sem TIC, apresentados no Quadro 4.4, tem impacto direto na qualificação das atividades acadêmicas, pois contribui para a formação integral dos estudantes e para a preparação para o mundo do trabalho. Contribui ainda para a consolidação e expansão da instituição e, conseqüentemente, gera melhores resultados nas avaliações externas, realizadas pelo Ministério da Educação (MEC).

Serviços contratados para o funcionamento e apoio administrativo

Os principais serviços contratados para o funcionamento administrativo são apresentados no Quadro 4.4, em valores liquidados.

Quadro 4.4 - Principais serviços contratados para o funcionamento administrativo (em R\$)

Tipo de contratação	2022	2023	2024
Vigilância armada e desarmada	4.664.899,66	4.671.699,40	5.039.570,45
Limpeza e conservação	5.337.695,28	6.173.879,37	6.684.290,33
Energia elétrica	2.461.846,53	2.944.303,92	2.677.313,07
Manutenção e conservação de bens imóveis	1.111.188,42	1.126.683,40	5.419.229,63
Locação de imóvel	500.629,55	641.736,91	602.993,82
Água e esgoto	602.375,35	732.954,30	918.910,18
Serviços de TIC	893.499,88	884.330,54	1.053.780,06
Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	130.546,29	398.500,53	503.405,13
Outsourcing de impressão	352.246,53	404.152,74	428.325,67
Serviços de publicidade legal	5.409,49	2.916,48	13.314,88
Locação de máquinas e equipamentos	13.600,00	23.799,00	32.169,99
Telefonia móvel	49.631,12	40.660,76	36.060,00
TOTAL	16.123.568,10	18.045.617,35	23.409.363,21

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024



As despesas, classificadas em terceirização e serviços de pessoa jurídica, que perfazem os maiores recursos empregados, conforme apresentado no Quadro 4.4, são descritas a seguir:

- Terceirização - estão incluídos serviços de vigilância armada e desarmada, além de limpeza e conservação, perfazendo mais de 50% dos serviços contratados para funcionamento administrativo em 2024.
- Serviços de pessoa jurídica - todos os demais tipos de contratações descritas estão incluídas nesse item. Merecem destaque os serviços de energia elétrica, manutenção e conservação de bens imóveis, água e esgoto e serviços de TIC, os quais totalizam em torno de 43% dos recursos empregados.

Contratações diretas

A dispensa de licitação e inexigibilidade são formas de contratação direta na administração pública, as quais, no IFRS, são utilizadas a partir de necessidades latentes para os casos em que a licitação não se mostra vantajosa, de acordo com o poder discricionário da administração pública. Os principais tipos de contratação direta realizados pelo IFRS tem suas respectivas justificativas apresentadas no Quadro 4.5.

Quadro 4.5 - Principais tipo de contratação direta e justificativa para realização

TIPO DE CONTRATAÇÃO	JUSTIFICATIVA
Energia elétrica	Fornecimento exclusivo
Água e esgoto	Fornecimento exclusivo
Contratações baseadas no art. 24, II da Lei 8.666/93 e no art. 75 da Lei 14.133/2021	Possibilidade de contratação direta em função do baixo valor.
Contratações baseadas nas Leis 11.947/2009, 14.284/2021 e 14.628/2023	Realização de chamadas públicas para aquisição de alimentos da agricultura familiar para o fornecimento de merenda e refeições dos discentes.
Contratações com base no art. 24, XIII da Lei 8.666/93 e art. 75, XV da Lei 14.133/2021.	Contratação de fundação de apoio incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional para a realização de processos seletivos e concursos e gestão financeira de recursos de TED.

Fonte: Controles internos DLC, 2024

Para uma visão do total dos processos de contratação direta realizados pelo IFRS, o Quadro 4.6 mostra seu histórico dos últimos três anos, no qual é possível perceber uma elevação na quantidade de processos desse tipo de contratação.



Quadro 4.6 - Quantitativo total de processos de contratação direta

TIPO DE CONTRATAÇÃO	2022	2023	2024
Dispensa de licitação	163	175	313
Inexigibilidade de licitação	27	31	40
TOTAL	190	206	353

Fonte: Controles internos DLC, 2024

Aquisição de alimentos da agricultura familiar

O **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** e o **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** são programas do governo brasileiro que visam garantir alimentação saudável e de qualidade.

O [PAA](#), previsto na Lei 14.628, de 2023, realiza a compra direta de alimentos de agricultores familiares, sem necessidade de licitação e os destina a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como à rede socioassistencial, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e à rede pública e filantrópica de ensino. O PAA tem como objetivo:

- Fortalecer a agricultura familiar, gerando emprego, renda e desenvolvendo a economia local; e
- Promover o acesso aos alimentos, contribuindo para reduzir a insegurança alimentar e nutricional.

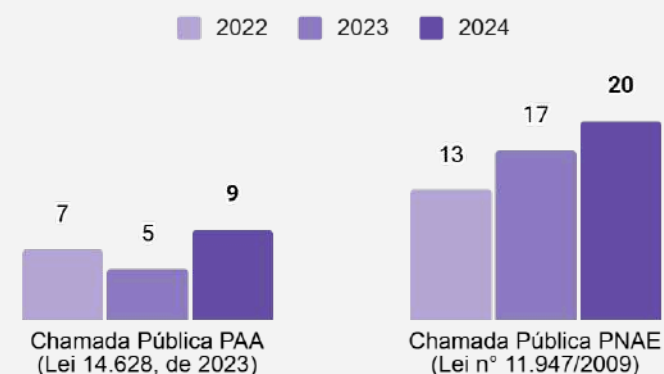
O [PNAE](#), previsto na Lei nº 11.947/2009, por sua vez, consiste no repasse de recursos financeiros federais para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal e nas entidades qualificadas como filantrópicas ou por elas mantidas, nas escolas confessionais

mantidas por entidade sem fins lucrativos e nas escolas comunitárias conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

O PNAE tem como objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

A Figura 4.7 apresenta a evolução do quantitativo de processos referentes a chamadas públicas do PAA e do PNAE.

Figura 4.7 - Evolução do quantitativo de processos de chamadas públicas PAA e PNAE.



Fonte: Controles internos DLC, 2024

Para atender aos alunos matriculados na educação básica pública da Rede Federal, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), também sem necessidade de Termo de Execução Descentralizada (TED), realiza, no início de cada exercício e em apenas uma parcela, destaque de créditos orçamentários para as Unidades



Gestoras da Instituição Federal de Ensino (IFE) responsável pela escola federal. O histórico dos valores homologados dos processos de chamada pública da Figura 4.7 são apresentados no Quadro 4.7.

Quadro 4.7 - Valores homologados nos processos de chamadas públicas PAA e PNAE

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	2022	2023	2024
Chamada Pública PAA (Lei 14.628, de 2023)	405.450,93	258.898,07	309.970,47
Chamada Pública PNAE (Lei nº 11.947/2009)	615.225,09	1.416.353,52	2.174.480,67
TOTAL	1.020.676,02	1.675.251,59	2.484.451,14

Fonte: Controles internos DLC, 2024

O montante de aquisições de alimentos da agricultura familiar teve um aumento em 2024 devido a diversos fatores:

- Pleno retorno dos estudantes às atividades acadêmicas presenciais após a pandemia;
- Ação estratégica de aumento das aquisições da agricultura familiar com base no Plano de Logística Sustentável da instituição;
- Ações estratégicas combinadas entre a Pró-Reitoria de Administração e a Pró-Reitoria de Ensino, com a finalidade de garantir aos estudantes direitos como alimentação saudável e adequada, educação alimentar e nutricional, equidade social e desenvolvimento sustentável dos arranjos produtivos locais; e

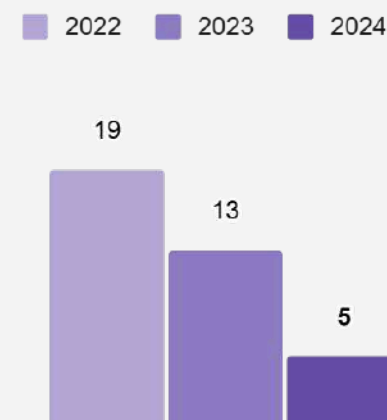
- Aumento dos recursos recebidos do FNDE.

4.3.4 Responsabilização de entes privados

As principais ações de supervisão, controle e correição adotadas pelo IFRS para garantir a legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos, se dá por meio de processos de penalizações a entes privados abertos. Esses processos são instaurados após todas as tentativas de regularização das ocorrências de descumprimento por meio dos fluxos de fiscalização e gestão das contratações.

O histórico do quantitativo de ocorrências desses processos é apresentado a seguir, em números totais para o IFRS, na Figura 4.8, e por unidade, no Quadro 4.8, a partir dos quais é possível observar a redução dos processos de responsabilização.

Figura 4.8 - Histórico do quantitativo de processos de responsabilização de entes privados



Fonte: Controles internos DLC, 2024



Quadro 4.8 - Histórico de responsabilização de entes privados por campi

UNIDADE	2022	2023	2024
Reitoria	4	4	3
Alvorada	0	0	0
Bento Gonçalves	4	0	0
Canoas	0	0	0
Caxias do Sul	2	0	0
Erechim	0	1	0
Farroupilha	0	0	0
Feliz	0	0	0
Ibirubá	1	3	0
Osório	0	0	1
Porto Alegre	0	3	1
Restinga	0	0	0
Rio Grande	4	0	0
Rolante	0	1	0
Sertão	0	0	0
Vacaria	2	0	0
Veranópolis	2	1	0
Viamão	0	0	0

Fonte: Controles internos DLC, 2024

Detalhando o total de ocorrência de 2024 por tipo de descumprimento, 80% trata da inexecução parcial ou total do contrato, ou seja, 4 ocorrências, e uma delas é referente à falha na entrega de material ou equipamento, correspondendo a 20% das ocorrências.

4.3.3 Principais desafios e ações futuras

No decorrer do ano de 2024, o IFRS realizou contratações sob a égide do novo regime (Lei nº 14.133/2021), tendo em vista a disponibilização gradual dos normativos e sistemas governamentais vinculados à nova legislação e à publicação completa das minutas de editais e correlatos da Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) pela Advocacia Geral da União. No entanto, apesar da atualização da legislação, ainda são identificados desafios a serem superados em relação ao tema e, por consequência, ações futuras que podem ser desenvolvidas na busca de soluções. Nesse sentido, a seguir são apresentados os principais desafios e ações futuras mapeados pela Diretoria de Licitações e Contratos da Instituição.

Inovação e sustentabilidade

A necessidade de inovação em contratações, por ser uma área burocrática e que possui mecanismos que tornam os processos morosos, constitui-se um importante desafio a ser enfrentado pelos órgãos públicos, uma vez que os instrumentos licitatórios podem não assegurar a melhor proposta para a administração pública. As minutas de editais divulgadas pela Advocacia Geral da União, em parceria com a SEGES, torna os processos de contratações mais seguros e padronizados, facilitando a atuação dos agentes de contratação e da gestão do órgão. Espera-se que a nova legislação torne o processo mais



célere, simples e seguro, resultando em economicidade e garantia de segurança para o gestor público poder optar pela inovação.

A contratação de serviços e materiais com critérios de sustentabilidade mostra-se como uma empreitada desafiadora para a administração pública, devido ao custo elevado dos produtos, em relação aos não sustentáveis, e ao baixo conhecimento sobre o tema junto às áreas demandantes e técnicas, especialmente quanto ao ciclo de vida dos itens, além de questões técnicas ambientais. Percebe-se a necessidade de análises e ações ligadas à criação de instrumentos capazes de trazer informações sobre sustentabilidade aos requisitantes e gestores de compras da administração pública, nas esferas ambiental, social e econômica.

Pretende-se, como ação futura, qualificar as contratações sob o ponto de vista da inovação e da sustentabilidade, sem perder de vista os princípios constitucionais, especialmente, legalidade, economicidade e eficiência.

Manutenção de fornecedores

Há anos a necessidade de manutenção da proposta ofertada pelas empresas nos pregões de registro de preços, pelo período de vigência da ata, sem possibilidade de reajuste (conforme parecer da AGU e da Procuradoria Federal junto ao IFRS), vem apresentando-se praticamente inviável, em função da flutuação cambial e índices de inflação crescentes (em especial para os itens de insumos agrícolas, TIC, ferramentas e alimentos). Uma grande dificuldade encontrada na execução das contratações, especialmente as realizadas por pregão SRP, é o fato de os fornecedores, em grande parte, não conseguirem manter os preços inalterados por 12 (doze) meses. Neste caso, a administração tem a obrigação de aplicar sanções em decorrência da não manutenção da

proposta e, na maioria das vezes, providenciar uma extensa lista de atividades de chamada de próximos colocados que, em geral, também não poderão honrar suas propostas da sessão pública (mesmo os que se encontram no cadastro de reserva). O resultado disso é que as empresas não realizam seus negócios e o IFRS permanece sem atender suas necessidades, impactando as atividades finalísticas, além do uso de recursos e tempo para providenciar novas contratações.

Manutenção de pregoeiros, gestores e fiscais de contrato

Os riscos advindos das funções exercidas pelos pregoeiros, gestores e fiscais de contratos têm afastado os servidores destas atividades, principalmente pela complexidade da área, necessidade de constante aperfeiçoamento. Faz-se necessário um programa governamental de constante aperfeiçoamento do quadro de servidores da área de contratações, bem como a criação de estruturas de valorização da carreira e segurança jurídica do servidor.

A expectativa é de que os novos limites para as contratações, versados pela Lei nº 14.133/2021, agilizem as aquisições com menor valor agregado, facilitando a manutenção das atividades acadêmicas e o pleno alcance dos objetivos institucionais, ao mesmo tempo que se busca a qualidade do gasto e a entrega do valor à comunidade.

O IFRS desenvolve o Plano Anual de Contratações (PAC) na plataforma do sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) e percebe uma melhora no nível de amadurecimento das áreas requisitantes e demais participantes do macroprocesso de contratações, no que tange ao planejamento das mesmas. Mesmo assim, o caminho para a melhoria contínua do macroprocesso de contratações sob a ótica da governança, do planejamento e da gestão de riscos, ainda deve ser considerado de médio prazo.



Previsão de demandas

Quanto ao planejamento das contratações públicas, acredita-se ter havido avanços com a implantação do sistema de Planejamento e Gerenciamento das Contratações, para construção do Plano de Contratações Anual (PCA), porém percebe-se que o período de construção do plano antecede o Plano de Ação dos órgãos, sendo que talvez fosse mais adequado que ao planejar as contratações, os demandantes pudessem já ter acesso ao Plano de Ação, planejando contratações que venham ao encontro das ações planejadas anteriormente. Nesse sentido, nota-se dificuldades na previsão de demandas em função do período de levantamento e aprovação do PAC ser anterior ao Plano de Ação de cada exercício financeiro e da alocação de recursos na matriz orçamentária, inviabilizando a ciência do montante de orçamento disponível para as contratações.

Ainda relacionado à demanda, outro grande desafio imposto aos IFs e, não diferente no caso do IFRS, é a impossibilidade de mensurar adequadamente a demanda de contratação de profissionais para atendimento aos estudantes com necessidades especiais (intérpretes de libras, psicopedagogos e cuidadores), uma vez que a demanda somente é conhecida no momento das matrículas no início do semestre letivo. A contratação via pregão, recomendada pela AGU, mostra-se inadequada, por não atender, em tempo hábil, às necessidades, gerando contratações por menor preço e não por qualidade profissional. A contratação temporária destes profissionais nos termos da Lei 8.745/1993 seria mais adequada e favorável a todas as partes. Além disso, como a profissão de intérprete de libras não possui Convenção Coletiva de Trabalho, a falta de base legal acaba trazendo prejuízos na execução contratual, inclusive porque a base salarial fica menor do que a de mercado, quando as

empresas, na fase de lances da sessão pública, inserem propostas, considerando o piso mínimo salarial, o qual não reflete a realidade do mercado, dificultando a contratação de mão de obra qualificada.

Gestão do teletrabalho

O sistema de trabalho remoto realizado desde 2020 na área de contratações provou ser possível e eficaz para realizar contratações à distância, utilizando ferramentas digitais e sobretudo, ajustando comportamentos e práticas laborais. Um grande desafio, porém, recai na área de gestão do teletrabalho e na mudança de paradigmas de um controle de horários para um acompanhamento e controle por metas.

Atendimento completo da demanda por alimentos da agricultura familiar

O IFRS ampliou as aquisições de alimentos da agricultura familiar em atendimento às políticas públicas ligadas ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAB) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com vistas à oferta de alimentos saudáveis, com melhor carga nutricional, garantia da segurança alimentar dos discentes, bem como a educação sobre alimentação saudável. Além disso, esta ação visa à equidade social e ao desenvolvimento sustentável dos arranjos produtivos locais. Porém, percebe-se a necessidade dos fornecedores ampliarem a gama de produtos para atendimento mais completo das necessidades alimentícias levantadas pela área técnica.

4.4 Sustentabilidade

Embora a contratação de serviços e materiais com critérios de sustentabilidade tenha sido apontada como um desafio para o IFRS, algumas medidas sustentáveis já são adotadas na instituição, englobando



as dimensões social, econômica e ambiental, e alguns dos exemplos mais relevantes são apresentados a seguir:

- Aquisição de alimentos da agricultura familiar através de chamadas públicas, para merenda escolar e eventos, visando ao atendimento do PNAE e PAA do Governo Federal (estão incluídas nestas demandas a aquisição de Plantas Alimentícias Não Convencionais - PANC - e orgânicos);
- Continuidade na aquisição de placas fotovoltaicas para geração de energia elétrica;
- Continuidade na contratação de bibliotecas virtuais;
- Utilização de impressoras que imprimem em frente e verso;
- Aquisição de papéis reciclados e utilização de canecas duráveis no lugar de copos plásticos;
- Previsão, nos contratos de terceirização, da adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos e utilizem produtos reciclados, reutilizados e/ou biodegradáveis;
- Inclusão de melhor dimensionamento da área nos contratos de limpeza visando à racionalização dos recursos mantendo a adequada prestação do serviço;
- Substituição de vários postos de vigilância armada por outras soluções que atendam à necessidade de segurança com custos mais vantajosos;
- Contratações de serviço de transporte avaliando o ano de fabricação dos veículos, com objetivo de reduzir a emissão de poluentes;
- Aquisição de material de comunicação e divulgação institucional, prevendo a utilização de materiais menos nocivos ao meio ambiente;
- Previsão de logística reversa em editais para aquisição de componentes eletrônicos e embalagens de produtos controlados, possibilitando o descarte correto desses materiais;
- Fomento das compras compartilhadas por meio do Calendário de Licitações Compartilhadas;
- Construção de editais de licitação por equipes multidisciplinares, para que servidores de várias áreas possam contribuir com seus conhecimentos técnicos, resultando em um processo mais coerente com as ofertas do mercado e que busque soluções para o alcance dos objetivos estratégicos;
- Conjunção de esforços para a realização de fiscalizações mais efetivas nos contratos de terceirização de mão de obra com dedicação exclusiva, garantindo o pagamento de todas as rubricas trabalhistas propostas pela empresa, embasadas na Convenção Coletiva de Trabalho e na legislação;
- Adoção da conta vinculada em todos os contratos de terceirização de mão de obra exclusiva, mitigando o risco das contratadas deixarem de realizar os pagamentos rescisórios e de férias e décimo terceiro salário dos trabalhadores;
- Manutenção de fluxos de trabalho, checklists, manuais e modelos de documentos da área de contratações atualizados, viabilizando a construção de processos mais coesos e a correta fiscalização das contratações, reduzindo os riscos de falhas no entendimento dos editais pelos fornecedores, bem como nas execuções ou entregas de mercadorias;
- Distribuição de absorventes e coletores menstruais às alunas do IFRS por meio do Projeto "Dignidade Menstrual".



4.4.1 Plano de Logística Sustentável 2024-2029

A partir do diagnóstico das ações sustentáveis já realizadas pelo IFRS, tendo como base:

- Os Planos de Logística Sustentável (PLS) anteriores;
- O diagnóstico das contratações do IFRS, considerando os anos de 2022 e 2023;
- Os instrumentos de planejamento da instituição; e
- O inventário de necessidades, estruturados pelos eixos temáticos: Racionalização e consumo consciente (E1); Racionalização da ocupação de espaços físicos (E2); Identificação dos objetivos de menor impacto ambiental (E3); Fomento à inovação no mercado (E4); Negócios de impacto nas contratações (E5); e Divulgação, conscientização e capacitação (E6).

Estabeleceu-se um novo PLS para o IFRS, abrangendo o ciclo 2024-2029. O documento foi elaborado em 2024 e aprovado pelo Consup no mesmo ano, por meio da [Resolução nº 74, de 10 de dezembro de 2024](#), em conformidade com a [Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021](#), que apresenta os instrumentos de governança nas contratações públicas, e a [Portaria SEGES/MGI nº 5.376/2023](#), que institui seu modelo de referência.

Como diretriz geral desse PLS, é referenciado o PDI 2024-2028, por meio do objetivo estratégico **“Promover ações que visem ao desenvolvimento socioeconômico, ambiental, cultural e político da comunidade”** (R4), imprimindo o conceito de sustentabilidade sobre ele. As outras três diretrizes definidas para o plano, agrupam sinergicamente os eixos temáticos já apresentados, os quais foram

estabelecidos pelo Caderno de Logística do Plano Diretor de Logística Sustentável, instituído pela Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, citada anteriormente. São elas:

- D1: Ensino, pesquisa e extensão como incentivadores do desenvolvimento sustentável;
- D2: Sustentabilidade em compras e contratos públicos;
- D3: Sustentabilidade em ações cotidianas.

A partir do diagnóstico e da estrutura de diretrizes e eixos, o plano de metas e ações do PLS foi elaborado como resposta às demandas identificadas durante a análise das situações-problema, visando atender as mesmas com ações concretas. Ao vincular o inventário de necessidades ao planejamento das metas, o IFRS assegura que os recursos sejam direcionados para resolver os problemas identificados, promovendo avanços no cumprimento das diretrizes estratégicas. A seguir são apresentadas as 10 metas propostas pelo PLS 2024-2029:

- **Meta 1** - Aumentar 5% o número de projetos, ações e tecnologias de sustentabilidade, preservação e conscientização ambiental;
- **Meta 2** - Aumentar o número de participantes em capacitações propostas pela instituição relacionadas aos objetivos e metas do PLS em 10% ao ano;
- **Meta 3** - Aumentar a divulgação e conscientização sobre o PLS em 10% ao ano;
- **Meta 4** - Atingir 95% das contratações com critérios de sustentabilidade ambiental, econômico e social até 2029;



- **Meta 5** - Aumentar 5% por ano o valor relativo às compras anuais de alimentos da agricultura familiar;
- **Meta 6** - Aumentar 5% por ano o número de contratações de micro e pequenas empresas para a prestação de serviços, inclusive de engenharia;
- **Meta 7** - Reduzir 5% o consumo de energia nas instalações comparado ao exercício anterior;
- **Meta 8** - Reduzir 5% o consumo de água comparado ao exercício anterior;
- **Meta 9** - Garantir a Relação Aluno Professor (RAP) em conformidade com os parâmetros governamentais; e
- **Meta 10** - Publicar a Política de Sustentabilidade Ambiental.

Mais informações sobre cada meta, sua vinculação com as diretrizes e eixos, bem como seus indicadores, responsáveis, prazos e riscos envolvidos estão disponíveis na íntegra do documento [PLS 2024-2029](#).

Os procedimentos de monitoramento e avaliação do Plano de Logística Sustentável (PLS) serão contínuos e cíclicos orientados pela metodologia DMAIC (Definir, Medir, Analisar, Melhorar e Controlar). Esse processo cíclico iniciará em 2025 e será repetido anualmente. Além disso, o IFRS emitirá relatório anual de acompanhamento do plano. A instrumentalização do processo fará uso do Metabase e do Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e Projetos (Sigpp), para garantir uma gestão eficiente e baseada em dados.

Dessa forma, o PLS consolida o compromisso institucional com a sustentabilidade, promovendo práticas que alinham eficiência operacional, responsabilidade ambiental e gestão estratégica. Ao integrar diretrizes, metas e ações, o PLS não apenas contribui para a redução de

impactos ambientais, mas também fortalece a cultura organizacional em torno de valores sustentáveis. Com o apoio de ferramentas de monitoramento e avaliação, o acompanhamento contínuo das ações garantirá transparência, ajustes necessários e o alcance dos resultados esperados.



5 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

A análise de ambiente para o Relatório de Gestão 2024 foi baseada nas informações levantadas junto a comunidade interna e externa do IFRS durante o processo de elaboração do PDI 2019-2023, mantidas no PDI 2024-2028, e do plano de ação da instituição e relatório de ações e resultados do ano de 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024.

A seguir apresentamos, resumidamente, os principais elementos da análise do ambiente interno (forças e fraquezas) e externo (oportunidades e ameaças):

5.1 Análise do Ambiente

5.1.1 Pontos Fortes

- Processo democrático;
- Qualidade dos cursos ofertados;
- Oferta de cursos gratuitos;
- Alta qualificação dos servidores;
- Interiorização da educação;
- Integração entre os segmentos da comunidade acadêmica;
- Fomento a inclusão e diversidade.

5.1.2 Oportunidades

- Crescimento e diversificação dos arranjos produtivos locais;
- Fortalecimento da economia e como consequência aumento da demanda por profissionais qualificados;
- Contextos demográficos e socioeducacionais regionais favoráveis à ampliação da oferta de cursos e vagas no período pós-pandêmico;

- Possibilidade de parcerias entre instituições públicas e privadas;
- Editais de órgãos externos de fomento;
- Aumento da demanda por educação à distância para cursos de Formação Inicial ou Continuada.

5.1.3 Pontos Fracos

- Problemas na infraestrutura;
- Falta de padronização dos processos de trabalho;
- Fragilidades de comunicação institucional;
- Inovação e desenvolvimento tecnológicos precisam ser aprimorados;
- Obsolescência tecnológica.

5.1.4 Ameaças

- Contingenciamento do orçamento destinado ao IFRS;
- Falta de recursos para a manutenção e investimento nos campi;
- Demanda decrescente dos cursos superiores;
- Visão distorcida da sociedade a respeito do ensino público.

5.2 Gestão de risco dos objetivos estratégicos

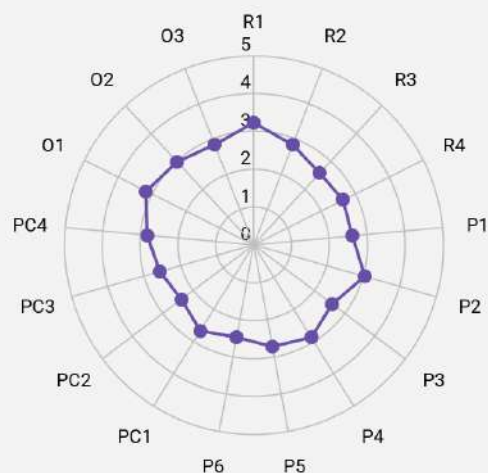
5.2.1 Identificação dos riscos

Para evidenciar os principais riscos identificados no **Planejamento de Ações do IFRS em 2024** foi gerada uma nuvem de palavras (Figura 5.1) com uma frequência mínima de termos equivalente a 3 e com a remoção de "palavras de parada" (stopwords). A análise dos riscos elencados evidencia a falta de recursos orçamentários e humanos. Termos como "orçamento", "recursos", "falta" e "contingenciamento" aparecem com alta



ações planejadas em observação aos objetivos estratégicos, nota-se que em média a probabilidade de ocorrência dos riscos identificados atinge 2,70, sendo classificada, em geral, como “Provável”. No Figura 5.3 são detalhadas as probabilidades de ocorrência por objetivo estratégico:

Figura 5.3 - Probabilidade de ocorrência dos riscos



Fonte: [Painel de Gestão de Riscos](#)

Em que:

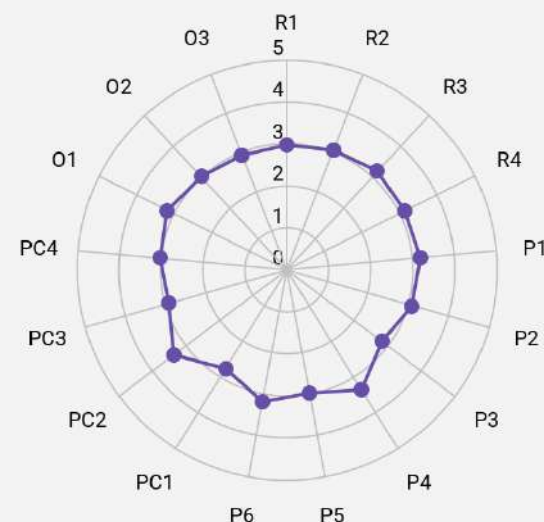
- 1 - Improvável;**
- 2 - Pouco Provável;**
- 3 - Provável;**
- 4 - Muito Provável;**
- 5 - Altamente Provável.**

Impacto

Considerando a escala de impacto de um risco, definida na [Metodologia de Gestão de Riscos do IFRS](#) e sua aplicação às ações planejadas em

observação aos objetivos estratégicos, nota-se que em média ao impacto dos riscos atinge 3,27, sendo classificado, em geral, como “Moderado”. No Figura 5.4 são detalhados os impactos por objetivo estratégico:

Figura 5.4 - Probabilidade de ocorrência dos riscos



Fonte: [Painel de Gestão de Riscos](#)

Em que:

- 1 - Irrelevante:** um evento que, se ocorrer, não produz efeito;
- 2 - Menor:** um evento que, se ocorrer, pode causar apenas um pequeno aumento de custo ou atraso operacional;
- 3 - Moderado:** um evento que, se ocorrer, pode causar impacto moderado em um processo, mas, ainda assim, funções importantes são executadas.
- 4 - Sério:** um evento que, se ocorrer, pode causar grande impacto em um processo.
- 5 - Crítico:** Um evento que, se ocorrer, pode causar a falha de processo.



Matriz de avaliação

Posicionando os objetivos estratégicos na matriz de avaliação de riscos, pela média de impacto e de probabilidade de ocorrência apresentadas anteriormente, percebe-se um agrupamento significativo de objetivos com risco substancial e apenas dois com risco moderado, conforme Figura 5.5.

Figura 5.5 - Matriz de avaliação dos riscos do PA/RAR 2024



Fonte: [Painel de Gestão de Riscos](#)

5.2.3 Resposta aos riscos

As respostas possíveis aos riscos identificados estão previstas na [Metodologia de Gestão de Riscos do IFRS](#):

- **Mitigado**, quando ele é tratado até um nível aceitável que reduza a probabilidade de ocorrência do evento e seu impacto;
- **Tolerado**, quando ele é aceito;
- **Transferido**, quando ele é redirecionado a terceiro; e
- **Tratado**: quando ele é tratado devido a alteração do plano ou processo ou finalização da atividade que o originou.

Do total de 2.023 riscos identificados em 2024 pelos campi e unidades da reitoria do IFRS, destaca-se que mais de 60% dos riscos puderam ser tratados ou mitigados, conforme apresentado nos Quadro 5.1 e Figura 5.5. Este padrão também pode ser observado ao analisar individualmente cada um dos objetivos, exceto para os objetivos R3, P2, PC4 e O2.

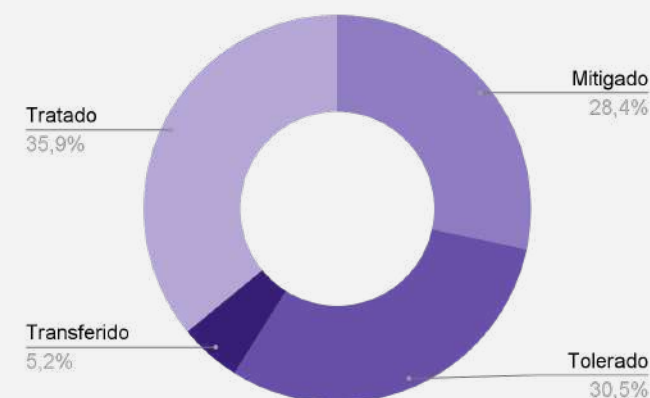
Destes objetivos em que mais de 40% dos riscos foram tolerados ou transferidos, destacam-se algumas medidas: aumentar o engajamento dos servidores e alunos, enfrentando desafios como baixa adesão e interesse reduzido para promoção de ações de formação para a cidadania (R3), a preocupação com a não observância das recomendações para conscientização e incentivo de práticas sustentáveis (P2), ampliar o incentivo à participação e suporte institucional para promoção da qualidade de vida dos servidores (PC4) e, para ampliar a captação de recursos extraorçamentários (O2), a principal resposta destacada foi a não obtenção de êxito nos editais, exigindo ações de mobilização da comunidade e fortalecimento das parcerias.

Quadro 5.1 - Percentual de resposta aos riscos por objetivo estratégico

Objetivo estratégico	Mitigado	Tolerado	Transferido	Tratado
R1	35,79%	27,37%	1,05%	35,79%
R2	38,71%	25,81%	4,84%	30,65%
R3	37,29%	36,16%	5,08%	21,47%
R4	28,36%	30,53%	5,18%	35,92%
P1	35,82%	13,43%	8,96%	41,79%
P2	14,29%	40,00%	11,43%	34,29%
P3	27,50%	30,00%	7,50%	35,00%
P4	40,82%	25,51%	4,08%	29,59%
P5	29,73%	27,03%	2,70%	40,54%
P6	27,69%	27,69%	1,54%	43,08%
PC1	52,00%	8,00%	6,00%	34,00%
PC2	33,05%	31,36%	4,24%	31,36%
PC3	21,82%	30,91%	5,45%	41,82%
PC4	13,64%	43,94%	3,03%	39,39%
O1	12,39%	32,45%	6,19%	48,97%
O2	35,90%	42,31%	3,85%	17,95%
O3	34,78%	26,09%	10,87%	28,26%

Fonte: [Painel de Gestão de Riscos](#)

Figura 5.5 - Resposta aos riscos

Fonte: [Painel de Gestão de Riscos](#)

5.2.4 Controle, informações e monitoramento dos riscos

Para estas etapas da gestão de riscos, destaca-se a importância do [Painel de Gestão de Riscos](#), que possibilitou uma visão abrangente dos riscos identificados, suas respostas e tratamentos aplicados, facilitando o controle e monitoramento. Em 2024, diferente dos anos anteriores, foi previsto na [Instrução Normativa Nº 02/2024 – PRODI](#) que estabeleceu cronograma de ações da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional para o ano de 2024, que os Gestores de DI realizassem a elaboração do RAR parcial em 16/08/2024, revisando as ações planejadas e os riscos previstos, tomando as ações corretivas para que a execução estivesse alinhada ao planejamento. A gestão de riscos tornou-se, neste exercício, uma ação contínua dos campi para monitoramento das ações em prol das metas e objetivos institucionais.



5.3 Gestão de risco dos processos

Além de ser aplicada nos planos de ação, a [Metodologia de Gestão de Riscos do IFRS](#) busca identificar os eventos que ensejam em risco à execução dos processos, assim como orientar os servidores na execução de suas atividades cotidianas e, de maneira mais ampla, melhorar o desempenho enquanto entidade de ensino, ciência e tecnologia, antecipando oportunidades e ameaças.

Em 2023, a Etapa 1 desta metodologia teve sua aplicação iniciada nos processos da Assistência Estudantil e uma capacitação de gestão de riscos foi realizada junto aos envolvidos, a fim de possibilitar a implantação da Política de Gestão de Riscos do IFRS no processo. Em 2024, foi dado andamento ao levantamento dos riscos envolvidos no processo. Essa etapa ainda não foi finalizada, devido ao Estado de Calamidade Pública instaurado no estado do Rio Grande do Sul, conforme [Decretos do Governo do Estado](#) nº 57.596, de 01 de maio de 2024, nº 57.600, de 05 de maio de 2024 e nº 57.901, de 11 de dezembro de 2024. A iniciativa possibilitará o atendimento de recomendações da auditoria, mas também uma melhor gestão do processo e dos recursos envolvidos, uma vez que a assistência estudantil representa parcela significativa do recurso orçamentário executado pelo IFRS.

O Quadro 5.2 sintetiza todas as etapas dessa metodologia, que para avaliação do risco (Etapa 3) utiliza as mesmas escalas de probabilidade de ocorrência e impacto do risco apresentadas anteriormente para os riscos relacionados às ações em atendimento aos objetivos estratégicos.

Quadro 5.2a - Etapas da Metodologia de Gestão de Riscos

O QUE?	COMO?	QUEM?
Etapa 1 Análise de ambiente e de fixação de objetivos	<ul style="list-style-type: none"> Matriz Swot para análise ambiental; Mapeamento de processos e fixação dos objetivos (identificar os documentos, Instruções Normativas, legislações que envolvem o processo e entrevistas com os responsáveis). 	Responsáveis pelo processo na reitoria
Etapa 2 Identificação de eventos	<ul style="list-style-type: none"> Brainstorming; Mapear os riscos; Identificar causas dos riscos; Identificar consequências. 	Gestor do processo e demais responsáveis envolvidos no campus e na reitoria
Etapa 3 Avaliação de riscos	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar probabilidade de ocorrência do risco; Avaliar o impacto do risco; Elaborar a matriz, dispondo os riscos nos respectivos quadrantes. 	Gestor do processo e demais responsáveis envolvidos no campus e na reitoria
Etapa 4 Resposta ao risco	<ul style="list-style-type: none"> Identificar a resposta ao risco e as ações necessárias de acordo com a resposta escolhida. 	Gestor do processo e demais responsáveis envolvidos.

Fonte: [Metodologia de Gestão de Riscos do IFRS](#)



Quadro 5.2b - Etapas da Metodologia de Gestão de Riscos

O QUE?	COMO?	QUEM?
Etapa 5 Atividades de controle	<ul style="list-style-type: none"> Identificar os controles existentes e avaliar a necessidade de criação de novos controles. 	Gestor do processo e demais responsáveis envolvidos no campus e na reitoria.
Etapa 6 Informações e comunicações	<ul style="list-style-type: none"> Preencher ficha com o mapeamento dos riscos, os controles a serem implementados, se for o caso; Realizar a comunicação interna/divulgação do que está acontecendo. 	Gestor do processo e demais responsáveis envolvidos no campus e na reitoria.
Etapa 7 Monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento da ficha e registros relevantes; Autoavaliação. 	Gestor do processo e demais responsáveis envolvidos no campus e na reitoria.

Fonte: [Metodologia de Gestão de Riscos do IFRS](#)



6 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

6.1 Resumo da Situação Orçamentária e Financeira

A dotação orçamentária do IFRS, com orçamento consignado na [Lei Orçamentária Anual \(LOA\)](#), Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, totalizou R\$ 587.570.848,00. No decorrer do exercício, porém, os acréscimos, cancelamentos e remanejamentos de dotações, além de dotação extraordinária específica para utilização em ações voltadas à situação de calamidade pública, redimensionaram o orçamento para o total de **R\$ 627.405.614,00**, como pode ser verificado no Quadro 6.1. Cabe mencionar que o valor do orçamento empenhado para o ano de 2024 foi de R\$ 619.150.381,72 **(98,68% do orçamento empenhado)**.

Quadro 6.1 - Histórico do Orçamento do IFRS em 2024

ORÇAMENTO	VALOR (EM R\$)
Dotação Inicial	587.570.848
(+) Dotação Suplementar	50.771.220
(+) Dotação Extraordinária (Calamidade Pública)	10.782.500
(-) Dotação Cancelada/Remanejada	- 21.718.954
(=) Dotação Atualizada	627.405.614

Fonte: Tesouro Gerencial, acesso em 20/02/2025.

6.1.1 Programas e Ações do PPA no Orçamento do IFRS

A Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024 instituiu o [Plano Plurianual da União \(PPA\)](#) para o período de 2024 a 2027. O PPA é um instrumento de planejamento de médio prazo utilizado pela União, Estados, Municípios e DF, para estabelecer diretrizes, objetivos e metas da administração pública e de suas esferas. Elaborado para um período de quatro anos, o mesmo estabelece as prioridades do governo, dá as diretrizes para a confecção da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e orienta a elaboração da LOA.

O PPA estabelece políticas, programas e ações que o governo pretende executar ao longo do período de validade do plano, abrangendo diversas áreas, entre elas, a educação. Nesse sentido, o orçamento do IFRS tem sido dividido em alguns desses programas, conforme descrito a seguir:

- **Programa 0032** - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo;
- **Programa 0901** - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais;
- **Programa 0909** - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais;
- **Programa 0910** - Operações especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais;
- **Programa 5012** - Educação Profissional e Tecnológica;
- **Programa 5112** - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma - Reestruturação e modernização de instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica.



Ressalta-se que os programas são instrumentos de organização que se dividem em um conjunto de ações necessárias para enfrentar um problema ou aproveitar uma oportunidade estabelecida. As ações, por sua vez, são instrumentos de programação, que contribuem para o atendimento do objetivo do programa. Em face disso, no Quadro 6.2 pode-se observar o orçamento do IFRS distribuído em cada programa nos últimos anos.

Para atender as diferentes necessidades da sociedade, o governo necessita organizar o trabalho de forma detalhada através de seus diferentes Programas de Governo. Para essa organização de atuação, o orçamento não se limita apenas à divisão de áreas de atuação (funções orçamentárias), também apresenta os programas e as ações orçamentárias. Através desses Programas de Governo são articuladas às ações em programas, que podem ser divididos em três tipos: temáticos, de gestão, manutenção e serviços do Estado e os especiais.

Em 2024 o Programa 5012 - Educação Profissional e Tecnológica - foi substituído pelo 5112- Educação Profissional e Tecnológica que Transforma, mantendo as mesmas ações orçamentárias.

Quadro 6.2 - Orçamento do IFRS em 2024 por programa

PROGR.	DESCRIÇÃO	VALOR (EM R\$)		
		2022	2023	2024
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	460.748.085	502.648.830	541.362.149
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	5.985.998	-	-
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	43.364	48.576	100.653
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	81.450	103.032	103.434
5012	Educação de Profissional e Tecnológica	60.990.539	68.944.960	-
5112	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	-	-	85.839.378
TOTAL		527.849.436	571.745.398	627.405.614

Fonte: Tesouro Gerencial, acesso em 20/02/2025.

Os referidos programas foram executados através das ações orçamentárias descritas a seguir e cujos valores estão apresentados no Quadro 6.3.



Quadro 6.3 - Orçamento do IFRS em 2024 por programa e ações

PROGR.	AÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR (EM R\$)		
			2022	2023	2024
0032	0181	Aposentadorias e pensões civis da União	34.130.285	36.872.031	41.272.672
	09HB	Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais	64.197.635	67.784.148	74.684.035
	2004	Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes	4.928.921	4.558.051	6.052.743
	20TP	Ativos civis da União	338.268.299	369.479.410	385.402.571
	212B	Benefícios obrigatórios aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes	18.507.649	23.042.697	32.800.559
	216H	Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos	254.300	241.265	274.113
	4572	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação	460.996	671.228	875.456
0901	0005	Sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios)	5.985.998	-	-
0909	00S6	Benefício Especial - Lei n. 12.618, de 2012	1.000	13.000	13.000
	0536	Benefícios e pensões indenizatórias decorrentes de legislação	42.364	35.576	87.653
0910	00PW	Contribuições a entidades nacionais sem exigência de programação específica	81.450	103.032	103.434
5012	20RG	Reestruturação e modernização de instituições federais de educação profissional e tecnológica	8.570.171	6.168.417	-
	20RL	Funcionamento de instituições federais de educação profissional e tecnológica	39.365.352	42.350.289	-
	21B3	Fomento às ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação	-	5.223.163	-
	2994	Assistência aos estudantes das instituições federais de educação profissional e tecnológica	13.055.016	15.203.091	-
5112	20RG	Reestruturação e modernização de instituições federais de educação profissional e tecnológica	-	-	7.613.173
	20RL	Funcionamento de instituições federais de educação profissional e tecnológica	-	-	54.326.298
	21B3	Fomento às ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação	-	-	6.171.652
	2994	Assistência aos estudantes das instituições federais de educação profissional e tecnológica	-	-	17.728.255
TOTAL			527.849.436	571.745.398	627.405.614

Fonte: Tesouro Gerencial, acesso em 20/02/2025.



6.1.2 Execução Orçamentária

A execução das despesas discricionárias do IFRS, ou seja, aquelas que o governo pode ou não executar (custeio e investimento), foram realizadas através dos seguintes programas: 0032, 0910, 5012 e 5112. No IFRS, a execução orçamentária dos Programas 0032, 5012 e 5112 é realizada de forma descentralizada, considerando que as unidades gestoras possuem autonomia orçamentária. Os demais programas, relacionados à folha de pagamento, são executados pela Reitoria.

No que se refere aos grupos de despesas, o IFRS apresenta seu orçamento distribuído conforme descrito a seguir:

- **Grupo de Despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais:** envolve todas as despesas de pessoal do IFRS;
- **Grupo de Despesa 3 - Outras Despesas Correntes:** é destinado às despesas de manutenção e funcionamento das instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica;
- **Grupo de Despesa 4 - Investimento:** são todos os recursos investidos como capital, sejam eles com obras, aquisições de máquinas, equipamentos;
- **Grupo de Despesa 5 - Inversões Financeiras:** se refere a aquisição de imóveis (campus Viamão).

Além da dotação orçamentária autorizada na LOA, o IFRS executou orçamento recebido por destaque de outros Órgãos, no montante de **R\$66.943.351,28**, conforme pode ser observado no Quadro 6.4. A partir do valor evidenciado no Quadro 6.5, a Execução Orçamentária do IFRS em 2024 foi de:

**R\$ 619.150.381,72 + 66.943.351,28 =
R\$ 686.093.733,00**

Orçamento IFRS (LOA) + Destaques Recebidos

Quadro 6.4 - Histórico de destaques recebidos e empenhados

GRUPO DE DESPESA		VALOR (EM R\$)		
		2022	2023	2024
1	Pessoal e Encargos Sociais	8.105,71	135.857,63	80.181,36
3	Outras Despesas Correntes	13.012.766,42	4.350.266,09	33.414.033,02
4	Investimentos	7.244.102,45	7.879.507,27	18.449.136,90
5	Inversões Financeiras	-	-	15.000.000,00
TOTAL		20.264.974,58	12.365.630,99	66.943.351,28

Fonte: Tesouro Gerencial, acesso em 07/02/2025.

Distribuição da Despesa

A LOA 2024 fixou ao IFRS dotação orçamentária destinada à manutenção da Instituição em suas áreas meio e finalística, destinada a despesas de pessoal, custeio e investimento.

O Quadro 6.5 mostra o histórico da execução da despesa nos estágios de empenho e liquidação, seguidos do histórico dos valores em Restos a Pagar Não Processados e Pagos. Ressalta-se que os dados apresentados tratam da distribuição da despesa do IFRS, com destaque para a execução dos elementos mais significativos, sendo o restante agrupado como “demais elementos” de seu respectivo grupo de despesa.



Quadro 6.5 - Histórico da distribuição da despesa por grupo e elemento

GRUPO E ELEMENTO		EMPENHADA (EM R\$)			LIQUIDADADA (EM R\$)			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (EM R\$)			PAGOS (EM R\$)		
		2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024
1	Pessoal e Encargos Sociais	434.784.365,93	471.427.784,63	494.732.553,19	434.775.406,45	471.313.090,19	494.697.533,19	8.959,48	114.694,44	35.000,00	403.468.979,83	428.550.220,73	442.547.507,98
11	Vencimentos e vantagens pessoais e civil	316.399.349,66	340.518.969,15	354.281.028,69	316.399.349,66	340.518.969,15	354.281.028,69	-	-	-	288.946.184,88	302.822.647,78	307.875.370,23
13	Obrigações Patronais	62.911.376,22	67.557.433,16	70.279.569,93	62.902.416,74	67.551.086,67	70.254.569,93	8.959,48	6.346,49	25.000,00	62.902.416,74	67.551.086,67	70.254.569,93
01	Aposentadorias, Reserva, Rem. e Reformas	26.791.223,61	29.047.400,67	33.076.502,71	26.791.223,61	29.047.400,67	33.076.502,71	-	-	-	25.150.744,47	26.811.517,67	30.195.072,48
04	Contratação por tempo determinado	17.808.653,02	20.958.252,54	21.868.890,31	17.808.653,02	20.849.904,59	21.858.890,31	-	108.347,95	10.000,00	16.342.297,32	18.964.496,49	19.894.337,95
-	Demais elementos	10.873.763,42	13.345.729,11	15.226.561,55	10.873.763,42	13.345.729,11	15.226.541,55	-	-	-	10.127.336,42	12.400.472,12	14.328.157,39
3	Outras Despesas Correntes	77.995.113,62	94.919.534,42	147.316.184,07	68.041.974,39	82.420.388,97	120.998.590,29	9.953.139,23	12.499.145,45	26.317.593,78	65.179.904,35	78.999.577,77	116.529.563,93
39	Outros Serv. Terc. PJ	32.046.676,76	39.066.653,73	74.694.276,65	25.403.366,50	31.012.887,59	53.980.572,82	6.643.310,26	8.053.766,14	20.713.703,83	24.598.192,28	30.229.176,22	53.323.653,51
46	Auxílio-Alimentação	11.463.622,93	15.258.082,24	23.042.067,17	15.258.082,24	11.463.622,93	23.042.067,17	-	-	-	10.502.509,22	13.885.819,23	20.910.103,52
18	Aux. Financ. a Estudantes.	11.092.170,73	13.160.280,63	18.001.567,00	10.927.482,34	13.032.513,67	16.982.416,64	164.688,39	127.766,96	1.019.150,36	10.889.882,34	12.983.913,67	16.932.070,64
30	Material de consumo	4.529.389,12	6.126.028,66	4.787.592,07	2.746.065,54	3.517.760,59	3.315.916,95	1.783.323,58	2.608.268,07	1.471.675,12	2.744.833,44	3.508.471,49	3.288.569,70
93	Indenizações e Restituições	4.919.292,17	4.782.220,63	6.769.372,90	4.888.134,90	4.733.124,82	6.517.812,24	31.157,27	49.095,81	251.560,66	4.519.586,27	4.335.615,31	5.920.843,73
-	Demais elementos	13.943.961,91	16.526.268,53	20.021.308,28	8.818.842,87	18.660.479,37	17.159.804,47	1.330.659,73	1.660.248,47	3.113.064,471	11.924.900,80	14.056.581,85	16.154.322,83
4	Investimentos	16.291.857,71	14.237.180,42	29.044.996,08	2.458.102,70	2.617.353,43	4.157.398,93	13.833.755,01	11.619.826,99	24.887.597,15	2.360.935,11	2.574.607,34	4.030.362,99
51	Obras e Instalações	12.772.294,48	10.231.243,73	23.357.767,80	1.405.932,51	1.500.011,52	1.986.204,45	11.366.361,97	8.731.232,21	21.371.563,35	1.308.822,10	1.500.011,52	1.949.694,14
52	Equipamentos e Mat. Permanente	3.286.473,58	3.714.357,87	4.625.555,42	944.461,36	990.893,16	1.840.413,57	2.342.012,22	2.723.464,71	2.785.141,85	944.461,36	948.147,07	1.749.887,94
-	Demais elementos	233.089,65	291.578,82	1.061.672,86	107.708,83	126.448,75	330.780,91	125.380,82	165.130,07	730.891,95	107.651,65	126.448,75	330.780,91
5	Inversões Financeiras	-	-	15.000.000,00	-	-	15.000.000,00	-	-	-	-	-	15.000.000,00
61	Aquisição de Imóveis	-	-	15.000.000,00	-	-	15.000.000,00	-	-	-	-	-	15.000.000,00
TOTAL		529.071.337,26	580.584.499,47	686.093.733,34	505.275.483,54	556.350.832,59	634.853.542,41	23.795.853,72	24.233.666,88	51.240.190,93	471.009.819,29	510.124.405,84	578.107.434,90

Fonte: Tesouro Gerencial, acesso em 20/02/2025.



Principais Programas e Ações Orçamentárias

Conforme mencionado anteriormente, a execução das despesas do IFRS, foi realizada através de programas e ações orçamentárias. Os referidos programas foram executados através de ações divididas em despesas obrigatórias e discricionárias, estas últimas descritas a seguir, cujos valores de empenho, liquidação, pagamento e restos a pagar processados e não processados são apresentados no Quadro 6.6.

- **Ação 00PW** - anuidades de associações nacionais (Conif);
- **Ação 20RL** - recursos de custeio e investimento utilizados para o funcionamento dos cursos oferecidos; aquisições de materiais e contratação de serviços necessários ao funcionamento da Instituição;
- **Ação 2994** - destinada a assistência estudantil, visando o acesso, a permanência e o bom desempenho dos estudantes;
- **Ação 216H** - recursos de custeio destinado ao pagamento de auxílio moradia;
- **Ação 4572** - recursos de custeio utilizados na capacitação de servidores;
- **Ação 20RG** - recurso de investimento utilizado na reestruturação e modernização das instituições;
- **Ação 21B3** - recurso de custeio e investimento utilizados para o fomento de ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Quadro 6.6 - Execução das principais ações orçamentárias em 2024

AÇÃO	DESPESA (EM R\$)			RESTOS A PAGAR (EM R\$)	
	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCES.	NÃO PROCES.
00PW	103.433,55	103.433,55	103.433,55	-	-
20RG	7.613.172,83	2.387.576,05	2.310.440,10	309.786,56	4.364.802,07
20RL	54.326.298,47	38.926.788,45	38.150.212,91	475.080,73	10.117.791,85
216H	274.113,00	202.384,62	183.219,50	18.415,72	20.000,00
2994	17.728.254,83	16.773.109,88	16.682.984,27	34.737,19	1.186.394,31
4572	875.456,20	767.487,21	703.402,65	30.233,66	96.056,12
21B3	6.171.652,52	5.795.146,55	5.733.810,18	22.000,00	282.967,88
TOTAL	87.092.381,40	64.955.925,31	63.867.502,16	890.253,86	16.068.012,23

Fonte: Tesouro Gerencial, acesso em 20/02/2025.

6.1.3 Execução Extraorçamentária

Em relação aos recursos extraorçamentários, o maior volume de recursos é proveniente de emendas parlamentares e Termos de Execução Descentralizadas (TEDs) no valor arredondado de R\$ 66,94 milhões, sendo R\$ 4,60 milhões de emendas individuais e R\$ 5,68 milhões de emendas de bancada. Referente aos TEDs foi executado o montante aproximado de R\$ 57 milhões. Os itens de maior relevância foram:



Termos de Execução Descentralizada

- Obras de Bibliotecas e Refeitórios para o IFRS;
- Aquisição da sede do campus Viamão;
- Promoção e fomento à cultura brasileira - Ministério da Cultura (MINC);
- Apoio ao funcionamento e modernização das instituições da rede federal;
- Fomento ao desenvolvimento e modernização dos sistemas de ensino;
- Assistência técnica e extensão rural;
- Aprimoramento do sistema penitenciário nacional - Projeto Alvorada;
- Promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa;
- Promoção do acesso ao Patrimônio Documental Nacional no Campus Porto Alegre.

Emendas

- Obra CECAL e Ginásio Campus Bento Gonçalves;
- Obra do Bloco B, de salas de aula, do Campus Caxias do Sul.

6.1.4 Execução Financeira

Os pagamentos realizados pelo IFRS totalizaram R\$ 578.107.434,90 no ano de 2024, representando 91,06% do valor total liquidado de R\$ 634.853.542,41. O demonstrativo desses valores pagos por grupo de despesa, é apresentado no Quadro 6.7.

Quadro 6.7 - Execução financeira por grupo de despesa

GRUPO DE DESPESA	DESPESAS PAGAS (EM R\$)					
	2022	%	2023	%	2024	%
1 Gastos com pessoal	403.468.979,83	85,7	428.550.220,73	84,0	442.547.507,98	76,6
3 Despesas de Custeio	65.179.904,35	13,8	78.999.577,77	15,5	116.529.563,93	20,2
4 Despesas com investimento	2.360.935,11	0,5	2.574.607,34	0,5	4.030.362,99	0,7
5 Inversões Financeiras	-	-	-	-	15.000.000,00	2,6
TOTAL	471.009.819,29	100,0	510.124.405,84	100,0	578.107.434,90	100,0

Fonte: Tesouro Gerencial, acesso em 07/02/2025.

Além disso, as obrigações pagas oriundas de empenhos emitidos em anos anteriores (restos a pagar processados/não processados) elevaram a execução financeira do exercício para R\$ 646.172.340,60, uma vez que totalizaram R\$ 68.064.905,70 (RAP). O elevado valor pago de restos a pagar, justifica-se pela inscrição de despesas de pessoal do mês de dezembro de 2024, cujos pagamentos ocorrem em janeiro de 2025.

6.1.5 Desafios para a Execução Financeira e Orçamentária

A execução financeira e orçamentária é um processo essencial para a gestão pública, mas enfrenta uma série de desafios que podem comprometer a eficiência e a transparência dos resultados. A seguir estão alguns dos principais desafios enfrentados nesse contexto:








- **Planejamento e previsões precisas:** a elaboração dos orçamentos que reflitam de maneira mais precisa as necessidades da instituição. Muitas vezes o planejamento orçamentário é baseado por estimativas ou expectativas que podem não ocorrer, isso pode resultar em desafios na execução do orçamento;
- **Mudanças nas situações econômicas:** flutuações nas taxas de juros, inflação, alta do dólar e crescimento econômico podem impactar na elaboração do planejamento das contratações públicas e aquisições de materiais e equipamentos, prejudicando o planejamento;
- **Manutenção e funcionamento de toda estrutura do IFRS de forma eficiente:** diante das incertezas sobre restrições orçamentárias e financeiras, além da falta de sistemas de custos eficazes, podem permitir que ocorram gastos excessivos ou inadequados que passem despercebidos, dificultando muitas vezes na tomada de decisões;
- **Cumprimento de Normas Legais e regulamentares:** no nosso país temos diversas normativas e legislações que envolvem a gestão orçamentária e financeira. Cumprir essas regras tempestivamente, considerando a falta de sistemas adequados às novas realidades, dificulta o total cumprimento dos regulamentos de forma eficiente;
- **Aprimoramento da gestão dos restos a pagar:** é um desafio crucial para garantir o equilíbrio orçamentário e financeiro e a eficácia da gestão dos recursos. Restos a pagar referem-se às despesas que foram empenhadas mas não pagas dentro do exercício financeiro, sendo transferidas para o exercício seguinte.

Essa situação pode gerar problemas de liquidez, desorganização financeira e dificuldades para o cumprimento das obrigações fiscais.

- **Aperfeiçoamento no acompanhamento da execução da despesa no decorrer do exercício:** necessitamos de planejamento orçamentário e financeiro mais realista, com monitoramento contínuo e controles rigorosos, diminuindo inclusive as inscrições em restos a pagar.

6.2 Contabilidade

As Demonstrações Contábeis (DCONs) são elaboradas em consonância com:

- Lei nº 4.320, de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; 
- Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade; 
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); 
- Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi); 
- Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal; 
- A estrutura e definição de UPC trazida pela [LN-TCU nº 84/2020](#) e a [DN-TCU nº 198/2022](#).

As DCONs são extraídas do Siafi Web por meio da transação CONDEMCON ou pelo menu “DEMONSTRATIVOS”, em formato de



planilha eletrônica para formatação e inserção no texto das notas explicativas; e compreendem o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), o Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

No IFRS, essas demonstrações e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2024, estão de acordo com a Lei nº 4.320, de 1964, com o MCASP e com o Manual Siafi, em todos os aspectos relevantes, exceto quanto às inconsistências mencionadas na Declaração do Contador, que integram as notas explicativas do órgão.

Acesso às Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

As DCONs são apresentadas na íntegra com suas respectivas notas explicativas em arquivo único, disponível no [site institucional do IFRS](#), pelo caminho: Administração – Contabilidade – [Notas Explicativas](#).

Na sequência, são destacados alguns pontos do documento de 2024. Os gráficos têm como referência dados do Siafi, porém sua apresentação foi adaptada daquela das notas explicativas, a fim de mostrar os valores em ordem cronológica de tempo, facilitando o entendimento do leitor.

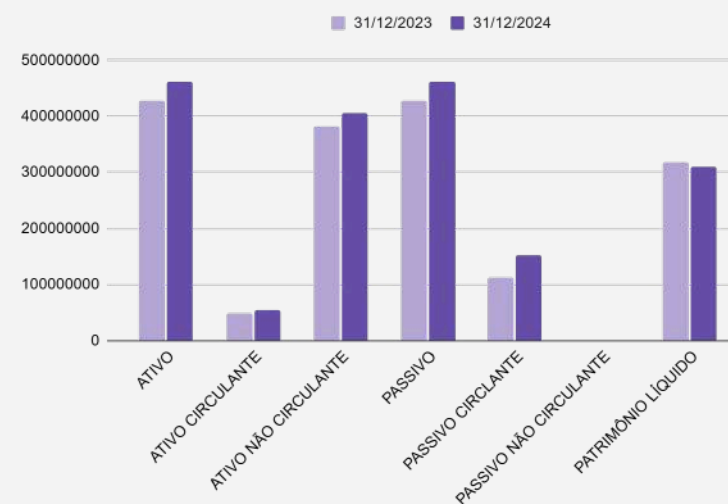
6.2.1 Resultado patrimonial

O **Balanço Patrimonial** evidencia os ativos e passivos, e sua evolução neste encerramento de 2024 com relação ao exercício 2023. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo IFRS, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrente de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O

Patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade.

Conforme demonstrado no Figura 6.1, o IFRS encerrou o exercício de 2024 com um ativo total da ordem de R\$ 460 milhões, apresentando um acréscimo de 7,63%, quando comparado ao exercício de 2023. O Ativo Circulante apresentou um aumento de 15%, considerando o último exercício. O Ativo não circulante teve uma elevação de aproximadamente 6,7%. O Passivo Circulante também demonstrou elevação na ordem de 36,4% na comparação dos exercícios de 2024 e 2023, e o Passivo Não Circulante não teve movimentação.

Figura 6.1 - Balanço patrimonial resumido (em R\$)



Fonte: Siafi



A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação de:

- Variações patrimoniais aumentativas (VPA): são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.
- Variações patrimoniais diminutivas (VPD): são reconhecidas quando for provável que ocorreram decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na **Demonstração das Variações Patrimoniais**, que é apresentada no Quadro 6.8.

Quadro 6.8 - Demonstração das Variações Patrimoniais Quantitativas (em R\$)

CONTAS	31/12/2023	31/12/2024	AH(%)	AV(%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	643.704.130,99	760.391.328,29	18,13	100,00
Exploração e venda de bens, serv. e direitos	2.218.662,99	1.593.086,26	-28,20	0,28
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	2.894,00	3.069,17	6,05	0,00
Transferências e delegações recebidas	633.880.244,06	715.088.282,65	12,81	97,12
Valorização e ganhos com ativos e desinc. passivos	6.941.602,81	42.414.859,06	511,02	2,56
Outras VPAs	660.727,13	1.292.031,15	95,55	0,04
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	666.436.323,60	783.907.889,67	17,63	100,00
Pessoal e encargos	467.550.306,72	479.401.423,33	2,53	76,14
Benefícios previdenciários e assistenciais	41.229.437,99	46.820.616,12	13,56	6,84
Uso de bens, serv. e consumo cap. Fixo	56.000.453,49	83.846.461,30	49,72	8,59
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	2.838,54	80.240,77	2726,83	0,00
Transferências e delegações concedidas	67.282.349,88	69.162.774,68	2,79	7,19
Desvalorização e perdas ativos e incorp. passivos	19.895.849,60	85.516.199,02	329,82	0,50
Tributárias	130.440,54	103.043,48	-21,00	0,04
Outras VPDs	14.344.646,84	18.977.130,97	32,29	0,70
Resultado Patrimonial Do Período (I-II)	-22.732.192,61	-23.516.561,38	3,45	-

Fonte: Siafi



6.2.2 Resultado orçamentário

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, sendo o superávit ou déficit apresentado diretamente no **Balço Orçamentário**.

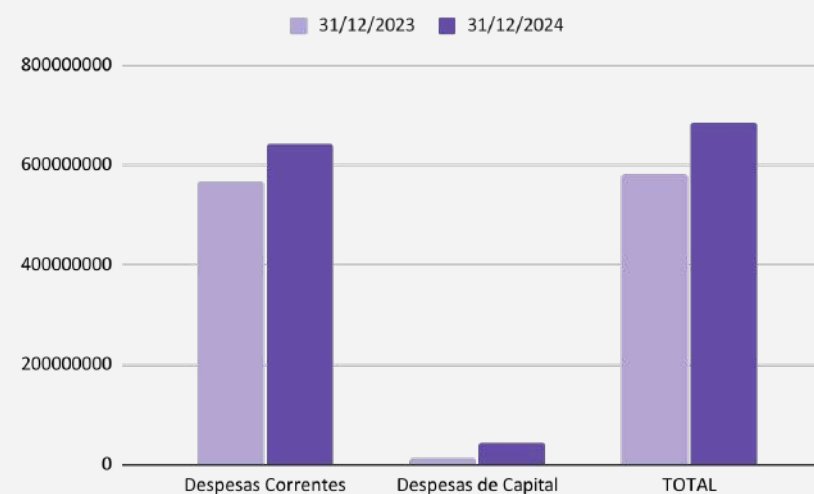
O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas, as quais têm sua composição apresentada, respectivamente, no Quadro 6.9 e no Figura 6.2.

Quadro 6.9 - Composição da receita realizada (em R\$)

CONTAS	31/12/23	31/12/24
Receitas Correntes (I)	2.236.956,19	1.908.232,34
Receitas Patrimoniais	64.509,41	53.121,44
Receitas Agropecuárias	946.314,68	880.423,72
Receitas Industriais	104.112,24	84.545,34
Receitas de Serviços	1.118.150,66	576.092,44
Transferências Correntes	0,00	15.747,00
Outras Receitas Correntes	3.869,20	298.302,40
Total Receitas de Capital (II)	0,00	878.849,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	878.849,00
TOTAL (I + II)	2.236.956,19	2.787.081,34

Fonte: Siafi

Figura 6.2 - Composição das despesas empenhadas (em R\$)



Fonte: Siafi

Destaca-se que os maiores impactos na receita realizada se deram com o recebimento de multas decorrentes de contratos relativos a obras iniciadas em anos anteriores, as quais se encontravam paralisadas e inacabadas, em diversos Campi do IFRS. Por outro lado, houve uma queda considerável nas receitas de serviços em virtude do atraso no Processo Seletivo, não contemplando arrecadação em 2024.

6.2.3 Resultado financeiro

O resultado financeiro apresentado no Quadro 6.10 representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.



Quadro 6.10 - Balanço Financeiro (em R\$)

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2024
Receitas Orçamentárias	2.236.956,19	2.787.081,34
Ordinárias	-	-
Vinculadas	2.239.955,89	2.839.824,47
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-2.999,70	-52.743,13
Transferências Financeiras Recebidas	631.341.799,95	711.142.036,89
Recebimentos Extraorçamentários	71.561.040,79	116.901.159,65
Saldo do Exercício Anterior	34.101.473,24	39.387.438,95
Caixa e Equivalentes de Caixa	34.101.473,24	39.387.438,95
TOTAL	739.241.270,17	870.217.716,83
DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2024
Despesas Orçamentárias	580.584.499,47	686.093.733,34
Ordinárias	526.072.515,37	625.852.663,28
Vinculadas	54.511.984,10	60.241.070,06
Transferências Financeiras Concedidas	63.348.453,68	67.446.702,36
Pagamentos Extraorçamentários	55.920.878,07	70.278.478,39
Saldo para o Exercício Seguinte	39.387.438,95	46.398.802,74
Caixa e Equivalentes de Caixa	39.387.438,95	46.398.802,74
TOTAL	739.241.270,17	870.217.716,83

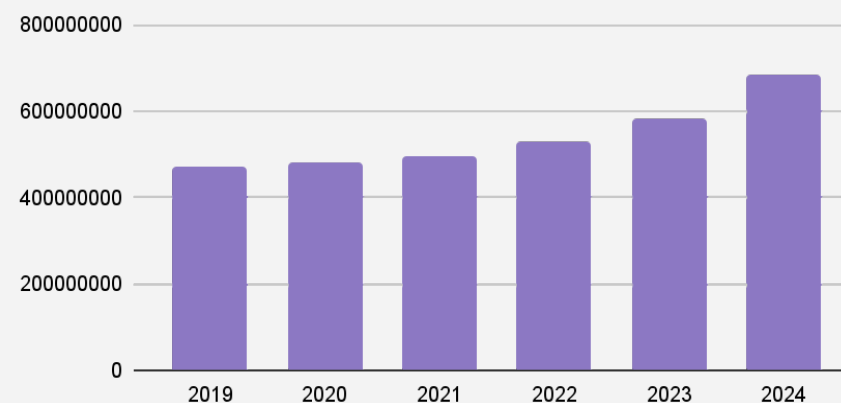
Fonte: Siafi

A partir da análise apresentada no **Balanço Financeiro** é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na **Demonstração dos Fluxos de Caixa**.

6.2.4 Execução orçamentária, financeira e contábil do órgão

A execução orçamentária, financeira e contábil do IFRS é apresentada a seguir. Em relação às despesas empenhadas (Figura 6.3), da sua dotação e da dotação de outros órgãos do ano de 2024, o IFRS apresentou um aumento de 46,08% em 2024 (R\$ 686.093.733,34) em relação às despesas empenhadas em 2019 (R\$ 469.677.034,99). Quando observada a relação com o ano imediatamente anterior, 2023 (R\$ 580.584.499,47), o aumento representa 18,17%.

Figura 6.3 - Evolução da Execução Orçamentária (Despesas Empenhadas em R\$)

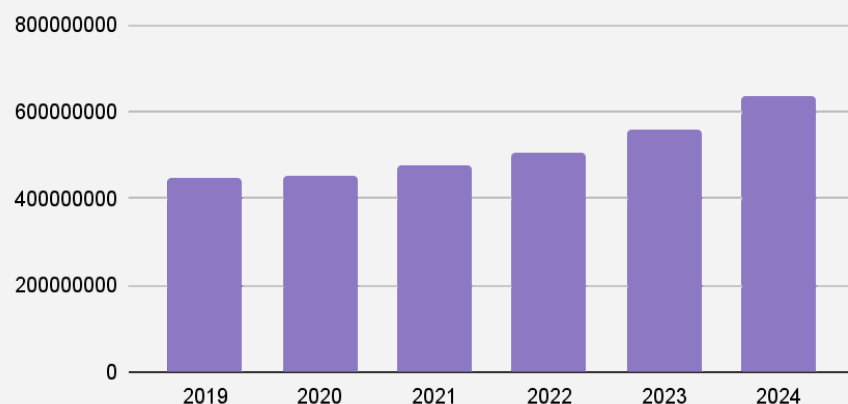


Fonte: Siafi



Em relação às despesas liquidadas (Figura 6.4), da sua dotação e de outros órgãos do ano de 2024 (R\$ 634.853.542,41), o IFRS apresentou um aumento de 42,33% comparado ao ano de 2019 (R\$ 446.033.838,79). Quando observada a relação com o ano imediatamente anterior, 2023 (R\$ 556.350.832,59), o aumento representa 14,11%.

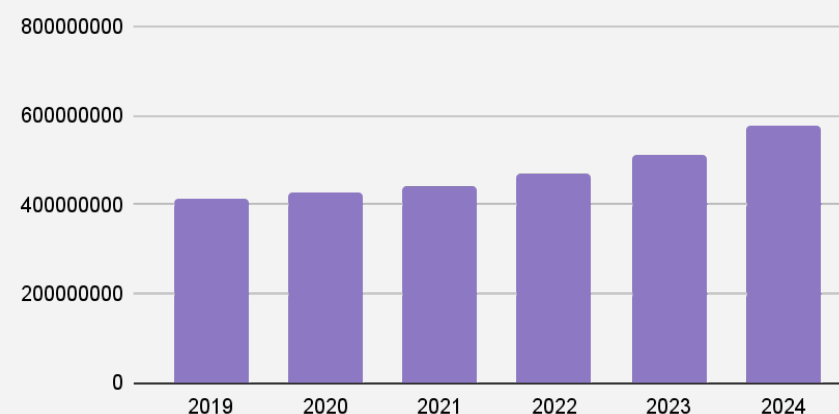
Figura 6.4 - Evolução da Execução Orçamentária (Despesas Liquidadas em R\$)



Fonte: Siafi

Em relação às despesas pagas (Figura 6.5), da sua dotação e da dotação de outros órgãos do ano de 2024 (R\$ 578.107.434,90), houve uma evolução de 40,31% comparada ao ano de 2019 (R\$ 412.021.161,13). Quando observada a relação com o ano imediatamente anterior, 2023 (R\$ 510.124.405,84), o aumento representa 13,33%.

Figura 6.5 - Evolução da Execução Orçamentária (Despesas Pagas em R\$)



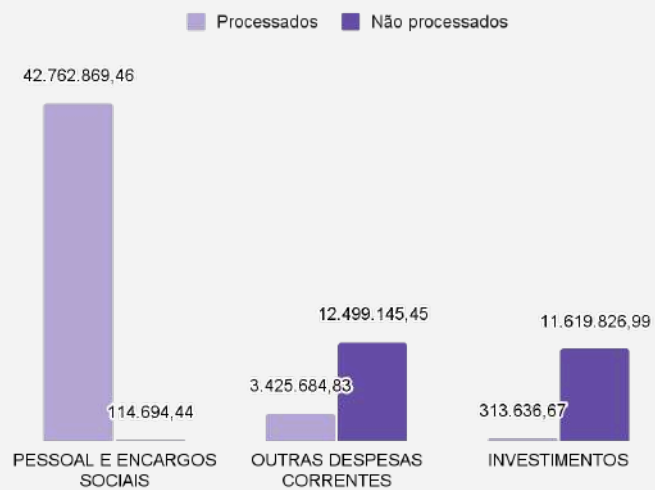
Fonte: Siafi

6.2.3 Restos a pagar

O IFRS iniciou o ano de 2024 com o total de Restos a Pagar, da sua dotação e da sua execução, no montante de R\$ 70.735.857,84. Desta quantia, o valor de R\$ 46.502.190,96 se refere a restos a pagar processados, ou seja, que já foram liquidados no encerramento do exercício de 2023, e o restante se refere a restos a pagar não processados, no valor de R\$ 24.233.666,88. O Figura 6.6 apresenta os restos a pagar processados e não processados por grupo de despesa que teve ocorrência desses valores, respectivamente grupos 1, 3 e 4.



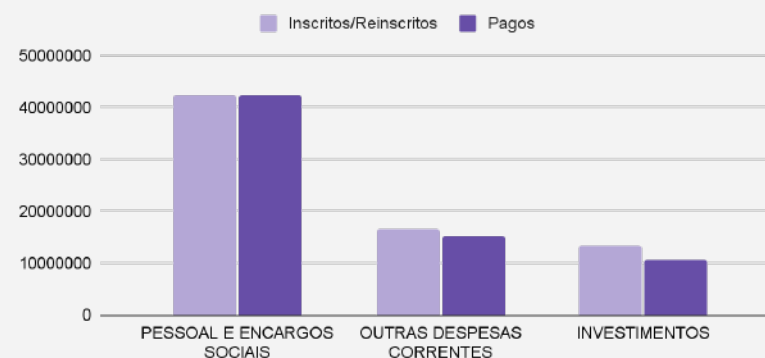
Figura 6.6 - Inscrição de Restos a Pagar - Processados x Não Processados (em R\$)



Fonte: Siafi

Dos Restos a Pagar inscritos e reinscritos no encerramento do exercício de 2023, da dotação do órgão e de sua execução, mais de 94% já foram pagos até o encerramento do exercício de 2024, conforme apresentado no Figura 6.7, por grupo de despesa.

Gráfico 6.7 - Execução de Restos a Pagar- Inscritos/reinscritos x Pagos (em R\$)



Fonte: Siafi



RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2024



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul



Emitido em 28/03/2025

ANEXO DE RESOLUÇÃO Nº 10/2025 - CONSUP-REI (11.01.01.01.05)
(Nº do Documento: 4)

(Nº do Protocolo: **NÃO PROTOCOLADO**)

(Assinado digitalmente em 28/03/2025 12:15)

JULIO XANDRO HECK

REITOR

IFRS / REI (11.01.01)

Matrícula: ###427#7

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifrs.edu.br/documentos/> informando seu número: **4**
, ano: **2025**, tipo: **ANEXO DE RESOLUÇÃO**, data de emissão: **28/03/2025** e o código de verificação: **494e377b02**